



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**CENTRO INTERDISCIPLINAR DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL**  
**MESTRADO MULTIDISCIPLINAR E PROFISSIONALIZANTE EM**  
**DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL**

**VIVIANE QUÊNIA BRITO DE JESUS**

**PARTICIPAÇÕES, JUVENTUDES E POLÍTICAS PÚBLICAS:**  
**O PROCESSO DA CONFERÊNCIA DE JUVENTUDE DA BAHIA - 2008.**

**Salvador**  
**2011**

**VIVIANE QUÊNIA BRITO DE JESUS**

**PARTICIPAÇÕES, JUVENTUDES E POLÍTICAS PÚBLICAS:  
O PROCESSO DA CONFERÊNCIA DE JUVENTUDE DA BAHIA - 2008.**

Dissertação apresentado à Universidade Federal da Bahia ó UFBA, para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social, junto ao Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social.

**Orientador(a): Profa. Dra. Maria Elisabete  
Pereira dos Santos**

**Salvador  
2011**

Escola de Administração - UFBA

J58 Jesus, Viviane Quênia Brito de  
Participações, juventudes e políticas públicas: o processo da conferência  
de juventude da Bahia. ó 2008 / Viviane Quênia Brito de Jesus. ó 2011.  
119 f. : il.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Elisabete Pereira dos Santos.  
Dissertação (mestrado profissional) ó Universidade Federal da Bahia,  
Escola de Administração, 2011.

1. Jovens ó Participação política - Bahia. 2. Políticas públicas ó  
Bahia. 3. Juventudes ó Política governamental. I. Universidade Federal  
da Bahia. Escola de Administração. II. Título.


CDD 305.23

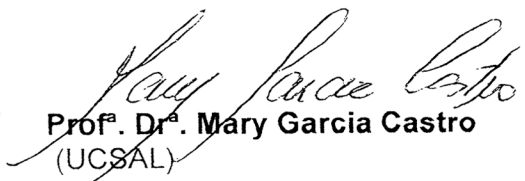



**ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE VIVIANE  
QUENIA BRITO DE JESUS DO CURSO DE MESTRADO  
MULTIDISCIPLINAR E PROFISSIONAL EM  
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.**

Aos trinta e um do mês de maio de dois mil e onze a Comissão Julgadora, eleita pelo Colegiado deste Centro Interdisciplinar em Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia, composta pela **Profª. Drª. Maria Elisabete Pereira dos Santos** (CIAGS/UFBA), orientadora da aluna, e pelos membros titulares **Profª. Drª. Maria Teresa Franco Ribeiro** (CIAGS/UFBA), **Profª. Drª. Mary Garcia Castro** (UCSAL), se reuniram para julgar o trabalho de dissertação intitulado: **“PARTICIPAÇÕES, JUVENTUDES E POLÍTICAS PÚBLICAS: O processo da Conferência de Juventude da Bahia, 2008”** de autoria de **Viviane Quênia Brito de Jesus**. Após a apresentação da dissertação a mestranda foi submetida à arguição pela comissão julgadora e ao debate. Em seguida, a comissão julgadora reuniu-se para analisar e avaliar o referido trabalho, chegando à conclusão que este merece ser aprovado. Nada mais havendo a ser tratado, esta Comissão Julgadora encerrou a reunião da qual lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, vai assinada por mim, orientadora, pelos demais membros da comissão e pela mestranda.

Salvador, 31 de maio de 2011.

  
**Profª. Drª. Maria Elisabete Pereira dos Santos**  
(CIAGS/UFBA - Orientadora)

  
**Profª. Drª. Mary Garcia Castro**  
(UCSAL)

  
**Profª. Drª. Maria Teresa Franco Ribeiro** (CIAGS/UFBA)

  
**Srª. Viviane Quênia Brito de Jesus**  
(Mestranda)

**VIVIANE QUÊNIA BRITO DE JESUS**

**PARTICIPAÇÕES, JUVENTUDES E POLÍTICAS PÚBLICAS:  
O PROCESSO DA CONFERÊNCIA DE JUVENTUDE DA BAHIA - 2008.**

Dissertação apresentada à Universidade Federal da Bahia,  
Programa de Gestão e Desenvolvimento Social, Curso de  
Mestrado Multidisciplinar e Profissionalizante em  
Desenvolvimento e Gestão Social, como requisito parcial  
para a obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento  
e Gestão Social e aprovada pela seguinte banca  
examinadora:

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Elisabete Pereira dos Santos (Orientadora)  
CIAGS/UFBA

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Teresa Franco Ribeiro  
EA/UFBA

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mary Garcia Castro  
UCSAL

Salvador, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2011.

**Dedico este trabalho à sociedade brasileira que busca experimentar novos caminhos para consolidar a sua democracia, vivenciando os desafios inerentes desse processo, aprendendo com eles e acreditando no futuro.**

**Dedico também a minha família que foi meu alicerce de sustentação na concretização desse projeto de vida.**

**Dedico ainda aos jovens entrevistados que foram coautores desse conhecimento produzido.**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a minha família que perseverou comigo na construção desse conhecimento, mesmo sentindo a falta da minha presença enquanto mãe, esposa, filha e irmã. Agradeço a minha querida mãe, Odete Gonçalves, pela sua luz que me alimenta. Ao meu querido papai, Eraldo Gonçalves, pelo seu carinho. Agradeço ao meu querido marido, José Augusto Brito de Jesus, pelo companheirismo, pelo imenso carinho, pelo apoio prestado e, principalmente, pelo amor dispensado nesses 11 anos de construção conjunta de um projeto de vida e de família. Agradeço aos meus amados filhos, Victoria Christina e José Victor (Vitão) Brito de Jesus, pelo seu amor incondicional.

Agradeço à Fundação Luís Eduardo Magalhães (FLEM), especialmente a Mario Gordilho e a Vera Queiroz, por terem me proporcionado as condições para a realização desse Mestrado, pelas horas dispensadas, por acreditar no meu desejo e no meu esforço. Agradeço a minha querida equipe pelo apoio e carinho e pelo auxílio na transcrição das entrevistas: minhas amadas Larissa Lima e Jandaíra Bonfim, Haroldo Barbosa, Carlos Lisboa, Jocelino Evangelista, Daniela Miranda, Maria das Candeias Charles Lopes, Sr. Carlos, além de Ian e Murilo do Núcleo de Tecnologia da FLEM.

Agradeço aos amigos, que tanto me deram força, incentivo e acreditaram no meu potencial, Carla Chehade, Jandaíra e Larissa. Agradeço especialmente aos queridos da Turma III do Mestrado, que me proporcionaram momentos prazerosos de convivência e aprendizado.

Agradeço aos meus professores, que me ajudaram a construir o conhecimento acerca da gestão da social, especialmente a minha doce orientadora Bete Santos.

Agradeço também aos jovens que foram entrevistados, pela sua disponibilidade e vontade em contribuir.

Infinitas graças também a Deus, que me permitiu essa dádiva e me inspirou em vários momentos.

**õSe as coisas são inatingíveis, ...ora!  
Não é motivo para não querê-las...  
Que tristes os caminhos, se não fora  
a presença distante das estrelas.ö**

(Mário Quintana)



## RESUMO

Este trabalho teve como objetivo caracterizar as participações de jovens no processo de construção da política de juventude na Bahia, no âmbito da Conferência de Juventude da Bahia, realizada no ano de 2008. Parte-se da hipótese de que, mesmo diante de um discurso favorável à participação, essa ainda não é efetiva na definição dos rumos da política pública, serve até para o levantamento de sugestões, mas a tomada de decisão ainda é restrita a um corpo estratégico do Governo do Estado. Optou-se por uma abordagem qualitativa para o levantamento dos dados empíricos e utilizou-se a entrevista individual semiestruturada, a fim de revelar os significados e as crenças dos jovens com relação às suas participações na Conferência. Como referencial teórico, foram abordados os temas participações, juventudes e políticas públicas. Os resultados das entrevistas reforçaram a função das participações na Conferência como forma de envolvimento dos jovens para conferir legitimidade às propostas governamentais. Apesar dos avanços, ainda não são substantivas, pois a arena política ainda é marcada pelo particularismo e pelo corporativismo dos atores e pelo não compartilhamento do poder na definição do interesse público.

**Palavras-chave:** Participações; Juventudes; Políticas Públicas; Conferência de Juventude da Bahia.

## **ABSTRACT**

This study aimed to characterize the participation of youth in the construction of youth policy in Bahia, in the Bahia Youth Conference, held in 2008. It starts with the assumption that, even before a speech in favor of participation, this is not effective in defining the directions of public policy, serves up suggestions for the survey, but decision making is still restricted to a strategic body State Government. We chose a qualitative approach for the analysis of empirical data and used the semistructured individual interview in order to reveal the meanings and beliefs of youth regarding their participation in the Conference. The theoretical issues discussed were participation, youth and public policy. The results of the interviews reinforced the role of participation in the conference as a way of involving young people to confer legitimacy on the government proposals. Despite the advances, are not substantive, because the political arena is still characterized by particularism and the corporatism of the actors and not by the sharing of power in defining the public interest.

**Keywords:** Participations; Youths; Public Policy; Conference Youth Bahia.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Levantamento de Dados Empíricos: Itens e Características a serem Investigadas.	61
Quadro 2	Roteiro de Perguntas.	62
Quadro 3	Documentos Analisados.	63
Quadro 4	Categorias de Análise das Entrevistas.	65
Tabela 1	Cidade de Procedência dos Jovens Entrevistados, Salvador, 2011.	66
Tabela 2	Distribuição dos Jovens Entrevistados, segundo a Idade / Sexo, Salvador, 2011.	67
Tabela 3	Distribuição dos Jovens Entrevistados, segundo o Partido Político de que Participava na Época da Conferência de Juventude da Bahia, Salvador, 2011.	67
Tabela 4	Distribuição dos Jovens Entrevistados, segundo o Tempo de Participação no Campo da Juventude, Salvador, 2011.	67
Tabela 5	Distribuição dos Jovens Entrevistados, segundo a Ocupação, Salvador, 2011.	68
Tabela 6	Distribuição dos Jovens Entrevistados, segundo o Grau de Instrução, Salvador, 2011.	68
Tabela 7	Distribuição dos Jovens Entrevistados que estavam Trabalhando, segundo o Grau de Instrução, Salvador, 2011.	69

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

CEJUVE	Conselho Estadual de Juventude
CIAGS	Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social
COE	Comissão Organizadora Estadual
CONJUVE	Conselho Nacional de Juventude
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
GTs	Grupos de Trabalho
IBASE	Instituto Brasileiro de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LGBT	Lésbicas, gays, bissexuais e transexuais
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza
MEC	Ministério da Educação
MST	Movimento dos Sem Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
ONGs	Organizações não Governamentais
ONU	Organizações das Nações Unidas

OPs	Orçamento Participativo
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PEA	População Economicamente Ativa
PEC	Proposta Ementa a Constituição
PIA	População em Idade Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
REJUMA	Rede de Juventude pelo Meio Ambiente
RENAJU	Rede Nacional de Juventude
RITLA	Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana
RMS	Região Metropolitana de Salvador
SEI	Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos da Bahia
SERIN	Secretaria de Relações Institucionais
SESAB	Secretaria de Saúde do Estado da Bahia
SETRE	Secretaria Estadual do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte
SGPR	Secretaria Geral da Presidência da República
SIM	Sistema de Informações de Mortalidade
SNJ	Secretaria Nacional de Juventude

SUDESB	Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia
SUS	Sistema Único de Saúde
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UPPs	Unidades de Polícia Pacificadora

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO 1. REVISÃO DA LITERATURA</b>	<b>20</b>
1.1. PARTICIPAÇÕES: OS DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	20
1.1.1. Contexto	20
1.1.2. Algumas considerações sobre o tema	21
1.1.3. Participação e políticas públicas	26
1.1.4. Conceito adotado nessa pesquisa	32
1.2. JUVENTUDE: TRANSFORMAÇÕES CONCEITUAIS	34
1.3. A POLÍTICA PÚBLICA ESTADUAL DE JUVENTUDE	46
1.3.1. Definição de política pública	46
1.3.2. Trajetória da Política Nacional de Juventude	47
1.3.3. Política Estadual de Juventude	51
1.3.4. Conferência de Juventude da Bahia	55
<b>CAPÍTULO 2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b>	<b>59</b>
2.1. FASE EXPLORATÓRIA	60
2.2. TRABALHO DE CAMPO	62
2.3. ANÁLISE DOS RESULTADOS	64
<b>CAPÍTULO 3. PARTICIPAÇÕES NA CONFERÊNCIA DE JUVENTUDE DA BAHIA</b>	<b>66</b>
3.1. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	66
3.1.1. Perfil dos jovens entrevistados	66
3.1.2. Os sentidos das participações na Conferência de Juventude da Bahia	69
3.1.3. Participações e a arena política da Conferência: interações juvenis	72
3.1.4. A atuação do governo durante a Conferência	78
3.1.5. Participações e elaboração da política de juventude	79

3.1.6. A Política Pública Estadual de Juventude	85
3.1.7. Expectativas para a II Conferência Estadual	93
3.1.8. Demandas dos jovens para o Governo do Estado da Bahia	96
3.2. INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	99
 <b>CAPÍTULO 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	 <b>107</b>
 <b>REFERÊNCIAS</b>	 <b>111</b>
 ANEXO 6 Resoluções aprovados na Conferência de Juventude da Bahia	 116
APÊNDICE 6 Lista dos jovens entrevistados	119



## INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objetivo caracterizar as participações juvenis no processo de construção da política de juventude do Estado da Bahia, no âmbito da Conferência de Juventude. Optou-se pelo uso do termo no masculino genérico, como forma de preservar a fluidez da leitura, sendo qualificada como jovem a parcela da população, de ambos os sexos, situada na faixa etária de 15 a 29 anos.

Atualmente, há uma tendência nos Governos de se instituir mecanismos participativos que ampliem o diálogo entre o governo e a sociedade na definição das políticas públicas, apesar do dissenso com relação a sua efetividade e utilização por distintos projetos políticos: tanto o projeto do Estado mínimo, que concebe a participação como ferramenta de gestão para a eficácia dos programas e projetos que são delegados para a sociedade civil; quanto o projeto que defende o aprofundamento da democracia, concebendo a participação como elemento fundamental para a discussão do interesse público e a politização dos processos de tomada de decisão. Há, portanto, uma diferença significativa quanto a sua funcionalidade, intensidade e significado.

É inegável o avanço histórico que estamos vivenciando, no que diz respeito à abertura do diálogo entre o governo e a sociedade civil, neste caso, os jovens, na construção de políticas públicas. A partir de 2007, com a eleição do Partido dos Trabalhadores para o Governo do Estado da Bahia, intensificam-se as ações governamentais em torno das juventudes. Nesse contexto, são instituídos canais de participação pelo Governo, a fim de levantar proposições para a política estadual, a exemplo da Conferência de Juventude da Bahia. Esta tem como um de seus objetivos específicos garantir a participação dos jovens na formulação e no controle das políticas públicas de juventude.

Essa pesquisa tem como objetivo geral caracterizar as participações dos jovens no processo de construção da política de juventude na Bahia, no âmbito da Conferência de Juventude, realizada em 2008. São seus objetivos específicos: (a) investigar qual o sentido dado pelos jovens à sua participação na Conferência de Juventude da Bahia; (b) verificar em que medida as proposições resultantes da Conferência de Juventude da Bahia influenciaram a Política

Estadual de Juventude, na perspectiva dos jovens; (c) produzir uma reflexão crítica sobre as participações dos jovens no processo de construção da Política Estadual de Juventude.

A questão central que perpassa esse trabalho é a seguinte: será que os jovens realmente participaram do processo de formulação da Política Estadual de Juventude, ou, simplesmente, foram chamados a legitimar uma política que já estava traçada pelo Governo Estadual e que segue a mesma trajetória do Governo Federal? Parte-se da hipótese de que, mesmo diante de um discurso favorável a participação dos jovens, essa ainda não é efetiva na definição dos rumos da política pública, serve para o levantamento de sugestões, mas a tomada de decisão ainda é restrita a um corpo estratégico do Governo do Estado. Desta forma, pode-se afirmar que a participação ainda é instrumental e circunscrita em um escopo restrito para a viabilização de um projeto pré-definido e não democratizante, na medida em que não há partilha de poder na definição do interesse público.

Esta dissertação está estruturada em quatro capítulos, brevemente, descritos a seguir.

O Capítulo 1 contém a revisão da literatura, sendo estruturado em três subcapítulos. O primeiro aponta os desafios dessas participações na construção das políticas públicas, destacando que este é um conceito polissêmico e revela diversas intencionalidades e assimetrias, por isso a sua utilização no plural. Não tem um valor em si mesmo, posto que é marcado por uma ãconfluência perversaã (DAGNINO, 2002), na medida em que serve a dois projetos políticos distintos: o projeto do Estado mínimo que se desresponsabiliza do seu papel garantidor de direitos e delega ações para a sociedade civil (SANTOS, 2007); e um projeto político mais democratizante, que tem como propósito a extensão da cidadania e uma democracia substantiva (BOBBIO, 1987), que tem, como última instância, a plena soberania popular (COUTINHO, 2005).

No caso do Brasil, têm-se como experiências mais simbólicas de abertura para a participação no processo de tomada de decisões de caráter público, o Orçamento Participativo (OP) e os conselhos de controle de políticas públicas, com seus avanços e desafios ainda a serem superados, principalmente com relação ao enfrentamento da cultura patrimonialista e da apropriação do espaço público pelos interesses privados. Já o Estado da Bahia tem como agravante o histórico de uma cultura política fortemente marcada pelo coronelismo e patrimonialismo, que concorrem contra ambientes democráticos e coíbem práticas participativas.

As participações podem ser caracterizadas como: instrumentais, nas quais, em linhas gerais, não há compartilhamento de poder no processo de construção das políticas, as decisões são tomadas por um núcleo estratégico do governo e os atores são chamados a participar na etapa de implementação da política, a construção dos consensos se dá de forma assimétrica, incorporando posições e interesses dos segmentos sociais dominantes, não existindo equidade na interação; ou de caráter substantivas, nas quais as decisões são tomadas de forma autônoma e por meio do consenso construído no debate em torno de interesses divergentes entre os diversos atores sociais, sendo a relação com o Estado politizada e concebida e praticada como locus de construção do interesse público.

Faz-se, portanto, necessário compreender as participações dos diversos atores políticos na consolidação democrática como um processo histórico em construção, que tem como grande desafio a gestão da diversidade, enquanto elemento fundamental para a sua edificação. Sobre as participações a questão que se coloca é: de fato estamos vivenciando um momento histórico no qual estas são substantivas, ou seja, definem a formulação das políticas públicas ou estão servindo simplesmente para legitimar proposições já preconcebidas, sendo desta forma, instrumentais?

O segundo subcapítulo aborda as transformações conceituais acerca do tema da juventude, apontando que o mesmo passou a ganhar relevância na agenda pública a partir da década de 90, sendo, porém, comumente atrelado à noção de problema social, com uma imagem negativa e associada à violência. Havia a dificuldade de considerar os jovens como sujeitos capazes de formular questões e ações relevantes a respeito da sua própria condição e de manter uma relação dialógica com outros atores (ABRAMO, 1997).

A partir da chamada *onda jovem*, em que a população juvenil passa a ser o maior segmento populacional, admite-se a juventude como um elemento estratégico para o desenvolvimento. É apenas nos anos 2000, que outras características da juventude passam a ser consideradas: suas experiências múltiplas (CARRANO, 2000); a fluidez e a complexidade (CORTI, 2004); pelas suas condições e trajetória juvenis (MARGULIS & URRESTI, 2000; LÉON, 2005; CASTRO, ABRAMOVAY & LÉON, 2007).

O conceito adotado pelo Conselho Nacional de Juventude, para além da caracterização por faixa etária dos 15 a 29 anos, define-a como uma diversidade de condições, destacando a multiplicidade de identidades, de interesses e de demandas, o que implica no uso do termo

juventude no plural. Considera os jovens como sujeitos de direitos no presente, na medida em que necessita que suas demandas sejam atendidas e seus direitos garantidos. Essa concepção traz como desafio para as políticas públicas o reconhecimento das diversas condições juvenis e a superação de estereótipos construídos no imaginário social que dificultam a sua autonomia e a expressão das suas identidades e multiculturalidade.

No terceiro subcapítulo busca-se delimitar a trajetória da política de juventude do Estado da Bahia, identificando os diversos atores e materiais que compuseram e compõem a arena pública para a sua conformação. Adota-se como conceito de política pública a sua compreensão como um conjunto de cursos de ação ativados por atores mobilizados por um problema de pública relevância (BOULLOSA, 2010, p. 3).

Desta forma, além dos indicadores sociais revelarem ser este segmento populacional o que mais sofre com o desemprego, com a violência, com a falta de acesso a uma educação atrativa de qualidade, dentre outros, observam-se dois fatores decisivos para o fortalecimento desse tema na agenda do Governo do Estado: (a) a conjuntura nacional, tanto caracterizado pela grande mobilização social em torno da questão juvenil, quanto pela própria entrada do tema na agenda do Governo Federal; (b) mudança de gestão governamental na Bahia a partir do ano de 2007, no qual intensificaram as ações públicas em torno da juventude.

Foram criados, então, canais de interlocução do governo com a sociedade civil, como a Conferência de Juventude da Bahia, que reuniu em Salvador 2.000 jovens, representantes dos 26 territórios de identidade do Estado, no qual apontaram 21 resoluções como prioridades para a Política Estadual de Juventude, elegendo a educação e o trabalho como eixos centrais.

No Capítulo 2, apresentam-se os procedimentos metodológicos da pesquisa. Optou-se por uma abordagem qualitativa para o levantamento dos dados empíricos e utilizou-se a entrevista individual semiestruturada como técnica, a fim de revelar os significados, os motivos, as aspirações, as crenças, os valores e as atitudes dos jovens no processo de elaboração da Política Estadual de Juventude, no âmbito da Conferência de Juventude da Bahia.

Definiu-se como recorte para a população juvenil, os jovens que participaram da referida Conferência, tanto na condição de delegado, como integrante da Comissão Organizadora Estadual (COE) da referida Conferência. Privilegiou-se, dessa forma, a inclusão na pesquisa

dos jovens representantes da Região Metropolitana de Salvador, devido à facilidade de acesso.

No Capítulo 3, são analisados e interpretados os dados da pesquisa de campo, coletados a partir de 25 entrevistas realizadas com jovens participantes da Conferência. Esses dados revelam os avanços em termos de políticas públicas de juventude, apresentando a experiência da Conferência como algo positivo, apesar de não representarem o compartilhamento de poder com relação à definição do conteúdo final desta política.

Ao contrário, os jovens entrevistados apontaram esse espaço de participação como cooptado pelos partidos políticos (COELHO & FAVARETO; PERISSINOTO & FUKS, 2007), notadamente de esquerda, que se articulavam para eleger as prioridades da sua legenda partidária, marcadamente, do governo. Ao mesmo tempo em que, se observou uma trajetória da política pública semelhante à trajetória nacional, que já estava dada *a priori*, a exemplo da constituição dos instrumentos da política, ditos como resultantes da Conferência: Conselho; Plano Estadual; Coordenadoria da Juventude e programa de elevação da escolaridade e inclusão de jovens no mundo do trabalho.

Nesse sentido, atenta-se para a advertência de Léon (2009) acerca da tendência de se modelar a demanda a partir daquilo que o governo pode oferecer. Ademais, estes instrumentos da política pública estadual não dão conta de atender as demandas e as 21 resoluções aprovadas na Conferência estadual, conforme relato dos jovens entrevistados. Ainda que se identifiquem ações governamentais voltadas para a juventude, como forma de atender as resoluções da Conferência, há que se questionar se de fato estas ações foram formuladas e planejadas a partir da concepção dos jovens como sujeitos de direitos e a partir das especificidades das demandas das diversas juventudes, ou se são ações que apenas incidem sobre a faixa etária de 15 a 29 anos.

Reforça-se a função das participações na Conferência como uma forma de envolvimento dos jovens para conferir legitimidade às propostas compensatórias governamentais, na medida em que nenhum ajuste estrutural foi empreendido para transformar e melhorar a qualidade de vida destes, ou mesmo para que o partido do governo possa conquistar mais adeptos e eleitores. A Conferência assim passa a ter sentido mais como um espaço para a escuta das demandas e proposições e não para as deliberações acerca da política pública de juventude.

Dessa forma, no seguimento dessa pesquisa, afirma-se que apesar dos avanços, as participações não podem ser caracterizadas como substantivas, pois a arena política ainda é marcada pelo particularismo e pelo corporativismo dos atores e pelo não compartilhamento do poder na definição do interesse público, que se apresenta de forma sutil, velado pelo discurso do aumento da ampliação do diálogo entre o Estado e sociedade civil.

A Conferência pode ser metaforicamente compreendida como a ôválvula da panela de pressão, com a função de ôdistensionar a arena pública, no qual atende a demanda dos jovens de mais participação, minimizando a pressão, mas o processo político não se converte no compartilhamento do poder frente às questões de interesse público.

O Capítulo 4, apresenta as considerações finais da pesquisa, apontando os avanços com relação ao campo da política pública de juventude no Estado da Bahia, ao mesmo tempo em que destaca os seus desafios, a fim de se aprofundar o debate sobre os alcances do presente e as possibilidades do futuro neste campo. Marcadamente, os jovens não podem apenas se contentar com o espaço da Conferência, pois, é importante que compreendam que na definição da política pública, outras variáveis entram em cena, que não apenas as demandas juvenis. Outros processos de mobilização e o controle social são necessários para que esses canais de participação e de escuta da sociedade civil possibilitem, de fato, um alargamento da noção de espaço público, de democracia e de cidadania no Brasil.

A pesquisa ora apresentada se justifica pela possibilidade de contribuir com a reflexão acerca da ampliação dos canais institucionais de participação, decorrentes do processo de redemocratização do Estado. Principalmente, por trazer elementos que possam auxiliar na condução da II Conferência, programada para o segundo semestre deste ano, a fim de torná-lo um espaço de participações mais substantivo e evitar o seu enviesamento de sentido.

Cabe também o registro particular da dor e da delícia de elaborar esse trabalho, pois o olhar reflexivo e analítico acerca do que se percebe como realidade, proporciona o ressignificar desta realidade e reforça a necessidade de a partir do presente, avançar com idealismo para o futuro.

## **CAPÍTULO 1. REVISÃO DA LITERATURA**

### **1.1.PARTICIPAÇÕES: OS DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

#### **1.1.1. Contexto**

Observa-se, no processo de redemocratização recente da América Latina, a ampliação dos canais institucionais de participação, principalmente no nível local, segundo Dagnino e Tatagiba (2007). Isso se evidencia a partir dos processos de descentralização, através dos quais foram criados vários ambientes de interface governo/sociedade, renovando a prática da gestão de políticas públicas. Em linhas gerais, observa-se nos governos democráticos atuais a preocupação com a institucionalização dos espaços de participação.

No Brasil, é a partir dos anos 80/90, que a temática da participação ganha força (MILANI, 2008) em decorrência da luta contra o regime ditatorial e, posteriormente, da crise de governabilidade do Estado, que não consegue responder de forma satisfatória às demandas da sociedade, sobretudo àquelas dos segmentos mais empobrecidos (TEIXEIRA, 2001).

Segundo Tatagiba (2003), destacam-se duas expressões da crise do Estado, gestada ainda nos anos 70, que se apresentaria com vigor durante a segunda metade dos anos 80: a evidente incapacidade do Estado de continuar apresentando-se como força motriz do desenvolvimento capitalista e as alterações no padrão de relacionamento Estado/sociedade. Novos atores sociais e políticos passam a se constituir em torno da luta pela implementação de políticas públicas que os atendam, como também pela necessidade de serem reconhecidos como sujeitos na construção e efetivação de seus direitos e de uma nova cultura política representativa no processo de redemocratização do país.

Mas, é na Constituição de 1988 que estão estabelecidas as novas bases dessa relação do Estado com a sociedade, por meio da instituição da descentralização e da participação social como princípios estruturantes das ações nas áreas de saúde, previdência e assistência social. Como complementação à democracia representativa, a Constituição institui diversos mecanismos de participação direta ou indireta da população na formulação, implementação e monitoramento das políticas públicas, como, por exemplo, os conselhos de políticas e as audiências públicas.

A participação é declarada no Parágrafo único do Artigo 1 da Constituição Federal de 1988: *“Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”* (BRASIL, 2009, p. 13). Outros exemplos podem ser destacados nos Artigos: 198, Inciso III, que traz a participação da comunidade como uma das diretrizes do sistema único de saúde; e, o Artigo 204, Inciso II, que também traz a participação da população como uma das diretrizes das ações governamentais na área da assistência social, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

Segundo Milani (2006), fomentar a participação de diferentes atores políticos no processo de formulação de políticas públicas e criar uma rede que defina prioridades, exerça o controle social, colabore na implementação e avaliação das decisões políticas tornou-se o paradigma de *“políticas públicas locais (auto) [sic] consideradas progressistas”*. (MILANI, 2006, p. 182)

Desse modo, enquanto que, no passado os movimentos sociais apresentavam a demanda de ampliação da participação política como uma das suas reivindicações centrais, hoje, começa-se a questionar a qualidade dessa participação. (DAGNINO & TATAGIBA, 2007; PEREIRA & CARVALHO, 2008).

#### 1.1.2. Algumas considerações sobre o tema

Segundo Teixeira (2001), participar significa *“fazer parte, tomar parte, ser parte de um ato ou processo, o que implica em pensar o todo, as partes, o Estado, a sociedade e as suas relações, sendo, portanto, algo heterogêneo, marcado pela diversidade de interesses, valores, recursos de poder. O mesmo adverte para o desafio de se responder aos interesses gerais diante do particularismo e do corporativismo dos atores, exigindo-se condições objetivas e subjetivas e arenas públicas, no qual os atores possam negociar e argumentar, livremente, permitindo a consecução de consenso e de decisões no sistema político.”*

Para este autor, três elementos são importantes itens de análise na definição desse tema: (i) o poder político, que supõe uma relação em que os atores, com os recursos que dispõe nos espaços públicos, fazem prevalecer seus interesses, valores, afirmando-se como sujeitos de direitos e obrigações; (ii) se é orientada para a decisão no processo político ou para a expressão, que, apesar de ter influência no processo decisório, se caracteriza por marcar presença na cena política, sendo de caráter mais simbólico; (iii) e, a cultura política, vista como algo que pode impulsionar ou inibir a participação.



Nesse sentido, Teixeira (2001) o referido autor ainda difere e conceitua alguns tipos de participação:

- participação social ou comunitária é quando orientada para a prestação de serviços à comunidade ou à alguma organização;
- participação política é impregnado de conteúdo ideológico, tendo sido utilizada tanto para legitimar a dominação, quanto para se opor ao Estado, considerando-se desde ao comparecimento em reuniões partidárias, comícios, até inscrever-se em associações;
- participação popular é geralmente designada para nomear a ação desenvolvida pelos movimentos, em sua grande maioria de caráter reivindicatório, objetivando ao atendimento de carências ou à realização de protestos, compreendendo um posicionamento contra o Estado, que é visto como um inimigo e a política como uma ação do cotidiano; este conceito também vem sendo utilizado por governos e organismos internacionais como uma forma de envolvimento dos segmentos dominados da população em seus projetos e políticas e com objetivos de manipulação ideológica, intencionando conferir legitimidade a governos e suas propostas compensatórias ou invés das políticas de ajuste estrutural;
- e, por último, participação cidadã é termo sugerido como uma forma de se requalificar a participação popular, atribuindo-lhe os critérios de equidade e justiça, ou seja: ao mesmo tempo que é marcada pelo fazer-parte do processo político-social, que pressupõe múltiplas identidades, interesses e valores, compreendendo um espaço de heterogeneidade, diversidade e pluralidade; também traz o elemento da cidadania, enfatizando as dimensões de universalidade, generalidade, igualdade de direitos, responsabilidades e deveres. (TEIXEIRA, 2001, p. 32)

Sob a ótica de Dagnino (2002), o conceito de participação faz parte de um campo marcado por uma confluência perversa entre distintos paradigmas: o projeto do Estado mínimo que se desresponsabiliza do seu papel garantidor de direitos e delega ações para a sociedade civil; e o projeto político construído a partir da década de 80, que tinha como propósito a extensão da cidadania e o aprofundamento da democracia.

Para o Estado neoliberal é necessário a participação de atores na implementação das políticas públicas, assumindo áreas ou projetos no qual o Estado não tem interesse em atuar. O engajamento, neste caso, é transformado em ferramenta de gestão, passando a ser um elemento essencial na eficácia dos programas e projetos governamentais. A partir dos anos 80,

um novo projeto político passa a ganhar expressão, e propõe a incorporação de novas formas de relacionamento Estado/sociedade, no qual a participação dos atores na construção das políticas públicas é necessária para a garantia da sua liberdade e da sua igualdade, a fim de que possam defender e negociar seus interesses, em condições iguais de convencimento para a conquista, inclusive, de condições materiais concretas.

Segundo Dagnino (2000), o sentido da perversidade se coloca então nesta ambivalência, no qual dois projetos políticos antagônicos, com relação à função da participação da sociedade na arena pública, requerem uma sociedade civil ativa e propositiva. Corroborando com Dagnino (2002), para Tatagiba (2003) a participação passou a ser então um elemento estratégico tanto para a democracia participativa, quanto para a concepção neoliberal da relação entre Estado e sociedade. Ambos afirmam a necessidade de superação da cultura patrimonial e burocrática, e defendem a participação da sociedade no processo de construção das políticas públicas, mas divergem quanto à sua função nesse processo e o papel do Estado.

Evidencia-se, então, a complexidade com relação ao tema da participação, que, ao contrário do que declarou Moroni (2009), não tem um valor em si mesmo (TEIXEIRA, 2001; DAGNINO, 2002), uma vez que pode ser instrumental de um projeto político.

Ampliando então o olhar analítico, essa discussão não se restringe apenas à questão da participação, ela está inserida em algo mais amplo que é a concepção de democracia que fundamenta estes projetos políticos. Identificam-se duas perspectivas que, apesar de reconhecerem a democracia como algo importante, tem concepções opostas sobre o seu conceito: de um lado, uma democracia procedimental (BOBBIO, 1987), que diz respeito à forma de governo, aderente ao projeto liberal, que se restringe ao cumprimento de alguns procedimentos formais, como as eleições periódicas, espoliada de qualquer dimensão política e social; e, um projeto de uma democracia substancial (BOBBIO, 1987), que diz respeito ao conteúdo desta forma, que tem como pressuposto a participação efetiva dos cidadãos na formação do governo.

A primeira caracteriza-se, segundo Reis (2002), como uma concepção minimalista ou procedimental, no qual restringe a democracia à garantia dos direitos civis dos cidadãos e ao chamado "estado de direito". Nesta, as práticas autoritárias e o formalismo processual prevalecem sobre a participação e sobre a ampliação do regime democrático.

Ainda segundo Reis (2002), na concepção maximalista ou substantiva, não basta apenas que o arranjo político-institucional seja democrático, é necessário que a democracia tenha um conteúdo social mais rico, abrangendo as dimensões políticas e sociais. Pode-se dizer então que a qualidade da democracia interfere diretamente na qualidade de participação e vice-versa, ao ponto em que não é possível falar de uma democracia maximalista se os cidadãos não têm a cultura de participação nas questões públicas relacionadas à sua vida.

A democracia ganha legitimidade quando os cidadãos, de fato, conseguem influenciar nas decisões e na condução política. A qualidade da democracia vem responder às questões: Quem governa? Como governa?

Para Coutinho (2005), a democracia tem como pressuposto e meta a socialização da participação política, em última instância, a plena soberania popular. Não deve ser entendida como algo estático, mas sim como um processo, que se expressa numa crescente socialização da participação política, na ampliação crescente da participação popular. Defende a tese de que a democracia, ão sentido forte da palavraõ tem uma dimensão política, expressa na partilha do poder frente às tomadas de decisões sobre o interesse público; uma dimensão social, expressa na efetivação de condições materiais iguais, a fim de evitar que o sujeito seja tão pobre que necessite se vender, ou tenha um sujeito com capacidade de conquistar milhões de votos por ter controle de meios de comunicação. (COUTINHO, 2005)

Para Santos (2002) o sentido da democracia foi esvaziado e reduzido a eleição, via voto, dos representantes políticos, sem participação efetiva da sociedade civil organizada. Defensor da democracia participativa, que confronta a ãdominação, o patriarcado e a diferenciação identitária desigualõ (SANTOS, 2002, p.27), advoga a necessidade de mecanismos de controle da sociedade civil sobre as ações governamentais. Ainda para Santos (2002) a democracia participativa vem complementar os mecanismos da democracia procedimental liberal, por meio de uma nova configuração entre Estado e sociedade, no qual são abertos canais de participação política, através do qual os atores deixados à margem poderão ser incluídos dentro do processo democrático.

Com relação ao conceito contemporâneo de Estado, este está vinculado ao projeto político neoliberal, que se consolidou como forma hegemônica global, no final do século passado, o Brasil inclui-se nesse contexto (SANTOS, 2002). Este projeto tem como princípios: a economia neoliberal; o Estado mínimo; a democracia liberal; e, o primado do direito e dos

tribunais. A economia neoliberal baseia-se na liberalização dos mercados, na diminuição da intervenção estatal na economia e na sua submissão aos preceitos dos organismos internacionais de regulação da economia. O princípio do Estado mínimo sustenta-se na necessidade de uma reforma para a sua adequação aos ditames da economia de mercado, de forma a facilitar e garantir o bom funcionamento do capitalismo mundial, não se busca a democratização e seu aprofundamento. Com relação à democracia liberal, baseia-se em uma concepção minimalista, restringindo, ao máximo, a participação. Trata-se das condições necessárias para o livre desenvolvimento da economia de mercado, por meio da garantia do direito a propriedade privada, dos contratos e normas legais que regem as transações econômicas.

Nesse aspecto, Santos (2007) ainda destaca que a principal característica do Estado no contexto do projeto político neoliberal é a sua desobrigação com a regulação social e a privatização de serviços públicos, que implica na ascensão de atores não-estatais à condição de controle sobre as vidas e o bem-estar de vastas populações (SANTOS, 2007, p. 15). Há a primazia das obrigações contratuais privadas e despolitizadas na relação dos atores sociais com este Estado, que ficam a mercê das iniciativas privadas no que diz respeito à sua proteção social.

Para Santos (2007), algumas dessas situações são descritas como a ascensão do *neofascismo social*, que define como um regime social de relações de poder de extremamente desiguais que concedem à parte mais forte o poder de veto sobre a vida e o modo de vida da parte mais fraca (SANTOS, 2007, p. 16). O *neofascismo social* pode coexistir com a democracia política liberal, ou seja, uma sociedade que tem a democracia como sua forma política, mas o conteúdo desta democracia é socialmente fascista.

De toda sorte, o referido autor também reconhece a emergência de novas práticas políticas, com a ampliação de formas de participação direta na definição do interesse público. No Brasil, destacam-se algumas experiências, mesmo que pontuais, mas que tem um peso simbólico bastante significativo no processo de ressignificação democrática, como o Fórum Social Mundial e o orçamento participativo (SANTOS, 2007).

Voltando a questão da participação, ela acaba por acumular, no âmbito do Estado neoliberal e da sua concepção instrumental da democracia, a função de possibilitar a cooperação entre os atores, no sentido de mobilizá-los quanto à realização de uma ação. Nesse sentido, a arena

pública é despolitizada, concebida como um espaço de articulação e agregação da diversidade. Evita-se o conflito e não se discute o que deverá ser considerado de interesse público, privilegia-se a disposição dos atores sociais em assumir parte da responsabilidade para solucionar um determinado problema. Segundo Tatagiba (2003), o padrão da interação dos atores é menos exigente, pois não é necessário debater acerca das diferentes concepções e valores, mas simplesmente mobilizar e reunir esforços dos mesmos, para tornar a ação individual mais eficiente.

O governo, desta forma, atua como um mobilizador e articulador de forças e de interesses dos diversos grupos e organizações em torno de parcerias, resultando e promovendo uma redefinição do papel do Estado, que passa a atuar em um contexto de fragmentação da oferta de serviços sociais entre os atores e de crescente busca da profissionalização e da eficácia no atendimento.

Na concepção de uma democracia substantiva, ao contrário, o interesse público se constrói na arena das disputas políticas. Nesta arena há um processo de diálogo e partilha de significados, a partir do confronto entre valores, representações e interesses dos múltiplos atores sociais. A participação é imprescindível para a exposição de conflitos e de negociação das diferenças, não apenas para a implementação de projetos, busca-se a definição das prioridades políticas, incluindo a formulação das políticas e o planejamento. O Governo atua como ator que disputa projetos e induz novas práticas.

### 1.1.3. Participação e políticas públicas

Como experiências mais simbólicas de abertura para a participação no processo de tomada de decisões de caráter público, têm-se o Orçamento Participativo (OP) e os conselhos de controle de políticas públicas. Ambos com seus avanços e desafios ainda a serem superados, principalmente com relação ao enfrentamento da cultura patrimonialista e da apropriação, na nação brasileira, do espaço público pelos interesses privados.

Fazendo um breve relato das experiências dos Orçamentos Participativos, estas surgem no âmbito de governos petistas, como uma iniciativa inovadora e pioneira de participação dos cidadãos na tomada de decisão acerca da melhor alocação de recursos, principalmente nos estados do Sul, se configurando como um importante instrumento para a busca de maior equidade e igualdade social, política e econômica (RUIZ SÁNCHEZ, 2000, p. 16). Outra

característica marcante do OP, segundo Ruiz Sánchez (2000) é que o mesmo tem se constituído como um importante elemento de redistribuição de renda, na medida em que possibilita ao maior investimento dos recursos públicos nas regiões mais pobres. Ressalta-se ainda que, mesmo com a elaboração participativa da peça orçamentária, o compromisso e a coerência do Governo com a deliberação pública acerca das prioridades do orçamento só será atestado na medida em que o mesmo execute o OP. Com relação aos avanços introduzidos pelo OP para a cultura democrática brasileira, destaca-se a possibilidade de inclusão de novos atores nas arenas públicas, por meio de participação mais ampla dos cidadãos comuns.

Seus desafios estão na ordem de: promover uma mudança cultural, tornando os procedimentos estatais mais transparentes e acessíveis aos cidadãos, além de permitir a participação mais intensa; ampliar a discussão e o controle destes cidadãos para além do gasto público, incorporando no debate, de forma mais efetiva, a questão da receita estatal e suas fontes de arrecadação; e buscar uma maior integração com os outros mecanismos que promovam a participação, como os conselhos gestores de políticas públicas.

No caso dos conselhos de política, que, em sua maioria, são de caráter deliberativo acerca das políticas públicas, gozam de certa perenidade, com relação às mudanças governamentais, e de estruturas político-institucionais permanentes, por serem criados a partir de legislações específicas. Vários estudos apontam para a importância destes conselhos no processo de democratização das políticas (CARVALHO, 1998; DAGNINO, 2002; AVRITZER, CUNHA, 2007), ao mesmo tempo em que apontam para a ainda fragilidade da sua função deliberativa, que, com frequência, acabam adotando uma função apenas consultiva ou legitimadora das decisões tomadas nos gabinetes governamentais (DAGNINO, 2002).

As relações que se estabelecem entre o Estado e a sociedade civil nesses foros participativos, como os OPs e os Conselhos, são eminentemente tensas e permeadas por conflitos, principalmente no que se refere à partilha do poder, principalmente quando: de um lado, o Executivo resiste em compartilhar o poder acerca das decisões referentes às políticas públicas; de outro, a sociedade civil insiste em participar efetivamente dessas decisões e concretizar o controle social. O conflito também se manifesta por meio da demanda pela ampliação do âmbito das decisões envolvidas, para políticas públicas mais amplas, e aponta também para a necessidade de que a gestão participativa possa ter repercussão no conjunto da estrutura administrativa e não apenas em alguns setores isolados.

Segundo Dagnino (2002), por parte do Governo os mecanismos que bloqueiam uma partilha de poder efetiva nos espaços institucionalizados de participação, dizem respeito às concepções políticas resistentes à democratização dos processos de tomada de decisão e às características estruturais do funcionamento do Estado, com o predomínio de uma razão tecnoburocrática. De outro lado, por parte da sociedade civil, o elemento que se destaca para participação mais equitativa nos espaços públicos é a necessidade de qualificação técnica e política. A primeira se expressa por um saber técnico especializado acerca do tema em debate, do funcionamento da máquina pública. Já a qualificação política traz como desafio a capacidade de conviver com a multiplicidade de atores com concepções e interesses diversos, ou até mesmo projetos políticos distintos, nas arenas públicas.

Na literatura, há dissenso sobre a eficácia desses canais institucionais de participação. Os autores que defendem estes canais partem do pressuposto de que a participação pode aumentar a qualidade dos serviços públicos, melhorando a sua efetividade, tornando os gastos mais eficientes (MILANI, 2008), reduzindo os custos envolvidos no processo de mobilização política (COELHO & FAVARETO, 2007), ou ainda aumentando as chances de representação e as possibilidades de maior influência dos setores desprivilegiados nos processos políticos. (FREY, 1996, p. 116)

Apontam ainda que, em determinadas condições, por meio da participação, é possível ter resultados relevantes tanto em termos de inclusão quanto de distribuição (COELHO & NOBRE, 2004). Dentre essas condições, destacam-se: a presença da sociedade civil organizada, quando capaz de aproximar as demandas sociais das políticas, que são objetos dos foros participativos e de legitimar as iniciativas públicas; o desenho institucional ao qual estão submetidos, que permite a alternância de forças entre os participantes, além de criar o ambiente procedimental e comportamental adequado para o alcance dos objetivos desejados com a política em questão; por fim, o comprometimento e a abertura dos gestores para com o funcionamento e as deliberações destes foros. (DAGNINO, 2002)

Tatagiba (2003) relaciona alguns argumentos de teóricos em defesa da participação como elemento estruturante para a melhoria dos resultados das políticas, destacando-se: aumento da chance do desenho final de determinado programa ou projeto refletir a complexidade da realidade local, uma vez que supõe o diálogo ativo entre as instâncias governamentais e os cidadãos interessados; favorecimento do comprometimento dos atores estratégicos envolvidos na formulação da política com a sua execução, potencializando o controle social, como

elemento importante para o sucesso das políticas; e, a consideração dos critérios de justiça e equidade na aplicação dos recursos, uma vez que se reforça a presença de atores normalmente excluídos da arena de definição política e orçamentária, que passariam a expressar seus interesses.

Segundo Dagnino (2002), nos estudos que realizou, há um reconhecimento quanto ao impacto positivo da participação no processo de construção de uma cultura mais democrática, evidenciado na:

- contribuição para a modificação da cultura política brasileira ó por meio do confronto das concepções elitistas de democracia, com suas características tecnocráticas e autoritárias quanto à tomada de decisão, o que tem contribuído para ampliar a transparência das ações estatais;
- ampliação da capacidade política da sociedade civil ó por meio de um aprendizado em conviver com as diferenças e com a existência e legitimidade do conflito, enquanto instâncias inerentes à democracia e à cidadania, além de ampliar a sua capacidade propositiva e de perceber a sociedade no seu conjunto, superando uma cultura particularista;
- possibilidade de expressão e de defesa de segmentos mais excluídos da sociedade ó esses canais de participação se configuram como instrumentos para a publicização de demandas, o que resulta no reconhecimento destes por parte da sociedade como um todo, mesmo que não encontrem ainda grande repercussão nas políticas públicas.

Nesse sentido, Tatagiba (2003) chama a atenção para que apenas a experiência participativa que promova e resulte de um efetivo envolvimento dos atores por ela afetado, poderá produzir políticas públicas mais eficazes, justas e sustentáveis.

Em contraposição, outros trabalhos questionam a efetividade dos canais institucionais de participação, apontando para:

- as assimetrias que marcam as relações entre os atores ó com relação ao conhecimento do tema em questão, ou ao conhecimento burocrático institucional do poder público, ou à capacidade de conviver e de influenciar nesses foros, ou pela submissão das decisões aos atores estatais, ou ainda pelas assimetrias materiais, limitando com isso a possibilidade de negociação entre esses;



- e para as recorrentes capturas desses foros por grupos partidários (COELHO & FAVARETO; PERISSINOTO & FUKS, 2007).

Segundo Tatagiba (2003), destacam-se três elementos principais que interferem nos arranjos participativos e que são importantes pontos para a análise das variações nos resultados das políticas: o padrão associativo local ou cultura cívica, quanto mais uma sociedade civil diversificada, maior a sua capacidade de estabelecer uma relação autônoma para com a administração pública; o papel dos governos e seu compromisso efetivo com a democratização das políticas, não apenas por meio da criação e manutenção de canais institucionalizados de participação, mas também na execução do que é deliberado e permitindo que estes canais possam fazer o monitoramento das suas decisões; e, por fim, o desenho institucional, que se referem as regras e procedimentos na minimização dos efeitos perversos oriundos do contexto sobre a produção das deliberações. (TATAGIBA, 2003, p. 41)

É importante ressaltar que essas experiências participativas no Brasil surgem no contexto do Estado neoliberal, no qual, *a priori*, a participação serve como estratégia para consolidar uma democracia de baixa intensidade, com a negação da pluralidade e do conflito político. As arenas públicas se constituem em espaços para a barganha e para uma participação de conveniência (TATAGIBA, 2003), necessária tanto para o Governo, que precisa legitimar suas decisões, quanto para os atores sociais, que ampliam sua capacidade de articulação e de mobilização de recursos com um dos seus possíveis empregadores, e, em muitos casos, o seu maior empregador.

Com relação ao Estado da Bahia, sua cultura política fortemente marcada pelo coronelismo e patrimonialismo, concorrem contra ambientes democráticos e coíbem práticas participativas. Segundo Avritzer (2007)<sup>1</sup>, a Bahia parece possuir, no que diz respeito à organização da sociedade civil, uma dinâmica social mais próxima à do Estado do Ceará, no qual os movimentos sociais urbanos não foram significativos no período de redemocratização, a partir da segunda metade dos anos 80, ao contrário do Estado de Pernambuco, que se destaca como estado nordestino que segue uma lógica semelhante da região sudeste, caracterizada pelo associativismo urbano mais ativo. A Bahia, principalmente pela dominação política exercida

---

<sup>1</sup> Conforme pesquisa sobre conselhos de políticas e orçamentos participativos nos estados da Bahia, de Pernambuco e do Ceará, que resultou na publicação *A participação social no Nordeste*.

pelo grupo político ligado a Antônio Carlos Magalhães, tornou-se um estado com uma cultura política administrativa antiparticipativa, no qual o impacto democratizante das políticas participativas sobre as políticas públicas é o menor com relação aos Estados de Pernambuco e do Ceará.

Por meio da sua pesquisa, Avritzer (2007) demonstrou que a efetividade das instituições participativas varia conforme a tradição política anterior de participação e, no caso da Bahia, é grande o desafio. Quatro das cinco ordens de fatores que, segundo Milani (2007), até então interferiram na integração do princípio participativo na gestão pública baiana são informados abaixo:

- O processo de desenvolvimento econômico contemporâneo da Bahia é marcado pelas estratégias econômicas do capital corporativo- que traz como consequência a reprodução da exclusão e das desigualdades sociais- e por um modelo de crescimento dualista, no qual velhas estruturas sociais e institucionais convivem com a ãmodernidadeö.
- O projeto de modernização local tem sido implantado com base nas prioridades, valores, interesses e atitudes das elites baianas, com a supressão do pluralismo e da participação dos diversos atores e a, então, primazia de uma cultura política coronelista, com um ãespaço público surdo e quase mudoö.
- Como herança do patrimonialismo- no qual o bem público é apropriado privadamente por aqueles que dominam os segmentos mais importantes da economia-, a política na Bahia é marcada por uma concepção individual do poder institucional, no qual não tem o sentido do grupo, da classe; o poder é individualizado e destinado a conservar e não a mudar o *status quo*. Como implicação desta concepção, há a centralidade na ideia de chefe político, que encarna o papel de responder aos problemas individuais e coletivos. Dois exemplos clássicos dos chefes baianos foram Juracy Magalhães e seu sucessor Antônio Carlos Magalhães, que buscavam centralizar o poder das decisões da coisa pública em benefício próprio e mantendo as desigualdades estruturais.
- Em decorrência do ãmito da baianidadeö<sup>2</sup>, que difunde a ideia de uma cultura própria e original na Bahia, no qual o povo baiano é enaltecido como o detentor de uma cultura e

---

<sup>2</sup> Retórica que preconiza que a Bahia ideal corresponderia a um estado unísono, singular e cordial. Segundo Milani (2007), se caracteriza por ser uma narrativa ideológica marcada pelo simbolismo da cultura afro-descendente, da não-conflitualidade, da mestiçagem, da democracia racial e do culto ao popular.

saber singulares, que, instrumentalizado pelas elites, visa à manutenção do padrão de dominação e a mercantilização de bens simbólicos.

Logo, a política baiana não tem como característica marcante o confronto e a expressão da diversidade de interesses entre atores individuais e coletivos em torno da agenda pública e de projetos de sociedade, pelo contrário, vem de uma cultura no qual as possibilidades de participação eram minadas e o poder na tomada de decisão era centralizado nas mãos de um chefe político, que promoveu um desenvolvimento atrelado aos interesses do capital corporativo, aprofundando as desigualdades e a exclusão social.

Promover a gestão participativa implica, no caso no Estado da Bahia, em ter a capacidade política de gerar ações públicas de forma coletiva, em que atores governamentais e não-governamentais tomem parte de um processo político sobre um determinado assunto de natureza pública. O nível de intensidade da ação pública local depende da forma (quantitativa e qualitativa) como esses atores atuam em torno de um campo específico de política pública, partindo sempre da necessidade de democratizar os processos decisórios e de produzir resultados efetivos. (MILANI, 2007)

#### 1.1.4. Conceito adotado nessa pesquisa

A fim de aprofundar o conceito adotado nessa pesquisa, destacam-se algumas de dimensões da participação, que são fundamentais, interligadas e que interagem permanentemente:

- dimensão política ó refere-se aos objetivos da conservação ou da mudança social, que podem estar implícitos ou explícitos no discurso político; refere-se à partilha do poder e ao reconhecimento do direito de interferir efetivamente nas decisões políticas; é por meio dessa dimensão que as aspirações e as necessidades dos diferentes segmentos da população podem ser expressas no espaço público de forma democrática; está associada ao modo como esses segmentos se percebem como cidadãos;
- dimensão pedagógica ó o ato de participar também é um processo educativo-pedagógico: tanto por que demanda um saber técnico especializado acerca do tema em debate e do funcionamento do Estado, o que implica em formação; quanto por que expressa desejos, necessidades, construção de argumentos, formulação de propostas, compreensão de outros pontos de vista, negociação e construção de consensos, atitudes que transformam todos

aqueles que integram processos participativos; além do que, há o pressuposto de que quanto mais o seu exercício, maior capacidade dos atores interrelacionarem-se de forma assertiva em uma arena política, o que favorece a construção e a consolidação de uma cultura participativa, no qual a intervenção nos espaços públicos é algo ordinário;

- dimensão social e econômica - para a participação efetiva dos diversos atores, há que se considerar a igualdade material entre os mesmos e a sua liberdade de ir e vir; não há possibilidade de se ter um ambiente democrático, na medida em que os atores não se reconheçam com iguais direitos de fala e de deliberação e que também seja possível a cooptação como forma de barganha material, como ressalta Coutinho (2005).

A partir da discussão teórica apresentada acima, pode-se dizer que a participação tem um caráter instrumental, na medida em que não há compartilhamento de poder no processo de construção das políticas, as decisões são tomadas por um núcleo estratégico do governo e os atores são chamados a participar na etapa de execução da política. Não se discute o interesse público e sim a disposição dos atores em assumir parte da responsabilidade do Estado com o objetivo de solucionar um determinado problema.

O desenho institucional dos espaços participativos não assegura o debate de ideias, os grupos chamados a participar têm uma tendência à homogeneidade e o objetivo do Governo está em articular e agregar de interesses particulares e/ou buscar a legitimação das suas ações. O conflito é concebido como algo deletério e uma ameaça às alianças institucionais. Não se aprofunda o debate acerca das concepções de mundo e dos diversos projetos ideológicos em disputa. A arena política é concebida como um espaço de articulação e agregação dos atores para a assunção de parte da responsabilidade para solucionar um determinado problema. O Estado como estrutura social, politicamente comprometida com interesses de grupos hegemônicos. A construção dos consensos se dá de forma assimétrica, incorporando posições e interesses dos segmentos sociais dominantes, não existindo equidade na interação.

Por outro lado, a participação tem um caráter substantivo, na medida em que se observa a partilha do poder no processo de construção da política. As decisões são tomadas de forma participativa e por meio do consenso construído no debate em torno de interesses divergentes entre os diversos atores sociais. Os espaços participativos, institucionalizados pelo governo, tendem a promover a participação substantiva, quando não se restringem a um determinado grupo, pois pressupõe a pluralidade, diversidade e heterogeneidade de atores; são desenhados

para assegurar a disputa/confronto de ideias, valores. O conflito é percebido como algo intrínseco ao processo de construção de consenso em torno da tomada de decisão acerca do interesse público.

A relação com o Estado é politizada, e é concebida e praticada como *locus* de construção do interesse público; há um processo de diálogo e partilha de significados, a partir do confronto entre valores, representações e interesses dos múltiplos segmentos sociais. Já a relação que os atores da sociedade civil estabelece com o governo é de interdependência e de responsabilização, pois, buscam exercer o controle social sobre as ações implementadas e disputam o espaço para a tomada de decisão na política pública. A sociedade civil, por outro lado, defende os interesses difusos e coletivos.

De toda sorte, faz-se necessário compreender a participação dos diversos atores políticos na consolidação democrática como um processo histórico em construção, que tem como grande desafio a gestão da diversidade, enquanto elemento fundamental para a sua edificação. Segundo Brandão (2007), romper com a desarticulação e com os pactos e fortalecer a identidade e a diversidade é uma tarefa longa e difícil e que deve também assumir um caráter pedagógico procurando orientar os atores a lutar pela publicização do Estado, repolitizando as administrações públicas.

Diante do acima exposto e sendo o conceito de participação multifacetado e polissêmico, o mesmo será utilizado no plural, para expressar sua polissemia e as assimetrias vivenciadas pelos atores, bem como as suas diversas funcionalidades, intensidades e significados.

## 1.2. JUVENTUDES: TRANSFORMAÇÕES CONCEITUAIS

O tema juventudes, ao longo das últimas décadas, vem ganhando destaque, tanto nos governos, quanto nas agências internacionais e nos estudos acadêmicos (ABRAMO, 1997; CORTI & SOUZA, 2004; CASTRO, 2007). Enquanto categoria analítica, um dos elementos para a definição das juventudes é uma determinada faixa etária, com a ressalva de que este elemento não pode ser tomado unicamente, pois implicaria em restringir o conceito, na medida em que engloba uma enorme diversidade em um único conjunto.

Segundo Waiselfisz (2007), para além da definição estatística, o sentido do termo varia em diferentes sociedades em todo o mundo, sendo também resultante das circunstâncias políticas, económicas e socioculturais. Ainda segundo este autor, de uma forma geral, compreende-se que o início dessa fase começa em torno dos 15 anos de idade, quando finalizam as transformações da adolescência, e o seu término parece ser bem mais difuso: 18, 24 ou até 29 anos ou mais de idade, segundo o país, a época, dentre outros fatores.

No âmbito internacional, o termo juventude foi definido, pela primeira vez, em 1985 pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), por conta do Ano Mundial da Juventude, que teve como objetivo chamar a atenção dos países para os problemas e temas relativos à juventude, sob o slogan de "Participação, Desenvolvimento e Paz". A época delimitou-se a faixa etária entre os 15 e os 24 anos para designar as pessoas jovens. Esta definição foi reiterada em 1995 quando a mesma Assembleia aprovou o Programa Mundial de Ação para a Juventude, recomendando que os países, a partir 2000, implementassem políticas integradas para a juventude. (SILVA & ANDRADE, 2009)

Diversos encontros foram realizados neste ano, com destaque para o Congresso Mundial da Juventude, organizado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e ocorrido em Barcelona, em julho de 1985, que emitiu a Declaração de Barcelona, que dentre outros acordos, aprovou a promoção do diálogo das culturas e das civilizações, tendo a juventude como um dos focos do seu programa de ação.

Em 1998, é realizada pela ONU a I Conferência Mundial de Ministros Responsáveis pelos Jovens, que resultou na Declaração de Lisboa e o Fórum Mundial de Juventude do Sistema das Nações Unidas, que resultou o Plano de Ação de Braga. Na Declaração, os países se comprometeram a compartilhar experiências das melhores práticas nacionais para subsidiar a elaboração, execução e avaliação das políticas de juventude. O Plano de Braga, por sua vez, representa um dos principais marcos de que os jovens passam a ser concebidos como tendo um grande potencial para contribuir para a promoção dos direitos humanos.

No Brasil, é na década de 90 que as ações governamentais passam a considerar a juventude como um segmento específico. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) vem inaugurar uma nova noção de cidadania para os brasileiros entre doze anos de idade incompletos a dezoito anos de idade, garantindo sua proteção integral. Ainda nessa década, no ano de 1997, a partir do Seminário "O jovem nas trilhas das políticas públicas", uma iniciativa da Comissão

Nacional de População e Desenvolvimento, são criadas as primeiras secretarias e coordenadorias de juventude em prefeituras municipais brasileiras.

Porém, ainda nesta década, os jovens eram comumente relacionados aos problemas sociais, ganhando visibilidade nacional, com uma imagem negativa e associada à violência, por meio de acontecimentos marcantes como o assassinato do índio Galdino, em Brasília, ou às rebeliões nas unidades estaduais para jovens em conflito com a lei. Os programas e projetos sociais dirigidos a este segmento populacional estavam baseados na concepção de tutela, controle e prevenção, orientados para o controle social do tempo livre, com foco no atendimento preferencial de jovens em situação de risco social.

A percepção pela ótica do problema social, segundo Abramo (1997), tem como raiz a sua concepção como um momento de transição entre a infância e a maturidade, sendo, assim, um momento crucial de socialização, no qual o indivíduo ressignifica seus valores e se prepara para assumir seus posicionamentos e seus papéis na fase adulta. Nesse sentido, as preocupações sociais recaem sobre o processo de socialização dos jovens e sobre as falhas na assunção dos papéis adultos e na sua integração social. A sua imagem estava relacionada à pobreza e à violência: jovens infratores que viviam nas ruas, gangues, galeras, viciados, que assustam e que ameaçam a integridade social. Na academia, o olhar analítico para com a juventude estava voltado para discutir os sistemas e instituições presentes nas suas vidas, bem como as estruturas sociais que conformam situações problemáticas, pouco enfocando o modo como eles próprios vivem e elaboram essas situações (ABRAMO, 1997; SPOSITO, 1997).

Em termos de políticas públicas, segundo Abramo (1997), na década de 90 a maior parte dos programas era de curta duração e voltado para a inclusão social de jovens por meio de oficinas de capacitação. Tinha como objetivo, explícitos ou implícitos, afastá-los das ruas ou ocupar seu tempo ocioso, buscando conter os riscos reais ou potenciais que provocavam. Havia poucos projetos preocupados com a formação cidadã dos jovens e, em sua maioria, estes estavam centrados em enfrentar os problemas sociais que os afetavam, mas, principalmente, eram concebidos como um problema, no qual precisava de uma intervenção, a fim de salvá-los ou integrá-los à vida social.

Havia dificuldade de considerá-los para além da concepção de problema social e de concebê-los efetivamente como sujeitos capazes de formular questões e ações relevantes a

respeito da sua própria condição e de manter uma relação dialógica com outros atores. Os programas e projetos tinham como enfoque os problemas relacionados com a juventude: prostituição, drogas, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez precoce, violência e, mesmo quando se abordava o tema da cidadania era dentro da perspectiva da denúncia dos direitos negados. Havia pouco espaço de participação dos jovens, enquanto sujeitos capazes de enunciar suas próprias questões, de definir e negociar os seus direitos.

As jovens eram identificadas pelos diversos atores políticos como desinteressados pela política e pelas questões sociais, vítimas e resultantes da acentuação do individualismo e do pragmatismo, próprios do sistema econômico vigente. A preocupação para com a juventude se justificava muito mais pela ausência desta nos espaços e canais de participação política do que pelas questões que lhe são relativas.

No Brasil, no final da década de 90, entra em disputa no cenário nacional a concepção de juventude como um elemento estratégico para o desenvolvimento, a partir da configuração da pirâmide etária que chamava a atenção para uma onda jovem, no qual a população de 15 a 29 anos passa a ser o maior segmento populacional. Esse fato impulsiona a criação de secretarias e coordenadorias estaduais e municipais voltadas para este segmento.

Com a consolidação da agenda internacional em torno da questão juvenil e da articulação e atuação da sociedade civil brasileira, vários debates e estudos começam a ser realizados, ressignificando o olhar sobre a juventude e rompendo visões estereotipadas, revelando e compreendendo suas características: como vive, quem são e como participam do seu processo histórico. As organizações e os mais variados grupos juvenis – cultural, esportivo, ambiental, político-partidário, etc. – tiveram um papel importante ao pressionar o poder público para que reconhecesse os jovens como sujeitos de direitos, com suas especificidades e necessidades, e para que formulasse políticas para este segmento da população.

Destaca-se como avanço desta época, segundo Carrano (2000) o entendimento da juventude, para além de determinada idade biológica ou como período de transição, compreendendo-a como complexidade, que se expressa por meio de muitas formas de existir, nos diferentes tempos e espaços sociais. Para Carrano (2000), é simplista defini-la com base apenas em uma determinada faixa etária, apesar dessa aceção ser funcional para a realização de estudos estatísticos, a formulação de políticas, a classificação de filmes e programas televisivos, etc.



Embora a juventude também seja considerada uma categoria social que agrega sujeitos que compartilham a mesma fase da vida, atualmente, reforça-se a necessidade de reconhecer a multiplicidade de experiências entre os jovens, havendo, portanto uma recomendação de tratar do tema no plural; o conceito nos reportaria, então, a noção de juventudes, de modo a expressar toda a complexidade e pluralidade do fenômeno a ser abordado. (MARGULIS & URRESTI, CARRANO, 2000; CASTRO & ABRAMOVAY, 2002; CORTI & SOUZA, WASELFISZ, 2004; ABRAMO, 2005; DAYRELL, 2009).

A concepção de juventudes não deve, então, ficar restrita à classificação etária, o olhar analítico deve ser ampliado, a fim de compreendê-la enquanto categoria em constante construção social e histórica, incorporando sua complexidade- expressa pelas dimensões biológicas, sociais, políticas, culturais, econômicas, psíquicas, etc.- que interferem nas suas trajetórias e condições vivenciadas.

Ampliando a discussão acima, Margulis e Urresti (2000) colocam que a juventude é mais que uma palavra, revelando a polissemia a que este signo remete, e que os limites etários são imprecisos, pois a condição juvenil não se expressa da mesma forma para todos os integrantes que compõem determinada faixa etária, por isso a necessidade de se compreender as diversas condições juvenis, que são influenciadas pelos seguintes atributos:

- a idade e suas características biológicas, expressas nas condições do corpo;
- a geração e suas características históricas e culturais, expressas nas diferentes formas de estar no mundo, nos seus códigos, linguagens, nas suas diferentes formas de perceber e apreciar a realidade;
- a moratória vital, no qual para os jovens são atribuídos a posse de um excedente de tempo, que lhes confere a sensação a invulnerabilidade e está relacionada ao segmento etário- suas forças disponíveis, sua capacidade produtiva, sua resistência ao esforço (capital energético);
- a moratória social, no qual para os jovens são postergadas exigências familiares e de trabalho, em prol do uso do tempo para o estudo e a capacitação e que está relacionada à classe social (capital simbólico);
- a classe social, neste caso a condição juvenil está relacionada a uma vivência diferenciada da moratória social, dos códigos, das linguagens e dos acessos a bens materiais, culturais e sociais específicos da sua classe social;

- ao gênero, a condição juvenil se expressa de forma diferente entre os homens e as mulheres, devidos as questões relacionadas à maternidade, aos cuidados familiares e ao trabalho.

Nesse sentido, existem diversas condições juvenis: ter dezoito anos, ser mulher pobre e negra, é completamente diferente de ter vinte e três anos, ser homem branco e rico. Os jovens das classes sociais mais pobres tendem a vivenciar sua condição juvenil de forma mais curta, uma vez que são compelidos a ingressar mais cedo no mundo do trabalho e a assumir com menor idade as obrigações familiares.

Tal como la hemos venido definiendo, la juventud es una condición que se articula social y culturalmente en función de la edad -como crédito energético y moratoria vital, o como distancia frente a la muerte-, con la generación a la que se pertenece -en tanto que memoria social incorporada, experiencia de vida diferencial-, con la clase social de origen -como moratoria social y período de retardo-, con el género -según las urgencias temporales que pesan sobre el varón o la mujer-, y con la ubicación en la familia - que es el marco institucional en el que todas las otras variables se articulan. (MARGULIS & URRESTI; 2000, p. 10)

Por outro lado, a noção de moratória para Dayrell (2009), com um tempo para experimentações, não contempla as vicissitudes decorrentes deste período de descobertas. Alerta também para outra tendência conceitual, em que os jovens são percebidos apenas pela dimensão cultural, como se apenas expressasse sua condição juvenil quando envolvidos em atividades culturais.

Pode-se dizer que as características mais marcantes da concepção de juventudes na contemporaneidade são suas experiências múltiplas (CARRANO, 2000); a fluidez e a complexidade (CORTI, 2004); as suas condições e trajetória juvenis (MARGULIS & URRESTI, 2000; LÉON, 2005; CASTRO, ABRAMOVAY & LÉON, 2007). Não se trata de uma concepção estática ou de um significado acabado, mas sim de um processo dinâmico de construção ainda em curso, que envolve, não só as representações que a sociedade possui sobre os jovens, mas também a percepção dos próprios jovens sobre a sua situação. (CORTI, 2004)

O conceito adotado pelo Conselho Nacional de Juventude, para além da caracterização das juventudes por faixa etária dos 15 a 29 anos, define-as como condição social, destacando a

multiplicidade de identidades, de interesses e de demandas. Segundo Castro e Abramovay (2007), mais do que uma fase de transição e uma janela de oportunidades econômicas, como a define o Banco Mundial, as juventudes vivem a realidade do hoje, em um espaço tempo bem definido e com necessidades próprias, sendo sujeitos de direitos no presente, na medida em que necessitam que suas demandas sejam atendidas e seus direitos garantidos.

É importante registrar que nesse processo de ampliação do sentido sobre a concepção das juventudes, dois pontos merecem atenção na conformação de política pública: o primeiro é o reconhecimento da complexidade e multiplicidade de características, estilos, linguagens e expressões que compõem esse grupo, não podendo ser mais definido apenas por um aspecto, quer pela faixa etária, quer pela participação política, como nos anos 90; o segundo ponto é o reposicionamento dos jovens na sociedade enquanto sujeito, da fala e de direito, e não apenas como vítima ou alienados aos problemas sociais.

A questão da complexidade e da multiplicidade traz como consequência a necessidade de se revelar as diversas e peculiares formas de participação social e política, além das demandas específicas de cada condição. Já o entendimento enquanto sujeitos de direitos, integram os jovens como elementos estruturantes do processo de construção social e para o qual se deve voltar as ações de ampliação das suas capacidades. Essa concepção inscreve-os em um novo contexto, no qual se deve assegurar a sua proteção legal e os meios para o seu desenvolvimento integral- econômico, político, cultural, dentre outros. Traz como desafio o reconhecimento das diversas condições juvenis e a superação de estereótipos construídos no imaginário social que dificultam a sua autonomia e a expressão das suas identidades e multiculturalidade.

Em 2006, os resultados de pesquisa<sup>3</sup> realizada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e pelo Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (POLIS), revelaram que: uma parcela significativa dos jovens desejava participar da vida política do país, mas, na época, não encontrava espaços para tal; as formas de participação

---

<sup>3</sup> A pesquisa "Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas" foi pioneira em entender e revelar as condições e perspectivas da juventude em relação à educação, ao trabalho, à cultura e ao lazer e os limites e as possibilidades da sua participação em atividades políticas, sociais e comunitárias (IBASE, 2006, p. 5). Participaram desta pesquisa, realizada entre julho de 2004 e novembro de 2005, 8.000 jovens de 15 a 24 anos de idade, de sete regiões metropolitanas do Brasil (Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo) e do Distrito Federal.

presentes tanto no Estado quanto na sociedade eram percebidas como distantes da sua realidade cotidiana; e, havia a existência de espaços interditos à participação. Revelaram, também, a descrença de que alguém pudesse se interessar pelos seus problemas. Com relação às suas preocupações, quatro grandes temáticas tiveram destaque: violência, desemprego, educação e pobreza/desigualdade social.

Quanto à questão da participação, os jovens relataram que a ação grupal comunitária/voluntária é a forma mais acessível e sintonizada com eles, ao tempo em que, sinalizaram a vontade coletiva de influir na agenda pública e de se engajar na construção de um Brasil melhor, além de revelarem compreensão quanto a responsabilidade tanto do Governo quanto deles próprios nesta construção. Como elementos que desestimulam a sua participação, apontaram a corrupção, a desorganização e a fragmentação das políticas e dos projetos que não dão em nada (IBASE, 2006, p. 16).

Segundo a referida pesquisa, dos 8.000 jovens entrevistados, 28,1% citaram a participação em grupos (de música, de dança, religioso, esportivo, entre outros); 18,5% participaram de algum movimento ou reunião para melhorar a vida do seu bairro ou da sua cidade; cerca de 20% dos (as) jovens afirmaram participar em atividades nas escolas/universidades aos finais de semana; 8,5% dos (as) jovens se consideraram politicamente participantes e 65,6% afirmaram procurar se informar, mas sem participar diretamente; 57% dos (as) entrevistados (as) responderam que teriam interesse e disponibilidade para participar de encontro com outros (as) jovens para dialogar sobre temas relativos à juventude brasileira.

Por meio desta pesquisa e do ambiente de diálogo, debate e aprendizagem que proporcionou, os jovens puderam explicitar seus anseios pela criação, o reconhecimento e consolidação de espaços diversos de interlocução entre eles e os poderes públicos, que contemplassem a pluralidade dos atores juvenis e que pudessem influenciar efetivamente na formulação, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas. Esta pesquisa veio reforçar a compreensão dos jovens como atores políticos e sociais, sujeitos com direitos, capazes de influenciar, por meio da participação, importantes processos de transformação no Brasil. (IBASE, 2006, p.5)

Em pesquisa mais recente, coordenada pelo IBASE<sup>4</sup> (2009), apesar das limitações apontadas ao se tomar a noção de transição como definidora da condição juvenil, o que pode desvalorizar os seus conteúdos próprios, essa concepção ainda permanece com força de definição no Brasil. Esta pesquisa teve como tema central o reconhecimento e a compreensão das demandas juvenis e das possibilidades de sua incorporação à pauta dos direitos e das políticas públicas, nos marcos do aprofundamento da igualdade e da democracia. Revelou a importância que o trabalho tem na vida dos jovens entrevistados, podendo ser caracterizado como um elemento constitutivo da sua condição na atualidade: a imensa maioria dos jovens trabalha (67,1%) ou já trabalhou (um quarto dos entrevistados), sendo que a maior parcela (43,4%) tem no trabalho sua atividade exclusiva.

Uma das suas conclusões aponta que as características que marcam mais evidentemente a população juvenil, no seu contraste com a adulta, parecem estar mais vinculadas à transição familiar que à condição de atividade (IBASE, 2009, p.128), mesmo porque parte significativa dos entrevistados entre 25 e 29 anos já se considera adulta. Fica como questão a necessidade de reflexão acerca da extensão da categoria juvenil até os 29 anos na sociedade brasileira e como recomendação a necessidade de que as políticas e programas dirigidos a esse segmento levem fortemente em conta as diferenças etárias internas à categoria, e se ponha muita atenção na consideração das singularidades que se pronunciam nessa faixa peculiar. (IBASE, 2009, p.128)

Corroborando com dados de pesquisas anteriores, também revelou que as juventudes brasileiras são marcadas por diferenças e desigualdades (nível de renda, acesso a ensino de qualidade). Revelou ainda a disposição dos jovens para participar de atividades e grupos religiosos ou esportivos, bem como aqueles ligados à cultura e diversão, e o uso das novas tecnologias e da internet como instrumentos de informação e sociabilidade. O estudo e o trabalho ainda aparecem como as suas principais preocupações, apesar da diminuição do temor ao desemprego, além da temática ambiental.

Com relação à avaliação das políticas para esse segmento, os jovens apontam que: ainda são grandes os desafios para a consolidação dos seus direitos e das políticas específicas para a juventude, ao mesmo tempo em que reconhecem o esforço do governo em atender as suas

---

<sup>4</sup> Pesquisa realizada em parceria com Instituto Pólis, no âmbito do projeto "Juventudes Sul-americanas: diálogos para a construção da democracia regional", no qual foram entrevistados 3.500 jovens com mais de 18 anos de idade para refletirem a respeito dos aspectos que definem a condição juvenil, principalmente, como fase de transição para a vida adulta.

necessidades; que percebem que suas demandas ganham um alto grau de legitimidade na opinião pública; e, que percebem também a importância de quase todos os eixos de programas e políticas em debate.

Outra recente pesquisa realizada por Castro e Abramovay (2009)<sup>5</sup>, no âmbito da Conferência Nacional, ratifica a pluralidade das identidades, expressa nos diferentes discursos e opiniões acerca dos temas que orbitam no universo juvenil, na pluralidade de bandeiras de luta e diversidade religiosa e sexual, violência, exclusão social, qualidade da educação, a questão ambiental -, das diferentes formas de participação, de pertencimento e engajamento social e político. Os jovens pesquisados destacaram os itens relacionados com a linguagem e a música, ao jeito de vestir e aparência e ao fato de ser questionador/transgressor/ousado como as principais características que os definem atualmente. A música, por exemplo, nos seus diversos estilos, aparece como um delimitador de identidades e expressões juvenis, sendo uma importante linguagem de participação sociopolítica e em substituição da participação política partidária ortodoxa e uma das ferramentas para a emancipação social e uma vez que, por meio da identificação com outras culturas, os jovens conseguem reelaborar e ampliar suas percepções. (CASTRO & ABRAMOVAY; 2009).

Outro dado revelado pela pesquisa foi o crescente interesse e a participação dos jovens na vida pública, apesar da sinalização dos mesmos de pouca confiança nos partidos políticos e no Congresso, denotando o desencanto com a política representativa, e, com isso, a necessidade de maior investimento na democracia participativa. Quanto às suas condições juvenis, se percebem hoje em uma situação de maior insegurança e com maiores fragilidades no mundo do trabalho, comparativamente aos seus pais.

A pluralidade das condições vivenciadas pelos jovens brasileiros pode ser evidenciada pela análise dos seus indicadores sociais, que demonstram, por exemplo: uma estreita relação entre a faixa de rendimento mensal da sua família com a sua origem regional e sua cor de pele; acentuada desigualdade entre jovens brancos e negros (pretos e pardos), o que resulta em menores oportunidades sociais (educação e trabalho) para estes últimos e entre os jovens da zona rural e urbana. (AQUINO, 2009)

---

<sup>5</sup> Esta pesquisa foi realizada com o objetivo de revelar e analisar o perfil, as percepções e as recomendações dos jovens contemporâneos sobre sua participação sociopolítica. Seus dados foram obtidos por meio de aplicação de questionário - 1854 instrumentos respondidos - e da realização de grupos focais e entrevistas envolvendo 280 delegados (as).

Dados do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que os 51,3 milhões de jovens brasileiros com idade entre 15 e 29 anos representa em torno de 26,9% da população total, havendo uma desaceleração do crescimento desta população. Esse contingente populacional ainda apresenta altas taxas de fecundidade, principalmente para as mais jovens, e de mortalidade entre os homens jovens, com destaque para os homicídios. Dos 16,2 milhões de brasileiros que vivem em situação de extrema pobreza, ou seja, em famílias com renda mensal igual ou inferior a R\$70,00 por pessoa, 70,8% são pardos ou pretos, 50,9% tem, no máximo, 19 anos de idade e quase 60% estão no Nordeste. Esta região também apresenta as maiores taxas de analfabetismo na população jovem, em relação a outras regiões brasileiras: 4,1 % na faixa etária dos 15 a 19 anos e 7,4 na faixa etária de 20 a 29 anos.

Ainda segundo o Censo 2010, a Bahia possui, aproximadamente, 14 milhões de pessoas, sendo 72,1% residentes da zona urbana e 27,9% da zona rural, desse total, 3,9 milhões são jovens entre 15 a 29 anos, o que representa 28% da população baiana. É o estado que aparece com a maior concentração de pessoas em extrema pobreza, 2,4 milhões tem rendimento igual ou inferior a R\$70,00, sendo a sua maioria pardos ou pretos e jovens. Cerca de cerca de 5% da PEA juvenil baiana é analfabeta, com concentração na zona rural.

Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2009, considerando a população de 16 anos ou mais, os jovens de 16 a 29 anos representam cerca de 35,7% da população economicamente ativa (PEA) baiana, apresentando uma taxa de desocupação de 16,2%. Com relação ao nível de ensino, dentre os jovens baianos de 20 a 24 anos, apenas 8,5%, aproximadamente, dos jovens frequentavam o ensino superior, proporção abaixo das médias nordestinas (10,1%) e nacional (15,2%).

Com relação aos índices de violência, segundo Mapa da Violência 2011 (WASELFISZ, 2011), o Estado da Bahia ocupa o oitavo lugar no ranking dos estados brasileiros com as maiores taxas de homicídio e o nono lugar, considerando a população jovem, dos 15 aos 24 anos. Comparando o número de homicídios nesta população entre o período de 2007 a 2008, teve um aumento de 142%, aproximadamente. Considerando aos Índices de Vitimização Negra, no ano de 2008, morreram proporcionalmente 439,8% mais negros do que brancos e mais homens, 94,6%, do que mulheres, 5,4%.

Segundo o Relatório de Desenvolvimento Juvenil (Waiselfisz, 2007), o Estado da Bahia saiu da 16ª posição no ranking de Desenvolvimento Juvenil, em 2003, para a 18ª posição, dentre

os 27 estados federativos brasileiros, com a 6ª pior média de escolarização e a 4ª pior média de renda entre os jovens do país. Esse Relatório apresenta um amplo panorama da situação social, educacional e ocupacional da juventude no Brasil, sintetizando em um único índice a condição de vida e as possibilidades de acesso da juventude brasileira a benefícios sociais considerados básicos, como educação, saúde e renda, nas diversas unidades federadas do país.



### 1.3.POLÍTICA PÚBLICA ESTADUAL DE JUVENTUDE

#### 1.3.1. Definição de política pública

Esta pesquisa tem como recorte o olhar analítico para a fase de formulação da política de juventude do estado da Bahia, por meio das participações de jovens no processo da Conferência - canal de instituído pelo Governo para garantir e promover a participação destes no processo de formulação da política pública, segundo o seu Regimento Interno. (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 2010b)

O termo política pública é definido como um construto analítico dado pelo observador, que compreende um conjunto de cursos de ação ativados por atores mobilizados por um problema de pública relevância (BOULLOSA, 2010, p.3). Este problema não existe na natureza, pois é algo percebido, portanto é um construto social; devendo ser reconhecido socialmente como público. Nesta concepção, o governo é estruturante no processo da elaboração da política pública, mas não é o principal ator e está sempre presente, mesmo quando não está agindo.

A política pública é então conformada por diferentes materiais - a exemplo dos instrumentos de políticas públicas, do conjunto de atores mobilizados e da dinâmica do espaço sociopolítico de interação destes atores ao longo do tempo, que desenham o seu fluxo - deixados no rastro de cursos de ação empreendidos pelo conjunto de atores mobilizados por um determinado problema (BOULLOSA, 2010). É importante ressaltar que a concepção que cada ator tem acerca das juventudes vai determinar a delimitação do problema a ser abordado com relação a essa temática e a consequente influência nos instrumentos de políticas públicas e definição dos programas e projetos.

Boullosa (2010) aponta suas principais características: permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato faz; envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada nos governos; é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados, e também compreende os efeitos não intencionais; não são políticas de governo; não se limita a leis, regras, normas, procedimentos, programas ou projetos; conectam diferentes eventos que acontecem em diferentes contextos institucionais; envolve também, além da decisão e proposição, a implementação, execução e avaliação.

Ainda para Boullosa (2010)<sup>6</sup>, a política pública possui um ciclo clássico, constituído de três estágios: 1- formulação ó constitui-se na tradução, pelos governos, dos seus propósitos e plataforma eleitorais em programas e ações, que produzirão efeitos sobre a realidade; refere-se a identificação da demanda e do problema; 2- implementação ó as estruturas organizacionais e instrumentos de políticas que são colocados em ação; 3- avaliação ó o processo de monitoramento, controle e avaliação. A formulação diz respeito à agenda política e os dois últimos estágios dizem respeito à agenda institucional.

Desta forma, podem-se identificar os diversos atores que compuseram e compõem a arena pública para a conformação da Política Estadual de Juventude, desde a influência de atores internacionais, como o próprio fluxo ou a trajetória da Política Nacional de Juventude.

Para falar da política de juventude do Estado da Bahia que marca o Governo Wagner, é importante revisar a conformação da política nacional, uma vez que esta serviu de inspiração e de modelo para aquela.

### 1.3.2. Trajetória da Política Nacional de Juventude

A partir de 2003, é realizada uma série de iniciativas da sociedade civil e dos poderes públicos, visando discutir e compreender, conjuntamente com os jovens, os problemas que os afetavam e propor alternativas de enfrentamento, a exemplo de: o Projeto Juventude, do Instituto Cidadania; a criação da "Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude", a realização da "Semana Nacional de Juventude" e a "Conferência Nacional de Juventude", promovidos pela Câmara dos Deputados; a realização do 1º Encontro Nacional da Juventude pelo Meio Ambiente e da criação da Rede de Juventude pelo Meio Ambiente (Rejuma); e, a criação do Fórum Nacional de Movimentos e Organizações Juvenis e a Rede Nacional de Juventude (Renaju).

Pode-se citar como marco da Política Nacional de Juventude a criação, em 2004, do Grupo de Trabalho Interministerial, ligado à Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR), composto por representantes de 19 ministérios, de secretarias especiais e especialistas do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada ó IPEA. Este Grupo identificou nove desafios na área de juventude, segundo o Documento Base da 1ª Conferência Nacional de Juventude

---

<sup>6</sup> Ver também Souza, 2007.

(2007): erradicar o analfabetismo; ampliar o acesso ao ensino e à permanência em escolas de qualidade; preparar para o mundo do trabalho; gerar trabalho e renda; promover vida saudável; democratizar o acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e à tecnologia da informação; promover os direitos humanos e as políticas afirmativas; estimular a cidadania e a participação social; e melhorar a qualidade de vida no meio rural e nas comunidades tradicionais.

Como resultado desse processo, a Câmara dos Deputados Federais encaminhou, no final de 2004, três propostas: 1) a Proposta de Emenda à Constituição<sup>7</sup> (PEC- nº 42/2008, antiga 138/2005) que inclui a expressão *“jovem”* na denominação do Capítulo VII do Título VIII e propõe nova redação ao Artigo 227 da Constituição Federal, legitimando, constitucionalmente, como sujeitos de direitos; 2) o Estatuto dos Direitos da Juventude; e 3) o Plano Nacional de Juventude, que estabelecem diretrizes e metas a serem alcançadas pelos governos para a melhoria da condição de vida dos jovens brasileiros.

Neste mesmo ano, é lançada pelo Governo Federal a Política Nacional de Juventude, apoiada no seguinte tripé: a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), com o objetivo de integrar as ações ministeriais com foco na juventude, considerando as singularidades deste público e a sua estratificação etária ó de 15 a 17 anos (jovem-adolescente), de 18 a 24 anos (jovem-jovem), e de 25 a 29 anos (jovem-adulto); o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), instituído como um canal permanente de diálogo entre o governo e a sociedade civil sobre as questões juvenis; e do Programa de Inclusão de Jovens (ProJovem / Lei nº 11.129/2005), com o objetivo de oportunizar ao jovem de 18 a 24 anos, que não estuda nem trabalha, a conclusão do ensino fundamental e o aprendizado de uma profissão, além da formação social e cidadã.

A Política Nacional de Juventude tem como diretrizes, segundo o Documento Base para a 1ª Conferência Nacional de Juventude, *“Levante a sua Bandeira”* (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2007):

---

<sup>7</sup> Foi aprovada pelo Senado Federal por unanimidade, em 07 de julho de 2010, inserindo o termo *“juventude”* no capítulo dos Direitos e Garantias Fundamentais da Constituição Federal. Esta aprovação foi resultado de um processo de mobilização realizado pelo Conjuve e outras entidades do movimento juvenil, que estimularam jovens de todo o Brasil a contatar com seus representantes no Senado, além de terem organizado visitas ao Senado Federal, como forma de exigir a aprovação da proposta. A inclusão da *“juventude”* no texto da Constituição Federal, no capítulo que antes tratava apenas dos interesses da família, da criança, do adolescente e do idoso, aponta para o avanço das políticas públicas já existentes. Eleva-as, teoricamente, a um patamar de política de Estado e enfatiza a *“juventude”* como um sujeito de direitos específicos.

- a singularidade da juventude em relação aos outros segmentos etários;
- a concepção de jovens como sujeitos de direitos, a quem deve ser oportunizado meios de adquirir e utilizar suas capacidades e de ter pleno desenvolvimento humano;
- a valorização da diversidade juvenil, reconhecendo e valorizando as diversas expressões e identidades juvenis;
- o fortalecimento dos segmentos vulneráveis, por meio da implementação de ações emergenciais para a parcela da juventude que tem demandas mais urgentes;
- a transversalidade da política, no qual se afirma que a juventude deve ser tratada como assunto estratégico por todo o Governo, de forma a integrar e a articular as ações das diversas secretarias e ministérios;
- e, a participação juvenil, no qual recomenda a criação de canais institucionais de participação e diálogo da juventude, organizada ou não, na formulação, monitoramento e avaliação da política pública.

Em setembro de 2007, inicia-se um amplo diálogo do Governo Federal com a sociedade e com os jovens, no âmbito municipal e estadual, a fim de realizar uma aproximação com a juventude e sistematizar as principais questões e proposições que irão subsidiar a 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, convocada para acontecer em abril de 2008.

Ainda no ano de 2007, o Governo Federal redesenha a Política Nacional de Juventude, reunindo em um mesmo escopo, seis programas de cinco ministérios, que tinham como eixos comuns a ampliação da escolaridade e a formação profissional dos jovens, bem como o repasse de auxílio financeiro, em contrapartida à sua participação nas atividades ofertadas. Assim, o ProJovem- da Secretaria-Geral da Presidência da República /Secretaria Nacional de Juventude-, o Consórcio Social da Juventude e Juventude Cidadã- ambos do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)-, o Agente Jovem- do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (MDS)-, a Escola de Fábrica- do Ministério da Educação (MEC)- e o Saberes da Terra- do Ministério da Educação e Ministério do Desenvolvimento Agrário- passaram a ser abrigados no ProJovem Integrado, mas não deixaram de ser extintos, devido a uma grande resistência dos seus órgãos executores originais (SILVA & ANDRADE, 2009).

O ProJovem Integrado entrou em vigor em janeiro de 2008, nas suas quatro modalidades - ProJovem Urbano, ProJovem Trabalhador, ProJovem Adolescentes e ProJovem Campo - com

o objetivo de promover a reintegração do jovem ao processo educacional, realizar a sua qualificação profissional e dar acesso a ações de cidadania, esporte, cultura e lazer. Sob uma gestão compartilhada entre a Secretaria-Geral da Presidência da República, por meio da SNJ, o MTE, o MDS e o MEC, o ProJovem Integrado tinha como desafios: atender a totalidade dos jovens excluídos até 2010, considerando a faixa etária de 15 a 29 anos, ou seja 4,2 milhões de jovens; ampliar a integração entre os programas voltados para a juventude; otimizar recursos; e aumentar a eficácia.

O referido Programa é destinado a jovens pertencentes à famílias com renda mensal *per capita* de até um salário mínimo; excluídos do mercado de trabalho e com reduzida capacitação profissional. Sendo o ProJovem Trabalhador a única modalidade que prioriza jovens do ensino médio, as outras três modalidades do ProJovem Integrado, acima mencionadas, têm como recorte os jovens do ensino fundamental e com alguma defasagem educacional, a fim de promover a elevação da escolaridade.

Segundo análise realizada por Silva & Andrade (2009), com relação aos resultados do ProJovem frente aos desafios que este se propunha superar, destaca que: apesar da diminuição de 17% na sua meta de atendimento, a quantidade de jovens atendidos ainda está muito aquém desta meta ó apenas 800 mil jovens até o 1º semestre de 2009; um dos seus maiores problemas ainda continua sendo a baixa integração e a elevada sobreposição entre as suas modalidades; ainda permanece o ambiente resistente a mudanças e a inovações, apesar da institucionalização da gestão compartilhada e do esforço da SNJ de estimular a transversalidade nos ministérios em ações voltadas para a juventude. Cabe ressaltar também o esforço da SNJ e do Conjuve em estimular a criação e o fortalecimento de órgãos e conselhos estaduais e municipais de juventude.

Para Aquino (2009), apesar da relevância política do aparato institucional criado devido à inserção da temática juvenil na agenda política e os esforços no atendimento aos jovens socialmente mais vulneráveis, o desafio que ainda está colocado para o país é o de ampliar o escopo da Política Nacional de Juventude, de modo a beneficiar com efetividade todas as juventudes brasileiras. Segundo este autor, a aceleração da aprendizagem, a transferência de renda e a qualificação profissional, tanto não devem restringir os objetivos dessa política, como também não dão conta de atender as múltiplas demandas desse segmento. Aponta ainda a necessidade de envolver outras instituições e políticas na atuação integrada em torno das questões juvenis, na medida em que a sua complexidade extrapola o âmbito meramente

setorial e seu enfrentamento requer o respeito à concepção hodierna deste grupo social como *sujeitos de direitos* que se encontram em fase de experimentação de múltiplas possibilidades de inserção na vida social, política, econômica e cultural do país. (AQUINO, 2009, p. 37)

Nesse sentido, León (2009) chama a atenção para o fracasso das políticas públicas no Chile, principalmente por modelar a demanda juvenil àquilo que o governo pode oferecer e pela relação individualizada com o poder público, no qual os grupos juvenis se desconhecem e competem pelo mesmo benefício. Ao mesmo tempo, León (2009) reconhece como um dos impactos sociais positivos desta política, os ganhos com a interação dos grupos juvenis:

[...] generan nuevas formas de resistencia, nuevas condiciones de uso, de movilidad, de posibilidad y de proyección. Acciones juveniles en las que el desencanto no explica los espacios de interacción que las agrupaciones y colectivos últimamente están generando. (LÉON, 2009; p. 174)

### 1.3.3. Política Estadual de Juventude

Na Bahia, nos anos 2002/2003, foi elaborada a Agenda Social para Jovens do Estado da Bahia<sup>8</sup>, ação coordenada pela Fundação Luís Eduardo Magalhães (FLEM), em parceria com o Governo do Estado, por meio das Secretarias de Planejamento (Seplan) e de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais (Secomp), a Unesco e a Rede de Protagonismo Juvenil. A Agenda foi construída com a participação de, aproximadamente, 150 instituições públicas e não-governamentais. (FUNDAÇÃO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES, 2003)

Constituiu-se como um documento propositivo para subsidiar a formulação de políticas públicas para este segmento. Destacam-se duas das ações sugeridas na época: a constituição do Conselho da Juventude, com a função de articular as ações voltadas para a juventude no Estado; e a instituição da Década da Juventude, para a promoção de eventos que apresentassem os avanços e resultados da política.

---

<sup>8</sup> A Agenda tinha como missão promover maior integração entre instituições governamentais e não-governamentais, visando implementar políticas que assegurem ao jovem o direito constitucional a uma vida cidadã plena. Foram elencados quatro objetivos, com suas respectivas metas e ações: a) promover, no setor público, setor privado e terceiro setor, a articulação intra e intersetorial na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas para a juventude do Estado da Bahia; b) promover a capacitação dos profissionais envolvidos com a juventude; c) criar condições objetivas para que o sistema educacional responda às necessidades de inserção social e econômica dos jovens, transformando a escola em espaço de convivência saudável entre os jovens e a comunidade; d) criar instrumentos para minorar a problemática de inserção dos jovens no mundo do trabalho.

A Agenda foi entregue ao Governador do Estado, no final de 2003, que assumiu o compromisso de colocar em prática as suas proposições. Caracterizou-se por ser uma das primeiras experiências de abertura deste governo para a participação da sociedade civil no processo de formulação de políticas de juventude. Porém esta participação era predominante de especialistas, do município de Salvador, sendo jovens concebidos como público beneficiário e não como sujeitos participantes do processo de construção e monitoramento das políticas. O processo da Agenda resultou no Programa Jovens Baianos<sup>9</sup>, instituído pela Lei Estadual Nº 9.511, de 3 de junho de 2005, regulamentado pelo Decreto Nº 9.462/2005.

Em 2007, com a eleição do Sr. Jaques Wagner para o cargo de Governador do Estado da Bahia, intensificam-se as ações governamentais em torno das juventudes, acompanhando a conjuntura nacional. A época, para o Governo, as juventudes deixam de ser apenas vistas como um problema social e passam a ser vistas como elemento fundamental do novo processo de desenvolvimento da Bahia.

O jovem era tratado como um problema a ser resolvido ó problema com violência, com o desemprego, o analfabetismo, dentre outros. A partir da construção da Política Estadual de Juventude, o Governo do Estado passa a tratar a juventude baiana não mais como uma questão a ser resolvida, mas como solução, como elemento fundamental do novo processo de transformação social, econômica, política e cultural que a Bahia passa a construir. (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 2010a, p. 5)

Desta forma, em setembro de 2007, o Governo convoca a Conferência de Juventude da Bahia, por meio de Decreto 10.460, para a formulação da sua política estadual, com o objetivo de refletir, debater e deliberar sobre as prioridades das ações do poder público, a serem projetadas, no horizonte desta política (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 2010b). É iniciada a realização das etapas preparatórias, que tem como objetivo aprovar as prioridades para serem levadas à etapa estadual e eleger os seus ãdelegadosõ, que representarão o Estado na etapa Nacional.

Em 2008, finalizam-se as Conferências Territoriais, contabilizando a participação de mais de 50 mil jovens, segundo a Revista Jovem Gera Ação (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA,

---

<sup>9</sup> O Programa Jovens Baianos foi instituído com o objetivo de executar ações integradas voltadas para o desenvolvimento dos jovens, propiciando-lhes oportunidades de acesso e permanência na escola, de inclusão socioproductiva e de desenvolvimento comunitário. Destina-se a jovens com idade entre 16 e 24 anos, que: sejam oriundos de famílias cuja renda mensal per capita não ultrapasse ½ salário mínimo; estejam matriculados em escola pública, no ensino fundamental ou médio; não estejam fazendo estágio regular, nem tenham emprego, mesmo informal; e, não estejam participando de nenhum outro programa governamental para a juventude. A estes jovens é autorizada a concessão de bolsa de estudo mensal. Para a sua coordenação foi criado um Comitê Gestor, com a representação de seis Secretarias de Governo.

2010a). Estas se constituíram em etapas preparatórias a Conferência de Juventude da Bahia, sendo realizadas 22 plenárias em 26 territórios de identidade do Estado, no qual foram sistematizados e aprovados os principais desafios enfrentados pela juventude nos seus territórios e proposições de ações e projetos, além de escolher os jovens delegados que defenderiam essas propostas na Conferência de Juventude da Bahia.

Ainda em 2008, é publicado o Decreto 10.987, em 28 de março, que institui o Grupo de Trabalho de Juventude com a finalidade de estudar, elaborar, propor e apresentar os termos e instrumentos de execução da Política Estadual de Juventude, com base nas propostas elaboradas pela Conferência de Juventude da Bahia. Esta ocorreu nos dias 28, 29 e 30 de março de 2008, em Salvador, na Escola Parque e se constituiu como parte integrante, preparatória e eletiva da I Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude.

Participaram 2.000 jovens delegados, eleitos nas conferências territoriais, no qual apontaram 21 resoluções como prioridades para a Política Estadual de Juventude, elegendo a educação e o trabalho como eixos centrais.

Após a sua realização foi publicado o Relatório Final do Grupo de Trabalho Juventude (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 2010b), contendo um parecer técnico com recomendações para o Governo a respeito das ações para a juventude, considerando a criação de elementos de fundamental importância para a implementação de uma Política Estadual de Juventude: a Coordenação, o Conselho e o Plano Estadual de Juventude.

O Plano Estadual de Juventude se constitui como um marco legal, que deverá: elevar a política de juventude, caracterizada ainda como de governo, para o caráter de política de Estado; reconhecer este segmento populacional como uma categoria social merecedora de atenção e legislação diferenciadas; servir como instrumento orientador das ações governamentais, pelo período de uma década, tendo suas metas e objetivos revisados a cada dois anos, por processos de conferência. Segundo o acima referido Grupo de Trabalho, o Plano Estadual<sup>10</sup> foi elaborado com base nas resoluções da Conferência e do Plano Nacional de Juventude.

---

<sup>10</sup> O Plano Estadual de Juventude está organizado em cinco grandes eixos: 1- Eixo Emancipação Juvenil ó Educação e Trabalho; 2- Eixo Bem-Estar Juvenil ó Saúde, Esporte, Lazer e Meio Ambiente; 3- Eixo Cidadania e Engajamento Social ó Política e Participação, Protagonismo e Organização; 4- Eixo Criatividade Juvenil ó Cultura, Mídia e Comunicação, Tecnologia e Informação; 5- Eixo Diversidades e Direitos ó Jovens Negros e Negras, Jovens Indígenas, Jovens do Campo,



Com relação ao Conselho Estadual de Juventude (Cejuve), o Grupo de Trabalho sugeriu as seguintes recomendações: que representasse um espaço institucional de diálogo entre a sociedade civil, o governo e a juventude; que os seus membros tivessem mandato de dois anos; que sua composição tivesse 1/3 (um terço) de representantes do poder público e 2/3 (dois terços) de representantes da sociedade civil; que tivesse 30 cadeiras de titulares e seus respectivos suplentes; que sua estrutura interna seguisse aos parâmetros do Conselho Nacional de Juventude, com Presidência, Secretaria-Executiva, Grupos de Trabalho, Comissões e Assembleia Geral; que possa, além de ser um mecanismo de consulta, ser um instrumento fiscalizador e normativo das políticas públicas de juventude; e, que fosse vinculado ao organismo responsável pelas políticas de juventude dentro do Governo do Estado. O Cejuve foi concebido com o objetivo de:

[...] assessorar o governo na formulação de diretrizes, promover estudos e pesquisas acerca da realidade socioeconômica juvenil e assegurar que a Política Estadual de Juventude seja conduzida por meio do reconhecimento dos direitos e das capacidades dos jovens e da ampliação da participação cidadã. (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 2010b, p. 67)

Sobre o novo desenho institucional do Poder Executivo de um órgão voltado para a juventude, o Grupo de Trabalho sugeriu: a adoção do padrão da Secretaria Nacional de Juventude, tal qual uma Superintendência ou uma Coordenadoria vinculada ao núcleo decisório do Governo do Estado; que esse órgão tenha assegurado um mínimo de estrutura administrativa, financeira e de pessoal; que não assuma para si a execução de políticas públicas, mas sim que se concentre na articulação e coordenação das ações das diversas Secretarias de Estado para a juventude, garantindo a transversalidade e a integralidade da política de estadual de juventude. (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 2010b)

Ainda em 2008, foi realizado o seminário sobre o tema da juventude com Marcio Porchman, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), ao tempo em que foram definidos os eixos centrais do novo programa estadual para a juventude: educação, trabalho e desenvolvimento social. O Governo, então, por meio da sua Secretaria de Educação, elabora, alinhado ao Programa do Governo Federal, ProJovem, o Programa Trilha da juventude baiana no caminho do trabalho, que tem com o objetivo oportunizar ao jovem de 18 a 29 anos, em situação de desemprego, a conclusão do ensino fundamental, quando for caso, a qualificação

social e profissional, além da sua inserção no mercado do trabalho. A expectativa do Programa era qualificar profissionalmente mais de 70 mil jovens de 105 municípios baianos, segundos dados Governo do Estado da Bahia (2008).

Em 21 de janeiro de 2009, foi empossado o Conselho Estadual de Juventude (CEJUVE), de caráter consultivo, vinculado à Secretaria de Relações Institucionais (SERIN), composto de 30 conselheiros, dez do governo e vinte da sociedade civil organizada como titulares e seus respectivos suplentes. Para esta composição, representantes da sociedade civil foram convidados pela Secretaria de Relações Institucionais - SERIN para compor o primeiro mandato do Conselho, pelo período de 2009/2010. A sociedade civil está organizada em três categorias: entidades de apoio às políticas de juventude; fóruns e redes juvenis; e movimentos, associações e organizações da juventude.

#### 1.3.4. Conferência de Juventude da Bahia

A Conferência de Juventude da Bahia foi convocada pelo Governador do Estado, por meio do Decreto nº 10.460, de 21 de setembro de 2007, com o objetivo geral de contribuir para a construção e o fortalecimento das Políticas Nacional e Estadual de Juventude. Segundo o seu Regimento Interno (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 2010b), a Conferência teria como objetivos específicos, fortalecer a relação entre governo e sociedade civil para uma maior efetividade na formulação Política Estadual de Juventude e, promover, qualificar e garantir a participação da sociedade, em especial dos jovens, nesse processo.

Conferência de Juventude da Bahia foi coordenada pela Secretaria de Relações Institucionais, por meio da Coordenação de Articulação Social. Para viabilizar a sua realização foi constituída uma Comissão Organizadora Estadual (COE), composta pelos seguintes representantes: Governo do Estado, Governo Federal indicado pela Comissão Organizadora Nacional, Assembléia Legislativa, Deputados Federais indicados pela Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas de Juventude, organizações ou integrantes do Conselho Nacional da Juventude e coordenação de juventude da cidade de Salvador. A COE era a instância de deliberação, organização, ação e desenvolvimento das atividades relativas às Conferências Estaduais e Territoriais.

A Conferência teve como temas centrais: 1) Juventude: Democracia, Participação e Desenvolvimento da Bahia e do Brasil; 2) Parâmetros e Diretrizes da Política Estadual e

Nacional de Juventude; e, 3) Desafios e Prioridades para as Políticas Públicas de Juventude. O debate destes temas foi subsidiado pela publicação *“Caderno Eixos Temáticos”*<sup>11</sup>, distribuídos para os jovens delegados na abertura do evento. Sua realização foi antecedida pelas etapas preparatórias, eletivas e territoriais, que ocorreram no período de 22 de setembro de 2007 a 19 de março de 2008.

As etapas preparatórias e eletivas foram realizadas no período de 22 de setembro a 10 de fevereiro de 2007. De caráter mobilizador e propositivo, não elegendo delegados, a etapa preparatória consistiu nas pré-conferências no âmbito das instituições de ensino médio e superior, da rede pública e privada, nas Conferências Municipais Preparatórias e nas Conferências Livres- estas realizadas até 28 de março de 2008. Na etapa eletiva foram realizadas as Conferências Municipais, que elegiam dois delegados para a Conferência Nacional, sendo um representante da sociedade civil e um representante do poder público, para aqueles municípios que possuíam estruturas institucionais específicas de juventude. Na etapa territorial foram realizadas, no período de 14 de fevereiro a 19 de março de 2008, 21 conferências<sup>12</sup> promovidas pela Comissão Organizadora Estadual, no âmbito dos territórios de identidade e que elegeram os jovens delegados para a etapa estadual e nacional.

Com relação à eleição dos delegados participantes da Conferência de Juventude da Bahia, para cada dez inscritos nas etapas territoriais era eleito um delegado, por maioria simples dos votos. Era elegível qualquer pessoa acima de 15 anos, preferencialmente na faixa etária entre 15 e 29 anos, participante dos processos de discussão nos grupos de trabalho. Caso o número

---

<sup>11</sup> Elaborado a partir dos documentos: *“Cadernos Temáticos”*, da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude; *“Política Nacional de Juventude: Diretrizes e Perspectivas”*, do Conselho Nacional de Juventude; *“Carta de Direitos da Juventude”*, da Organização Iberoamericana de Juventude e das diretrizes da Secretaria Nacional de Juventude. A publicação contém várias informações, depoimentos e questões problematizadoras acerca de quatro eixos temáticos: I) família, sexualidade, diversidade e drogas; II) educação, cultura e mídia; III) política e participação; e, IV) trabalho e tempo livre.

<sup>12</sup> Em 14/02/2008, Conferência Territorial do Oeste Baiano, no município de Barreiras; em 15/02/2008, Conferência Territorial da Bacia do Rio Corrente, no município de Santa Maria da Vitória; em 16/02/2008, Conferência Territorial do Velho Chico, no município de Bom Jesus da Lapa; 17/02/2008, Conferência Territorial de Irecê, no município de Irecê; 21/02/2008, Conferência Territorial do Sertão Produtivo e Bacia do Paramirim, no município de Guanambi; 22/02/2008, Conferência Territorial de Vitória da Conquista e Itapetinga, no município de Vitória da Conquista; 23/02/2008, Conferência Territorial do Médio Rio de Contas, no município de Jequié; 24/02/2008, Conferência Territorial da Chapada Diamantina, no município de Seabra; 28/02/2008, Conferência Territorial de Piemonte da Diamantina e Piemonte do Paraguaçu, no município de Jacobina; 29/02/2008, Conferência Territorial do Sertão do São Francisco e Piemonte do Itapicuru, no município de Juazeiro; 01/03/2008, Conferência Territorial de Itaparica e Semi-Árido do Nordeste II, no município de Paulo Afonso; 02/03/2008, Conferência Territorial do Agreste de Alagoinhas Litoral Norte, no município de Alagoinhas; 06/03/2008, Conferência Territorial do Extremo Sul, no município de Eunápolis; 07/03/2008, Conferência Territorial do Litoral Sul, no município de Itabuna; 08/03/2008, Conferência Territorial do Vale de Jiquiriça, no município de Amargosa; 09/03/2008, Conferência Territorial do Baixo Sul, no município de Valença; 13/03/2008, Conferência Territorial do Sisal e Bacia do Jacuípe, no município de Conceição do Coité; 14/03/2008, Conferência Territorial do Portal do Sertão, no município de Feira de Santana; 15/02/2008, Conferência Territorial do Recôncavo, no município de Cruz das Almas; 16/03/2008, Conferência Territorial de Salvador e RMS, no município de Lauro de Freitas.

de inscritos fosse superior à quantidade de vagas disponíveis, era sugerida a busca de consenso entre os candidatos, quando não havia consenso, era realizada uma votação nominal pelos participantes do grupo de trabalho, com defesa coletiva de candidatura. Ao mesmo tempo as Conferências Territoriais elegeram 26 delegados para participar da Conferência Nacional.

A Conferência estadual foi realizada nos dias 28, 29 e 30 de março de 2008, em Salvador, na Escola Parque, contou com a participação de 2.000 jovens, e se constituiu como parte integrante, preparatória e eletiva da I Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude. Seguiu a seguinte programação:

- primeiro dia ó constou de uma solenidade de abertura; de uma mesa de debate principal, no qual participaram especialistas da área, a fim de propiciar um alinhamento conceitual entre os participantes sobre os principais temas relacionados à política pública de juventude; a organização dos 13 grupos de trabalhos; além de eventos culturais;
- segundo dia ó os jovens, organizados em grupos de trabalho<sup>13</sup>, discutiam especificamente um tema relacionado à temática de juventude, visando a elaboração de propostas para melhorar a qualidade de vida dos jovens baianos. Foram também realizadas diversas oficinas<sup>14</sup> com o objetivo de ser mais um espaço de integração e formação para os jovens participantes.
- terceiro dia - os grupos de trabalho apresentaram suas resoluções, seguido de uma votação em plenária para a eleição de propostas prioritárias e dos delegados que iriam representar a Bahia na Conferência Nacional de Juventude.

Foram eleitos ao todo 64 delegados para participarem da Conferência Nacional. Os delegados eleitos na etapa estadual seguiram os critérios de gênero, territorialidade, múltiplas identidades.

Os jovens delegados aprovaram 21 prioridades na Conferência estadual (Anexo). A educação e o trabalho despontaram como os principais temas de preocupação e reivindicação dos jovens baianos, seguidos da demanda de garantia dos seus direitos ao lazer, cultura, esporte, saúde,

---

<sup>13</sup> Foram organizados 13 grupos de trabalho: 1- Diversidade; 2- Direito e Liberdade; 3- Violência e Sociedade; 4- Família, Saúde e Drogas; 5- Cultura; 6- Comunicação e Mídia; 7- Educação; 8- Participação e Política; 9- Trabalho; 10- Tecnologia e Inclusão Sociodigital; 11- Tempo Livre; 12- Meio Ambiente; 13- Territórios de Identidade.

<sup>14</sup> Foram realizadas as seguintes oficinas: duas de Artes Visuais; uma de Papéis Interativos; uma Oficina Textual; uma de Teatro; e, duas oficinas de Música.

participação política, meio ambiente, segurança, diversidade, tempo livre e fortalecimento institucional do tema juventude. A prioridade mais votada diz respeito à garantia dos direitos da juventude em ter acesso e permanência à educação universitária, seguida da adoção de medidas que promovam a geração de renda e a inserção no mundo do trabalho, e da criação, nos territórios, de centros culturais e de fóruns de juventude.

Com relação ao tema política e participação, além da proposição dos fóruns de territoriais de juventude, os jovens propuseram a criação Fórum Permanente da Juventude, Diversidade e Cultura e o fortalecimento das entidades juvenis - grêmios, associações, movimentos sociais, entidades esportivas, garantindo a sua autonomia.

## CAPÍTULO 2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa em ciências sociais apresenta critérios gerais que a distingue das demais, sem, contudo, desvinculá-la dos princípios da cientificidade. Nesse sentido, Minayo (2010) destaca que:

- 1- o objeto das ciências sociais é histórico, ou seja, as sociedades existem em um determinado espaço-tempo, influenciando e sendo influenciada por este, vivem o seu presente, sendo influenciada pelo seu passado e a partir de tal arranjo, constroem o seu futuro;
- 2- este objeto tem consciência histórica, ou seja, ele próprio dá sentido as suas ações e construções, sendo capaz de explicitar suas motivações, projetar e planejar o seu futuro, tudo isso circunscrito no seu espaço-tempo, não é apenas o pesquisador que dá sentido às suas produções intelectuais;
- 3- nas ciências sociais existe uma identidade entre sujeito e objeto, por serem da mesma natureza, seres humanos, estão originalmente imbricados, sendo, o observador, parte da sua observação, deste modo desfaz-se a ideia de neutralidade e de imparcialidade;
- 4- outro aspecto é que as ciências sociais são profundamente marcadas pelas ideologias, não existindo uma ciência neutra, pois a construção do seu saber passa pelas visões de mundo e interesses do observador, que entra em profunda relação com as visões de mundo do seu objeto observado, o que implica em considerar essa relação, entre conhecimento e interesse, como critério de realidade e busca de objetivação;
- 5- o campo das ciências sociais é essencialmente qualitativo, na medida em que a realidade social é a cena e o seio do dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante (MINAYO, 2010, p. 14), ou seja, esta realidade vai muito além de que qualquer teoria e pensamento que se possa elaborar sobre ela; de toda a sorte, as ciências sociais possuem instrumentos e teorias capazes de fazer aproximações acerca desta realidade, estudá-la, mesmo que de forma incompleta.

Para Weber (1993), a realidade pode ser apreendida por diversos ângulos, mas jamais em sua essência. O conhecimento é sempre fruto de um recorte particular, da seleção de um conjunto específico de problemas e de fenômenos, a partir das referências pessoais, valores e interesses subjetivos dos sujeitos cognoscentes. Weber nega, assim, a possibilidade de um conhecimento neutro, que consiga alcançar a verdade absoluta das coisas.

Dito isso, reforça-se o caráter qualitativo dessa pesquisa, que tem como intenção revelar os significados, os motivos, as aspirações, as crenças, os valores e as atitudes dos jovens no processo de elaboração da Política Estadual de Juventude, no âmbito da Conferência de Juventude da Bahia, a fim de caracterizar essa participação e verificar em que medida a mesma influenciou na definição da Política Estadual de Juventude.

Para tal, foram realizadas as seguintes etapas de pesquisa: 1) fase exploratória, que consiste na elaboração do projeto de pesquisa e dos procedimentos necessários para a próxima etapa; 2) trabalho de campo, que consiste na realização dos levantamentos dos dados empíricos, a partir do referencial teórico elaborado na etapa anterior, a fim de refutar ou confirmar a hipótese; 3) análise e tratamento do material empírico e documental, que consiste no conjunto de procedimentos analisar e interpretar os dados empíricos, articulá-los com a teoria, confrontar com a hipótese e aportar novos conhecimentos sobre a realidade social pesquisada (MINAYO, 2010). Registra-se que a pesquisa não se encerra nela mesma, pelo contrário gera novas indagações, pela própria natureza transbordante da realidade.

## 2.1. FASE EXPLORATÓRIA

Na fase exploratória, por meio de ampla pesquisa bibliográfica, buscou-se ordenar as ideias e precisar os conceitos centrais do trabalho, buscando ir além do senso comum, considerando que a função da teoria, concebida como parte integrante do processo metodológico, é de ser o instrumento mais poderoso da ruptura epistemológica face às pré-noções do senso comum (BRUYNE, 1977, p. 102). Esse processo resultou na seleção das categorias centrais da pesquisa, quais sejam participação, juventudes e políticas públicas, definição de questão principal e hipótese de trabalho.

Definiu-se, ainda, as estratégias para o levantamento dos dados empíricos. Decidiu-se ter como recorte para a população juvenil, os jovens que participaram da Conferência de Juventude da Bahia, tanto na condição de delegado, como integrante da Comissão Organizadora Estadual (COE) da referida Conferência. Privilegiou-se, dessa forma, a inclusão na pesquisa dos jovens representantes da Região Metropolitana de Salvador, devido à facilidade de acesso.

Como forma de apreender significados, opiniões, crenças, motivações e valores, acerca da participação dos jovens na elaboração da política pública de juventude na Bahia, utilizou-se a

entrevista individual semiestruturada como técnica para o levantamento dos dados empíricos. Para a Haguette (2005), a entrevista é definida como ãum processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, ter por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado.ö (HAGUETTE, 2005, p. 86)

Com base no referencial teórico, foram definidos alguns itens e características de investigação, a fim de responder o problema da pesquisa e confirmar ou refutar as hipóteses, conforme o Quadro 1 abaixo:

Quadro 1: Levantamento de Dados Empíricos: Itens e Características a serem Investigadas.

ITENS	CARACTERÍSTICAS A SEREM INVESTIGADAS
Participações	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Trajetória social e política dos jovens</li> <li>• Sentido da participação na Conferência para os jovens</li> <li>• Sentido da participação na Conferência para o Governo, segundo os jovens</li> <li>• Capacidade de influenciar na política pública</li> <li>• Capacidade na tomada de decisão política</li> <li>• Aspectos facilitadores</li> <li>• Aspectos dificultadores</li> <li>• Expectativas para a II Conferência</li> </ul>
Arena política	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Diversidade</li> <li>• Confronto de ideias</li> <li>• Construção de consensos</li> <li>• Assimetrias na tomada de decisão</li> <li>• Espaço de mobilização ou de disputa em torno de projetos políticos</li> <li>• Atuação do governo</li> </ul>
Poder	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compartilhamento do poder</li> </ul>
Política Estadual de Juventude	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conteúdo da política</li> <li>• Instrumentos implementados pelo governo</li> <li>• Público-alvo</li> <li>• Aspectos relevantes da política</li> <li>• Incorporação de demandas dos jovens</li> <li>• Satisfação dos jovens</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria

A partir destas características, foi elaborado um roteiro de perguntas para orientar a entrevistadora na sua relação díade com o entrevistado, conforme o Quadro 2, a seguir:



Quadro 2: Roteiro de Perguntas.

ITENS	SUGESTÃO DE PERGUNTAS
Participação	<ul style="list-style-type: none"> <li>Há quanto tempo você atua em movimentos sociais ou organizações juvenis? Fale um pouco da sua trajetória social e política com relação à temática da juventude e liste alguns desses movimentos / organizações que você já atuou. Filiação partidária? Desde quando?</li> <li>O que lhe motivou a participar da Conferência de Juventude da Bahia?</li> <li>Em sua opinião você participou do processo de construção da Política Estadual de Juventude? De que forma?</li> <li>Em sua opinião, como o Governo facilita a participação dos jovens na formulação de políticas públicas? E como dificulta a participação?</li> <li>Em sua opinião, o que facilitou a sua participação na Conferência estadual? E o que dificultou?</li> <li>Em sua opinião, a participação de jovens tem gerado avanços na política de juventude? De que forma?</li> <li>E a II Conferência de Juventude da Bahia, qual a sua expectativa? O que poderia ser melhorado nesta edição?</li> </ul>
Arena política	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sobre a sua interação com os outros jovens na Conferência: Houve conflitos? Qual o motivo destes?</li> <li>Foram construídos consensos? De que forma?</li> <li>Os jovens se sentiam a vontade para expressar suas idéias?</li> <li>Você se sentiu a vontade para discordar das proposições governamentais no processo da Conferência? Por quê?</li> </ul>
Poder	<ul style="list-style-type: none"> <li>Em sua opinião por que o Governo convidou os jovens para participar da Conferência de Juventude da Bahia?</li> <li>Como você caracteriza a atuação do Governo na Conferência?</li> <li>Você acredita que escolheu o conteúdo final da política? Por quê?</li> </ul>
Política Estadual de Juventude	<ul style="list-style-type: none"> <li>Em sua opinião existe uma política pública estadual de juventude? Por quê? E o que é mais marcante nesta política?</li> <li>Para você qual é a Política Estadual de Juventude? Qual o seu público alvo (perfil)?</li> <li>Você se sente contemplado nas ações governamentais para a juventude? Em que aspectos?</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria

## 2.2. TRABALHO DE CAMPO

Esta fase caracterizou-se pelo uso de fontes secundárias, por meio da leitura e análise de documentos oficiais do Governo do Estado, que versavam sobre o sentido da participação na gestão atual gestão estadual, sobre a Conferência, sua importância enquanto momento relevante da construção da política de juventude, conforme o Quadro 3, a seguir:

Quadro 3: Documentos Analisados.

Nº	DOCUMENTO
01	Decreto nº 10.460, de 21 de setembro de 2007, que convoca a Etapa Estadual da I Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude
02	Regimento Interno Estadual da Conferência de Juventude da Bahia
03	Decreto nº 10.987, de 28 de março de 2008, que constitui o Grupo de Trabalho de Juventude, com a finalidade de estudar, elaborar, propor e apresentar os termos e instrumentos de execução da Política Estadual de Juventude e dá outras providências.
04	Relatório final do Grupo de Trabalho de Juventude
05	Projeto de Lei nº 18.532/2010, que aprova o Plano Estadual de Juventude e dá outras providências.
06	Revista Jovem Gera Ação, peça de divulgação do Governo, que reúne informações gerais sobre os principais programas e projetos voltados para a juventude.

Fonte: Elaboração própria

Como fonte primária, utilizou-se como instrumento de pesquisa entrevistas semiestruturadas, com roteiro sugestivo de perguntas pré-elaborado, que serviu apenas como referência na relação já estabelecida, sendo privilegiadas as falas dos entrevistados acerca do que significou a sua participação na Conferência em termos da formulação da Política Estadual de Juventude.

Optou-se por uma amostra não-probabilística por conveniência, no qual foram privilegiados jovens da Região Metropolitana de Salvador (RMS) que participaram da Conferência na condição de delegado ou como membro da Comissão Organizadora Estadual (COE). Entrevistou-se ao todo 25 jovens e, apesar do recorte ter privilegiado os jovens da RMS, foi incluído também representantes de dois outros territórios, pela disponibilidade na ocasião, e jovem integrante da COE, com o objetivo de enriquecer a pesquisa com a percepção de jovens que apoiaram o Governo na realização da Conferência, a saber: 22 jovens delegados da RMS, 1 jovem delegado do Portal do Sertão, 1 jovem delegado do Recôncavo e 1 jovem representante da sociedade civil na COE, conforme a relação no Anexo II.

As entrevistas foram realizadas em local definido pelos jovens, gravadas e transcritas, com a autorização verbal dos mesmos, desde que preservado o anonimato e o sigilo. Os jovens foram inicialmente contatados por telefone, momento em que a pesquisadora se apresentava, falava da sua pesquisa, da importância da mesma e verificava o interesse do jovem em ser entrevistado, logo em seguida era agendada a entrevista. Ao iniciar sua interação empírica presencial, a fim de criar um clima de confiança na entrevista, a pesquisadora adotou os procedimentos indicados por Minayo (2010):

- apresentação ó para iniciar o diálogo, a entrevistadora falava o seu nome e apresentava o mestrado;
- menção do interesse da pesquisa ó em seguida discorria a pesquisa em linhas gerais, seu objetivo e colocando a importância da entrevista;
- justificativa da escolha do entrevistado ó era explicado ao entrevistado o recorte da pesquisa e o porque da sua seleção para a conversa;
- garantia do anonimato e do sigilo ó era assegurado que as suas falas não seriam identificadas, sendo que o que importava era a mensagem e não o nome do transmissor;
- solicitação de consentimento para gravação e transcrição da entrevista ó era solicitada a gravação e a transcrição das entrevistas e as mesmas só se efetivam após consentimento verbal dos jovens entrevistados;
- conversa inicial ó as entrevistas geralmente eram iniciadas com uma conversa acerca da trajetória social e política do jovem, da sua história de militância no campo da juventude.

Ainda com relação ao trabalho de campo, destacam-se algumas considerações éticas: 1- foi assegurada a autonomia e a participação voluntária dos jovens, que eram convidados a dar entrevista, podendo ser declinada a qualquer momento; 2- a pesquisadora respondeu todas as perguntas e dúvidas relativas à pesquisa; 3- todos os entrevistados consentiram na transcrição e no uso das suas falas, havendo um acordo para que as mesmas não fossem identificadas; 4- todas as falas foram transcritas integralmente, com a correção apenas de ortografia quando era necessário.

Os entrevistados demonstraram interesse na pesquisa, solicitaram que fossem avisados com relação ao dia da defesa da dissertação e declararam ter interesse em ler o material final. Nesse sentido, ficou acordada, como contrapartida da pesquisadora, que todos os entrevistados seriam convidados para a defesa e posteriormente poderia ser agendado um debate sobre os resultados da dissertação.

### 2.3. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise das entrevistas foi indutiva, recursiva, ou seja, realizada durante e após a realização das mesmas, e com foco no seu significado, sendo explorado o conjunto de opiniões sobre a participação dos jovens na Conferência e a sua influência na definição da Política Estadual de Juventude.

As entrevistas foram gravadas em áudio, transcritas e, a partir de uma leitura flutuante buscou-se ter uma visão do conjunto das entrevistas, perceber as particularidades e destacar as categorias centrais das falas dos entrevistados, conforme o Quadro 4 abaixo:

Quadro 4: Categorias de Análise das Entrevistas.

Nº	CATEGORIAS
01	Perfil dos jovens entrevistados
02	Os sentidos da participação na Conferência estadual
03	Participação e a arena política da Conferência: a interação com os outros jovens
04	A atuação do Governo durante a Conferência
05	Participação e elaboração da política de juventude
06	A política pública estadual de juventude
07	Expectativas para a II Conferência
08	Demandas dos jovens para o Governo do Estado da Bahia

Fonte: Elaboração própria

Para cada uma dessas categorias foram levantadas as ideias e as crenças dos jovens, destacando tanto as homogeneidades, quanto as divergências nas falas. Posteriormente, por meio de inferências, foram identificados os núcleos de sentidos e seus macro temas, que foram confrontados com conceitos teóricos orientadores da pesquisa.

Ressalta-se que para ilustrar as ideias explicitadas pelos jovens em cada categoria de análise, foram identificadas as falas mais emblemáticas, tendo o cuidado para que todos os jovens estivessem representados.

### CAPÍTULO 3. PARTICIPAÇÕES NA CONFERÊNCIA DE JUVENTUDE DA BAHIA

#### 3.1. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

##### 3.1.1. Perfil dos jovens entrevistados

No total, foram entrevistados 25 jovens participantes da Conferência de Juventude da Bahia. Privilegiou-se os delegados da Região Metropolitana de Salvador (RMS), pela facilidade de acesso. De um universo de 33 jovens, foram entrevistados 22. Foi incluído também um representante do território do Portal do Sertão e um delegado do Recôncavo, pela disponibilidade a época das entrevistas, e um integrante da COE, com o objetivo de enriquecer a pesquisa com a percepção de um ator que apoiou o Governo na realização da Conferência.

Dos jovens delegados da RMS não entrevistados: seis não tinham seus contatos atualizados, o que impediu o contato com os mesmos; quatro não tiveram interesse em participar da pesquisa, um por motivo não declarado e outro por ter se distanciado da temática de juventude; dois apesar do interesse, não foi possível marcar a entrevista pela dificuldade de acesso; e um jovem mudou-se para outro estado. Com relação à cidade de procedência dos jovens entrevistados, 68% são de Salvador, 16% são da cidade de Camaçari, 8% de São Sebastião e 4% das cidades de Feira de Santana e Maragogipe.

Tabela 1. Cidade de Procedência dos Jovens Entrevistados, Salvador, 2011.

MUNICÍPIO	QTDE.	%
Camaçari	04	16
Feira de Santana	01	4
Maragogipe	01	4
Salvador	17	68
São Sebastião do Passé	02	8
TOTAL	25	100

Fonte: Elaboração própria

Nessa amostra, 17 são do sexo masculino e 8 são do sexo feminino, com predominância de jovens com 19 a 25 anos de idade, para ambos os sexos.

Tabela 2. Distribuição dos Jovens Entrevistados, segundo a Idade / Sexo, Salvador, 2011.

IDADE	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
15-18	0	0	0
19-25	5	11	16
26-29	2	4	6
30 ou mais	1	2	3
<b>TOTAL</b>	<b>8</b>	<b>17</b>	<b>25</b>

Fonte: Elaboração própria

Com relação ao detalhamento pelos entrevistados sobre a filiação a partidos políticos, 36% dos jovens estavam filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT), 28% ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) ou sem nenhuma filiação partidária, e 4% filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), na época da Conferência. Quanto ao tempo de militância em movimentos relacionados com a juventude, a maior parte dos entrevistados, 64%, já tinha mais de 06 anos de militância, o que denota uma participação de um público mais qualificado para dialogar acerca das demandas juvenis.

TABELA 3. Distribuição dos Jovens Entrevistados, segundo o Partido Político de que Participava na Época da Conferência de Juventude da Bahia, Salvador, 2011.

PARTIDO POLÍTICO	QUANTIDADE	%
PCdoB	8	32
PSB	1	4
PT	9	36
Nenhuma filiação partidária	7	28
<b>TOTAL</b>	<b>25</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria

TABELA 4. Distribuição dos Jovens Entrevistados, segundo o Tempo de Participação no Campo da Juventude, Salvador, 2011.

TEMPO DE PARTICIPAÇÃO NO CAMPO DA JUVENTUDE	QUANTIDADE	%
De 1 a 3 anos	3	12
De 4 a 6 anos	6	24
Mais de 6 anos	16	64
<b>TOTAL</b>	<b>25</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria

Todos os 25 jovens pesquisados já tinham vivência no movimento social na época da Conferência e isso foi apontado por eles como um dos principais aspectos que facilitaram a sua participação nas discussões, disputas e articulações durante o processo da Conferência. Do total de jovens 52% estavam trabalhando, na época da entrevista, 28% estavam estudando ou trabalhando, 16% só estudando e 4% não estavam estudando e nem trabalhando, conforme a Tabela 5, a seguir:

TABELA 5. Distribuição dos Jovens Entrevistados, segundo a ocupação, Salvador, 2011.

OCUPAÇÃO	QTDE.	%
Estuda	4	16
Trabalha	11	44
Estuda e trabalha	9	36
Não estuda e não trabalha	1	4
TOTAL	25	100

Fonte: Elaboração própria

Com relação ao grau de instrução, a maioria dos jovens estava cursando o 3º grau, 68%, e apenas 20% tinham apenas o 2º grau completo. Essa pequena amostra indica que 80% dos entrevistados ingressaram na faculdade/universidade, conforme a Tabela 6, abaixo:

TABELA 6. Distribuição dos Jovens Entrevistados, segundo o Grau de Instrução, Salvador, 2011.

GRAU DE INSTRUÇÃO	QTDE.	%
2º grau completo	5	20
3º grau incompleto	17	68
3º grau completo	3	12
TOTAL	25	100

Fonte: Elaboração própria

Ao analisar o grau de instrução dos jovens que estão inseridos no mercado de trabalho, observa-se que apenas 27% concluíram o 3º grau, 36% conciliam trabalho e estudo, e outros 36% concluíram apenas o 2º grau, conforme a Tabela 7, a seguir:

TABELA 7. Distribuição dos Jovens Entrevistados que estavam Trabalhando, segundo o Grau de Instrução, Salvador, 2011.

GRAU DE INSTRUÇÃO DOS JOVENS TRABALHADORES	QTDE.	%
2º grau completo	4	36
3º grau incompleto	4	36
3º grau completo	3	27
TOTAL	11	100

Fonte: Elaboração própria

As trajetórias sociais e políticas dos jovens entrevistados caracterizaram-se pelas participações em diversos movimentos e/ou organizações e por diversas bandeiras de luta, sendo os grêmios estudantis apontados como importantes espaços de iniciação política. As principais bandeiras são referentes às questões: de raça, como o extermínio da juventude negra, combate ao racismo; da educação, como a garantia do acesso a uma educação pública de qualidade nos seus diversos níveis; de gênero, como a descriminalização do aborto e garantia da equidade de gênero; de preservação e proteção ao meio ambiente; além do acesso a cultura, esporte e lazer.

Eu entrei na política a partir do movimento comunitário, pela igreja católica, quando era da pastoral da juventude e aí muito na perspectiva de movimento comunitário, depois movimento ambientalista e hoje ecofeminista. Na época da Conferência representava o Coletivo Feminista de Marias, coletivo de mulheres feminista. Quando a pauta de juventude começa no Brasil, começa quando muitas de nós não somos mais jovens. No Governo Lula, a juventude começa a ter um espaço político e aí a gente se descobre jovem. Nosso debate hoje é sobre o extermínio da juventude negra. (Entrevista com a jovem F.F., militante do movimento feminista)

Ainda com relação ao perfil dos jovens entrevistados, observou-se que eles se autorreconhecem como um dos setores populacionais mais organizados e impulsionados a disputar suas bandeiras de luta, com um grande potencial de mobilização e de transformação social.

Por que os jovens vem mostrando historicamente que querem participar, querem construir, tem coisas a somar e não se pode mais, não cabe mais em nosso país construir política pública para um segmento sem a participação desse segmento. (Entrevista com o jovem C.E., militante do movimento negro)

### 3.1.2. Os sentidos das participações na Conferência de Juventude da Bahia

Vários foram os motivos que levaram os entrevistados a participar da Conferência: a satisfação por estar fazendo aquilo que gosta; o desejo de conhecer outras juventudes; o



objetivo de mobilizar os jovens para que eles se organizassem suas demandas; o objetivo de propor uma mudança social; pela oportunidade de influenciar na formulação de políticas públicas.

Então, na verdade a conferência é uma reivindicação nossa histórica do movimento, que não é a conferência em si, mas é maior participação da juventude, maior tensão com o poder público. Justamente que veio daí às mobilizações sociais que o movimento sempre fez, antes da década de 90, 1980, o movimento de juventude sempre fez, que veio nascer essa concepção de que o jovem ser agente de direitos e não mais caso de problemas. (Entrevista com o jovem V.A., militante do movimento negro)

As participações foram então motivadas tanto por representar uma extensão do exercício do seu engajamento social; quanto pela representação das orientações dos movimentos e/ou organizações aos quais estavam vinculados, como os partidos políticos, movimentos religiosos, de gênero, de raça; além do interesse em ser eleito como delegado para a etapa nacional, como forma de levar suas bandeiras para Brasília e impactar na política nacional.

Dois motivos básicos: o primeiro, por acreditar que estamos vivendo um momento democrático em nosso país, onde há a possibilidade da sociedade civil participar da construção, mesmo que essa participação tenha as suas limitações, mas existe um nível de participação, existem esses momentos de construção; segundo, foi por entender que eu defendo uma questão que é muito específica e volta e meia ela fica esquecida que é a questão da juventude negra. Para colocar as questões da juventude negra, que é uma juventude que sofre por ser jovem e por ser jovem negro, sofre mais ainda. (Entrevista com o jovem C.E., militante do movimento negro)

A necessidade da gente elaborar uma política de juventude, dialogando com a própria juventude. Por que afinal de contas quem melhor pra poder dizer quais as demandas, quais as necessidades, quais as perspectivas, o que a juventude espera dos governos do que a própria juventude? Então a possibilidade de construir uma conferência de juventude traz isso, você colocar na mesma mesa o governo, a sociedade civil e a juventude pra poder dialogar as políticas públicas pra juventude. Então eu acho o que mais me motivou foi isso, a possibilidade de ajudar, de dar uma contribuição junto com centenas de milhares de jovens de todos os cantos do Estado e do Brasil também. (Entrevista com o jovem F.C., militante do movimento estudantil)

De uma forma geral há uma percepção positiva do espaço da Conferência como um espaço de diálogo entre a sociedade civil, neste caso, representada pelos jovens, e o Governo. Todos os entrevistados apontaram a Conferência como um espaço importante para a construção da política de juventude no Estado da Bahia.

Acho que foi a proposta que a Conferência trazia, que antes a gente ia para as ruas fazer as manifestações e acaba que a gente não era escutado e a Conferência foi muito importante conseguiu juntar a juventude em um só espaço, onde a gente pode propor, falar o que o gente de fato queria naquele momento. (Entrevista com a jovem M.A., integrante da Pastoral da Juventude)

Indagados sobre os motivos que levaram o Governo a convidá-los a participar da Conferência, os jovens opinaram que reflete um novo modelo de se fazer a política pública, na medida em que houve uma maior abertura de diálogo, oportunizando a expressão de suas principais demandas e propostas. Ao mesmo tempo, os jovens se reconheceram como sujeitos da conquista deste espaço, em virtude do histórico de lutas do movimento social, além de sujeitos legítimos para falar sobre as suas demandas e proposições.

Por duas razões principais: primeiro, por conta de uma pressão da própria juventude. Eu acho que aos poucos a gente vinha meio que pressionando os governos, a abrirem mais canais de diálogos, abrirem um espaço de diálogo de discussão, de debate com a sociedade. A segunda razão é por conta de uma certa ótica um pouco mais avançada de certos governos, sobre a importância de dialogar com a sociedade civil as políticas, ou seja, acabando com aquela ótica de que o governo, ele resolve nos gabinetes as políticas que vão ser implementadas na sociedade. É preciso que essas políticas sejam dialogadas com a sociedade também e as conferências são espaços importantes pra isso, que foi a Conferência de Juventude. (Entrevista com o jovem F.C., militante do movimento estudantil)

Eu acho que também teve muita pressão dos movimentos de juventude, né, tanto da UJS, quanto das outras juventudes partidárias, de outros segmentos de juventude, que não partidários, de ONGs, eu acho que teve uma pressão e a vontade política também porque a pressão sempre teve, mas os governos não tiveram essa vontade política. (Entrevista com a jovem M.A., militante do movimento estudantil)

Claro... Claro... Claro. Que independente de qualquer coisa você oxigena, são jovens, são novas ideias. Eu acho que não podemos desprezar a experiência, tanto que no espaço de conferência alguns convidados eram convidados de experiências, mas assim a participação da juventude do jovem efetivamente é de fundamental importância. Primeiro, por viver essa realidade... por você falar do lugar, você fala de um lugar que é seu então eu acho que só acrescenta. (Entrevista com o jovem O.J., militante do movimento estudantil)

Os jovens entrevistados se sentem protagonistas desse processo. É certo que foi um espaço concedido pelo Governo do Estado da Bahia, mas por que foi conquistado pelas juventudes a muito negligenciada e que contribuíram para eleição deste Governo. Ao participarem da Conferência, os jovens ocupam o espaço concedido, que foi fruto de sua conquista social.

Então eu acho que ele começa entender que a juventude é super importante por governo. Eu acho que ele convida para ter nossa voz nas políticas públicas. Até então o que era pensado para a juventude era pensado muito mais com voz, digamos assim de terceiros, com pensamentos de terceiros. E quando você chama os próprios atores para eles pensarem nas políticas públicas deles. São políticas públicas mais legítimas. (Entrevista com o jovem S.W., integrante de organização não governamental, integrante de organização não governamental)

Primeiro é preciso entender que não foi um favor do governo, há tempos que a juventude formula, debate e luta por espaços como este, e se ela não estiver inserida na construção das políticas públicas de juventude enquanto agente construtor, as estruturas, como os conselhos, não funcionariam. (Entrevista com o jovem S.J., militante do movimento estudantil)

Assim, o jovem já vinha reivindicando há muito tempo uma ação efetiva nas políticas públicas e isso foi uma Plataforma do 1º governo de Wagner, caso ele fosse eleito, que um dos pré-requisitos para contemplar esse governo, seria um olhar diferenciado para a juventude. E pra a gente poder ter um arcabouço para falar sobre, nada melhor do que uma Conferência de Juventude. (Entrevista com a jovem S.J., militante do movimento negro)

Também houve o reconhecimento da necessidade do Governo legitimar o seu discurso de uma gestão mais aberta às participações populares e, também, para formar seus filiados.

Olhe eu... como foi a primeira Conferência, então tem várias falhas, né, e apesar de eu ser militante de organização juvenil de partido eu tenho compromisso com o governo, mas as vezes assim, eu tinha a sensação em alguns momentos de que era uma coisa que tava sendo feita por fazer entendeu?. (Entrevista com a jovem M.A., militante do movimento estudantil)

Um governo que se diz de participação da sociedade civil ele tem que se legitimar, legitimar o seu discurso, tem que chamar a sociedade civil, queira ou não queira, tem que convocar a sociedade. Esse foi um motivo, legitimar a sua ação no campo juvenil. Para o governo está bem perante essa conjuntura internacional era importante escutar essa juventude para se fazer essa política. E para, além disso, ter um diagnóstico das demandas da juventude. Acho que eles também queriam ter, até por que não se tinha muitas pesquisas sobre juventude, mas não se de fato ele tem interesse de efetivar. (Entrevista com o jovem S.L., integrante de organização não governamental)

Sim, tem ganhado experiência voltada para a política partidária, a política do cotidiano, o jovem tem muito a amadurecer, se é uma coisa que venha acontecer o ano todo, fortalece, seja nas escolas, seja através de algumas ONGs, de algumas instituições que o governo apoie, mas se acontecer a cada dois anos aí var ficar uma coisa sempre partidário e não vai no alvo que é a sociedade como um todo, mas sim no alvo que é o partido que quer formar o seu filiado. (Entrevista com o jovem A.G., integrante de organização não governamental)

### 3.1.3. Participações e a arena política da Conferência: interações juvenis

Um primeiro aspecto a destacar, com relação à arena política, foi a presença das múltiplas juventudes, dando visibilidade a um setor da população que estava invisibilizado: jovens indígenas, quilombolas, da zona rural, da cidade, negros e brancos, homossexuais. Esta característica foi percebida como positiva pelos entrevistados e como um ponto importante da Conferência, o que diferenciou este espaço dos outros realizados pelos Governos anteriores.

A conferência reuniu jovens indígenas, jovens do campo, jovens de igrejas, jovens do movimento estudantil, do movimento negro, ou seja, jovens com experiências e realidades muito distintas entre si. (Entrevista com o jovem F.C., militante do movimento estudantil)

O governo passado também puxava essa conferência, mas o formato era diferenciado. Eu lembro quando a gente começou a rodar a Bahia para fazer as conferências, tinha jovens quilombolas, da zona rural, do hip hop, lésbicas, gays. [...] a gente rodou todos os municípios da Bahia e colocou uma galera diferente mesmo, novas caras para discutir política. Antes (nas experiências anteriores), os jovens

eram filhos de políticos, mas será que esses jovens refletem a realidade da juventude baiana? Não sei se reflete. [...] reconhecendo a pluralidade e indo a mais territórios. Conseguiu interiorizar o Governo. Jovens quilombolas, antes esses jovens não tinham voz, jovens indígenas, jovens de Pitangas de Palmares, local onde o Governo passado instalou um presídio e acabou com a comunidade, jovens da Penitenciária Lemos Brito. (Entrevista com a jovem F.F., militante do movimento feminista)

Segundo os jovens entrevistados, alguns temas eram pontos de convergência, como por exemplo: a importância do recorte geracional nas políticas públicas; a existência de um recorte étnico e geracional na ação da polícia no Estado da Bahia, dita como de extermínio da juventude negra; a necessidade de maiores investimentos na educação, bem como a necessidade do acesso a uma educação pública de qualidade e de condições para permanência na escola, seja do ensino médio ou universitário; e, a necessidade de criação do Conselho Estadual de Juventude (CEJUVE).

[...] talvez para nós o principal consenso foi o entendimento de que havia um recorte geracional e étnico na ação da polícia, que é um aparato do Estado, voltada para a juventude negra. Houve um consenso de que a justificativa para matar tantos jovens negros, por arma de fogo, pela ação da polícia não estava condizendo com os laudos, com que estava sendo visto, então houve um consenso de que havia uma política de extermínio, essa política beirava ao genocídio, por que você tem uma conta de que a cada 10 jovens mortos, por arma de fogo, por ação da polícia, 7 são negros entre 14 e 29 anos. Então esse foi o grande consenso, para nós, da Conferência estadual. Houve outros consensos também e, sobretudo na área de educação, ciência e tecnologia, que eram temas menos conflitantes. (Entrevista com o jovem P.R., militante do movimento negro)

Olhe, existem temas, por exemplo, que nenhum setor da juventude, vamos dizer assim, meio que discorda. Só citando um exemplo bem amplo aqui: a necessidade de 10% do PIB ser destinado a educação. Foi uma das bandeiras aprovadas na Conferência de Juventude daquele ano, e foi consenso entre todos os segmentos de juventude que estava lá presentes. De que essa era uma bandeira importante, que todos entendiam que o investimento pra educação é fundamental para que a juventude possa desenvolver, possa ter um espaço importante como a escola pra poder desenvolver. (Entrevista com o jovem F.C., militante do movimento estudantil)

Todos os jovens entrevistados disseram que se sentiram a vontade para expressar suas ideias, durante o processo da Conferência, mesmo por que a concebiam como um espaço construído por eles, apesar de ser uma iniciativa institucional do Governo. Todos relataram que houve confronto de ideais, de proposições, de posicionamentos e que os consensos foram construídos por meio desse debate, por meio do diálogo, a partir de um entendimento da juventude presente de que a Conferência era um espaço propositivo de construção de políticas públicas.

Geralmente a gente tentava criar esses consensos a partir do entendimento de que esse espaço tinha que ser um espaço propositivo, que a gente tinha que encaminhar essas propostas, tentávamos casar as propostas. Houve boa vontade de todas as

juventudes, às vezes existia divergências, como a questão da pauta LGBT, que tem uma grande resistência [...], mas houve um esforço da juventude que estava construindo a Conferência de entender que ali era um espaço de construção de políticas públicas e compreender o Estado como um estado laico. (Entrevista com o jovem B.T., militante do movimento estudantil)

Em relação aos conflitos, os jovens vinculados aos partidos políticos tendiam a perceber a arena política de forma menos conflitiva, na medida em que suas proposições eram aceitas e muitas já estavam acordadas anteriormente, ao contrário dos jovens que não tinham nenhuma vinculação partidária, que percebiam a arena política de forma mais tensa, pois não iam para a Conferência com suas proposições e indicações de delegados previamente articuladas e negociadas com outros jovens.

A Conferência foi marcada por diferentes etnias, povos, línguas, mas não teve resistência não, nos grupos não teve nenhuma divergência, a minha proposta foi aceita, as outras propostas também, a gente conseguiu agregar. (Entrevista com o jovem S.G., integrante de organização não governamental)

Houve conflitos sim, muitos, de ideias, de interesses individuais presentes, das diversas identidades juvenis: classe, raça, negra... Os conflitos eram por representatividade na Conferência Nacional e pela eleição das prioridades. (Entrevista com o jovem B.G., militante do movimento negro e LGBTTT)

Reconheceram a existência de uma dinâmica diferente de organização entre os jovens vinculados a partidos políticos e os sem vinculação partidária, chamados de jovens de Organizações não Governamentais (ONGs). Os filiados aos partidos políticos participavam da Conferência, em sua maioria, já orientados a defender determinadas proposições e a votar em certos delegados.

Por que você tinha o PCdoB que se organizava, ia lá e pegava os jovens no interior e trazia para eles terem o maior número de delegados levantando para votar nas propostas deles, por que eles queriam amanhã ou depois ocupar uma vaga no Cejuve, por que isso é ter poder, isso é poder político, mas será que esses jovens que eles trouxeram sabiam a importância, sabiam o que era estar na Conferência. (Entrevista com a jovem F.F., militante do movimento feminista)

Isso ocorre de maneira muito sutil, por exemplo, é orientar a juventude que tem ligação com o governo e com o partido do governo a não votar em determinado delegado, a não votar em determinada proposta de determinado segmento que está causando problema. Isso ocorre. (Entrevista com o jovem C.E., militante do movimento negro)

Houve relatos de que muitos jovens eram levados à Conferência pelos partidos apenas para votar, pouco contribuindo no debate. Essa dinâmica era explicada pela necessidade dos partidos de garantir a aprovação das proposições e de eleger os delegados para participar da Conferência Nacional.

E ai tem juventudes partidárias, que ai pega três, quatro, cinco ônibus colocam um monte de gente de qualquer lugar, chega lá em tal comunidade bota o ônibus mobiliza, uma pessoa da comunidade mobiliza os jovens. [...] E ai essas pessoas já vão instruídas a votar em não sei quem, [...]. E assim eles conseguem, eles acabam levando um maior número de pessoas, elegendo um maior número de delegados uma coisa que não é característica da juventude de movimento social. (Entrevista com o jovem R.I., militante do movimento negro e LGBTT)

Existem diferenças por que o movimento social tem uma dinâmica, a dinâmica interna do partido quanto instituição é outra. Não outra proposta, mas tem outro ritmo, outra afinidade [...]. Já o partido não tem esse compromisso mais amplo, tem o compromisso com a sua ideologia, enquanto representação. (Entrevista com o jovem N.V., militante do movimento estudantil)

Eu veria, por exemplo, a juventude dos movimentos sociais estava preocupada com o decorrer da Conferência, a questão de estar propondo o novo, e a juventude partidária, já estava articulada, então ela já meio que... tinha um direcionamento do que iria acontecer, até no momento da eleição mesmo, para eleger os delegados, nas juventudes dos movimentos sociais, muitos foram eleitos no calor da emoção, do querer, e a juventude partidária, não, ela já tinha se articulado antes, já sabia o que queria, os quem iria ser eleito. No movimento social, eles se articulavam lá, com as pessoas que eles conheciam. (Entrevista com a jovem V.M., integrante da Pastoral da Juventude)

Para os jovens das ONGs, essa dinâmica era prejudicial ao processo da Conferência, pois servia apenas para legitimar proposições previamente acordadas pelos partidos, no caso, notadamente de esquerda, o que implica em um enviezamento político da arena. Estes levavam certa vantagem pelo número de jovens que conseguiram mobilizar para participar da Conferência, pela habilidade de se colocar nesses espaços e pelo conhecimento dos seus procedimentos de votação. Por outro lado, esses efeitos eram minimizados por não haver grandes diferenças com relação ao que era demandado: educação, saúde, segurança pública, acesso a cultura.

[...] então sabe-se que a juventude é organizada em diversos segmentos, em diversas formas de organização, então a liderança desses segmentos se reuniam para tentar antecipar possíveis conflitos, então essas lideranças se reuniam e discutiam para que essas coisas não pudessem vir a tona e tentar construir o consenso. [...] Os partidos eles tem uma grande interferência sim. [...] A juventude das ONGs tem uma maneira diferenciada de se organizar. (Entrevista com o jovem C.E., militante do movimento negro)

De negativo, essa hegemonia de participação da galera dos partidos PT e PCdoB, principalmente, uma galera muito capacitada inclusive, mas que atropela por ser maioria, e muitas vezes também nem capacitada, mas por ser maioria decide quem é que vai coordenar tal mesa, e assim também as deliberações também nos grupos são mediadas por essa coordenação. Então essa hegemonia muitas vezes autoritária, muitas vezes contrária as ideias de democracia participativa, do olhar para o coletivo. (Entrevista com o jovem S. L., integrante de organização não governamental)

Porque dentro do GTs predominavam muitos os interesses dos partidos. É jovens representantes dos partidos se posicionavam não apenas com o interesse da juventude, mas como se fosse uma demanda daquele partido, o interesse da política

daquele partido para a juventude. [...] principalmente as demandas referentes a juventude negra e indígena, elas, as vezes, ficavam em segundo plano, ficavam em segunda categoria. É porque aí tinha forças maiores, eh, representantes de partidos tava mais intensas do que representantes de comunidades não vinculados a partido nenhum e eu achei que foi importante, mas ainda prevaleceu, por isso que eu digo que questões políticas prevaleceu, e muita coisa interesse de alguns partidos. (Entrevista com a jovem C.I., integrante de organização não governamental)

Por outro lado, houve um reconhecimento de que é a juventude partidária e do movimento estudantil que tem uma maior trajetória de participação política. Houve também o reconhecimento de outras representações no espaço da Conferência.

Tinha muitos jovens lá, não só de organizações partidárias, ligadas ao movimento estudantil, que é o setor, o segmento que a juventude mais está organizada do ponto de vista de participação política, tinha jovens de ONGS, de projetos ambientais, LGBT, ligadas a educação, várias identidades ali na Conferência. (Entrevista com o jovem B.T., militante do movimento estudantil)

Outro ponto importante de destacar foi a existência de temas bastantes conflitivos, independente da vinculação partidária dos jovens. Esses conflitos giravam em torno de temas como: a descriminalização do aborto, entre as feministas e os evangélicos; a questão do racismo e da política das ações afirmativas, entre não negros e os negros; a diversidade sexual, entre os jovens heterossexistas e os do movimento Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (LGBT).

Convivência com as diversas realidades. Até o nosso fazer política mudou depois da Conferência, ampliou a visão. Para entender o que as pessoas estavam falando tinha que se colocar no lugar dela. Fui num GT com a juventude do campo e eu venho de uma cultura urbana, então dificilmente eu conseguia entender aquela juventude, quando falava do acesso a terra, a água, a energia, as nossas questões passam pelo acesso a cultura, a internet, você não exerce isso no seu dia a dia. (Entrevista com o jovem B.T., militante do movimento estudantil)

Eu acho que foram todas disputas extremamente saudáveis e foram capazes de elevar o nível de relacionamento entre esses grupos para além da Conferência. Eu acho que o saldo político disso é o avanço e a melhoria cotidiana do relacionamento desses grupos políticos. Algumas mesas de conversa impensáveis antes da Conferência, hoje são possíveis e realizáveis no cotidiano. Um diálogo mais qualificado, entre as juventudes partidárias e as juventudes das ONGs, por exemplo, foi possibilitado pelos embates havidos na Conferência. Criaram respeito entre as pessoas, exigiram das pessoas a capacidade de conviver, exigiram das pessoas a capacidade de dialogar e de produzir consensos mínimos para avançar e... o amadurecimento necessário para você ir construindo a elevação, mesmo, do nível da discussão para poder conversarem-se uns com os outros. (Entrevista com o jovem F.F., integrante da Pastoral da Juventude)

Apesar da polêmica em torno desses temas, os entrevistados reconheceram que essas disputas eram tensas, mas saudáveis, naturais e inerentes ao processo de conferência e que trouxeram benefícios e avanços com relação à: melhoria na convivência com as diversas juventudes;

contribuição ao processo de organização de grupos juvenis; articulação entre as diversas juventudes no Estado, por meio de redes de contato; formação cidadã; e para a conformação do campo das políticas públicas de juventude no estado da Bahia.

Também positivo é que foi um espaço de formação e amadurecimento político, você se forma ali, vai entendendo aquela gramática das disputas, vai se engajando, vai compreendendo melhor da óqualé de mesmoõ daquele jogo. Eu cheguei, assim, meio voando, não sabia das reuniões que tinham ali paralelas, pensava que a gente ia lá colocava as nossas propostas e fosse legal a gente seria eleito, mas não é assim né? Você se articula com a galera para conseguir se eleger, se articula com a galera para a sua ideia, para a sua proposta passar. Então é um espaço também de formação. (Entrevista com o jovem S.L., integrante de organização não governamental)

Está dando oportunidade para os jovens, não só com os projetos, mas também é oportunidade dos jovens tá participando, tá falando, se comunicando e tá aprendendo também, por que antes não tinha tanto jovens participando dos movimentos sociais e hoje tem mais jovens participando e os projetos acabam criando essa vontade nos jovens de estar se mobilizando, tá formando cidadãos também. (Entrevista com a jovem V.M., integrante da Pastoral da Juventude)

Os maiores reflexos disso é gente tirar as pessoas que estavam isoladas dentro do processo, como as comunidades quilombolas, era a juventude que ficava lá na sua comunidade, que ninguém sabia como viva, que ninguém sabia a realidade, e uma das resoluções é que a gente trouxesse ela. É mais um processo de aculturação do que são as juventudes, aí você trazer os jovens quilombolas, indígenas, rural, urbano, para dentro de um mesmo espaço para a gente criar, eu acho que isso reflete o que é a política, um conhecer a vivência do outro e começar a compreender as prioridades de cada um e logicamente alguém tem que ceder, né, cada um tem que ceder uma parte para que o processo aconteça. Eu acho que isso é uma reflexão muito interessante do que foi o processo. Eu tive a experiência de conviver muito com os jovens indígenas e descobri uma outra realidade, eu nunca tinha convivido com indígenas, pude conhecer a realidade deles e até mesmo desmarginalizar o meu olhar, por que a mídia tem muito desse papel de marginalizar a juventude, seja ela indígena, do MST, rural, a gente consegue desmarginalizar isso dentro de um processo de construção, a gente aprende a somar e não a dividir. É um dos grandes reflexos para o Estado da Bahia, a diversificação da juventude e o entendimento disso. (Entrevista com a jovem S.F., militante do movimento estudantil)

Também houve relatos sobre a interação no âmbito da Comissão Organizadora Estadual (COE), tanto reconhecendo seus pontos positivos, como fazendo algumas críticas bem contundentes. Os pontos positivos diziam respeito a sua composição- marcada, principalmente, por movimentos e organizações da sociedade civil, além de representantes do Governo, em seus três níveis, e da Assembleia Legislativa- e a sua forma de organização e deliberação, com relação às atividades relativas ao processo da Conferência- todas as decisões eram tomadas segundo esse coletivo. As críticas se referiram a sua representatividade- não abarcando a diversidade e a amplitude dos movimentos e institucionalidades juvenis e sendo utilizada como um instrumento para decisões político partidárias.



[...] Eu acho que ele (o Governo) foi muito sábio, por que ele conseguiu, inclusive só tinha um voto na COE, ter a capacidade de mediar, acho que ele aprendeu muito. (Entrevista com a jovem S.J., militante do movimento negro)

Mas tem o lado delicado que eu queria destacar: um registro será sobre a COE que era responsável por organizar a Conferência, por estruturar, por organizar nos seus territórios a Conferência de juventude, por que não se teve de fato, e aí eu falo como uma pessoa que não é de partido, sou do movimento social, que não se teve, primeiro, uma convocação aberta para os diversos militantes da sociedade civil, inclusive eu me lembro agora que algumas pessoas da sociedade civil ficava discutindo: ô-ah, será que vale a pena ir lá para a COE, será que não vale?ô, ôah, eu fui para a reunião e só tinha gente de partido lá, já tá tudo dado, não adianta a gente participar lá, por que não vamos ter poder de influência nenhumaô. Enfim, o pessoal decidiu ocupar esse espaço e de fato era isso que acontecia lá, basicamente dividido entre dois partidos, PCdoB e o PT, alguns independentes, três ou quatro, não me lembro agora, todos os outros do PT ou do PCdoB, alguns carregando o nome de uma organização da sociedade civil, mas na hora de decidir, opta pela decisão partidária, pela decisão que foi tomada antes daquele coletivo. Então isso foi muito delicado, por que quando eles queriam ôratorarô, eles ôratoravamô e muitas vezes a gente estava ali em reunião, um exemplo só para a gente ter a dimensão física do processo, a gente tava aqui em reunião em grupo e aí saía dois, três, quatro, conversava ali, decidia as estratégias, decidia tudo, depois colocava isso na mesa e pronto, a gente não tinha como decidir. (Entrevista com o jovem S.L., integrante de organização não governamental)

#### 3.1.4. A atuação do governo durante a Conferência

Neste item houve um consenso entre as declarações de que o Governo foi provedor de uma infraestrutura que facilitou e possibilitou a realização da Conferência e a presença dos jovens na mesma: hospedagem, alimentação, deslocamento e estrutura física.

Por outro lado, houve divergência com relação à percepção dos jovens vinculados aos partidos políticos e a dos que não tinham vinculação. Os primeiros qualificaram a atuação do Governo como mediador, que não interferia nos debates e nos encaminhamentos dos grupos de trabalho. Ao contrário, os jovens que não tinham vinculação opinaram que houve uma participação muito ativa do Governo, no sentido de assumir suas posições e influenciar na aprovação de propostas do seu interesse.

Teve uma preocupação do Governo do ponto de vista da estrutura, das condições de participação, mas, sobretudo o governo acertou em não se intrometer na pauta da juventude, ele estava ali meramente para mediar e organizar a conferência. (Entrevista com o jovem P.R., militante do movimento negro)

Então, os Governos criam os espaços de participação e tentam influenciar o resultado desse espaço. Então o Governo tentou influenciar no resultado final da Conferência. O governo tem algumas experiências no campo de juventude e queriam que essas experiências fossem referendadas pela Conferência, que a juventude da Conferência aprovasse propostas que davam continuidade a determinados programas do governo, essa era uma legitimação de algo que o governo já vinha fazendo, propostas em andamento, que a juventude homologasse essas propostas. Essa era a principal demanda do Governo, tipo assim: - Vocês podem aprovar tudo, agora não

esqueçam disso aqui. O Conselho era uma proposta de governo que coincidiu com a demanda do movimento. Existia na verdade um grande consenso, por um lado, o governo precisava criar um espaço de participação permanente da juventude baiana, que era uma demanda histórica, tendo em vista que outros segmentos já tinham esse espaço, e a juventude queria esse espaço. Foi uma proposta que foi consenso, tanto no segmento de juventude quanto no diálogo entre juventude e governo. (Entrevista com o jovem C.E., militante do movimento negro)

Apesar da percepção de uma maior intervenção do Governo durante o processo da Conferência, todos os entrevistados declararam que se sentiram a vontade em discordar das proposições governamentais, ou por que se sentiam corresponsáveis pela construção daquele espaço, ou por que reconheciam outros jovens militantes na condição de representantes do poder público; ou pela própria experiência no debate político, inclusive fortalecida pelas conferências municipais e territoriais; ou por que era uma característica pessoal de entrar em confrontos.

Totalmente a vontade, tanto é que algumas propostas que o governo apresentou nós...eu fui das pessoas que fez a defesa contrária, por exemplo, o estado nunca vai assumir...os governos passam, são transitórios, mas o estado permanece e assumir que o estado tem uma política de extermínio com características genocidas, o estado não vai assumir. O estado estava lá dizendo que não tinha e nós dissemos que tinha e provamos que tinha e o estado foi derrotado, o governo foi derrotado, então nós nos sentimos a vontade, apesar de ser do PT em nenhum momento fui patrolado pela direção do meu partido para dizer ão, não pode ser contra o governo, pelo contrário, ãé isso mesmo, tem que dizer, por que o governo é uma coalização de partidos e o PT está aqui para disputar o governo. (Entrevista com o jovem P.R., militante do movimento negro)

### 3.1.5. Participações e elaboração da política de juventude

Todos os entrevistados opinaram que contribuíram com as resoluções da Conferência e, a partir desta, houve uma maior apropriação, por parte das diversas juventudes, acerca das questões discutidas.

Sim, na medida em que essa política estadual ela é definida nas resoluções da C, os jovens participaram, as resoluções foram definidas pelos jovens, então se o governo tem bebido dessas resoluções, os jovens contribuíram então para construir a Política Estadual de Juventude. (Entrevista com o jovem O.J., militante do movimento estudantil)

Sim, eu me sinto, mas agora é uma participação limitada ainda, por que, por exemplo, essa primeira formatação do Conselho, formado não para formular políticas novas, foi muito mais para acompanhar políticas anteriores a Conferência, não conseguiu ter grandes influências nessas políticas em desenvolvimento, não conseguiu mudar, de maneira significativa, pontos frágeis da política em desenvolvimento, então assim, do ponto de vista da influência mesmo, da efetividade a gente não consegui perceber. (Entrevista com o jovem C.E., militante do movimento negro)

Eu não participei diretamente da construção, mas eu acredito que um pouco das ideias que eu levei pra as discussões territoriais e as discussões estaduais enfim elas contribuíram de alguma forma. (Entrevista com o jovem S.W., integrante de organização não governamental)

Porém, a maioria dos jovens afirmou que não escolheu o conteúdo final da Política Estadual de Juventude. Suas falas foram justificadas por dois motivos: ou pela alegação de que essa é uma ação precípua do Governo, que centraliza a tomada de decisão; ou pela sua dificuldade de implementação das resoluções apresentadas na Conferência.

Não, a gente sabe que existe uma tendência centralizadora das pessoas que ocupam os cargos públicos. Então acaba que a política e as ações para a juventude, na maioria, são decididas a portas fechadas, com quatro a cinco pessoas: o Secretário, um gestor, um assessor técnico, aquelas pessoas que tem mais influência, mais proximidade. Até o que é fundamental de dizer o recurso para onde vai, nada disso é discutido, então essa decisão não foi tanto da gente, foi uma decisão de portas fechadas. (Entrevista com o jovem S.L., integrante de organização não governamental)

Não, por que no final essa é uma ação do Governo, o detalhe de como ela se materializa, exatamente, não é possível você botar 50 mil jovens para ver exatamente a vírgula como ela se materializa. (Entrevista com a jovem S.J., militante do movimento negro)

Não, não escolhemos o conteúdo final, mas pudemos apontar para que o conteúdo final não tivesse tão distante daquilo que nós almejamos. Por exemplo, nós acreditamos que a política tem que ter nome, rubrica, verba, tem que ter espaço específico para ser tocada, por que juventude está para além do debate geracional, a concepção de juventude hoje ela trata de pertencimento, de história: há jovens e jovens, há jovens adultos, há jovens adolescentes. Então isso tudo precisa ser tratado a partir de um espaço que tenha ciência do que é isso, por exemplo: nós apresentamos como proposta criar uma Secretaria Estadual de Juventude, não foi criada, mas foi criada uma Coordenação de Políticas de Juventude que tem, até então, tem dado conta de articular a transversalidade da política de juventude; nós queríamos que tivesse um Conselho de Juventude que fosse deliberativo, ele não é deliberativo, mas há um Conselho; nós queríamos que a juventude tivesse uma verba específica voltada para a juventude, não tem essa verba, mas é conseguida a transversalidade do orçamento do Estado para tocar ações de juventude. Então esse é o hiato, é aquilo do que foi apresentado para o que está sendo executado. (Entrevista com o jovem P.R., militante do movimento negro)

Eu acho que...o processo da política de juventude no Estado, a gente conseguiu formular diretrizes, ainda existe deficiências, e isso é algo que a gente bate até hoje. A polícia ainda mata gente e ainda falta serviço de saúde, então o que eu acho que o governo precisa pegar essa colaboração das diversas coisas que a gente apresentou e implementar de fato. [...] E para fazer a transformação disso, que o governo precisa implementar, a gente acredita que o governo é um espaço de disputa [...], não entender a Conferência como o fim, ah, dizer, chegou lá, apresentou na Conferência, então tá tudo certo, vamos voltar para casa, pelo contrário, a gente apresentou diretrizes e temos que lutar para implementá-las. (Entrevista com a jovem S.L., militante do movimento estudantil)

Não. Sempre fica barganhado. Esbarra na questão da execução. Enquanto sociedade civil é difícil controlar a execução. (Entrevista com o jovem B.G., militante do movimento negro e LGBTTT)

Os entrevistados legitimaram a importância e o resultado final da Conferência, apesar dos seus desafios, principalmente, quanto a forte influência dos partidos políticos. Porém, reconheceram que a política que vem sendo executada não foi escolhida na Conferência: seja pela concepção do jovem como um problema e como um marginal que subjaz as ações da segurança pública, voltadas para a periferia; seja pela dificuldade de visualizar mudanças na melhoria de qualidade de vida dos seus pares; seja pela dificuldade ou não implementação das propostas da Conferência.

[...] por que existe uma diferença entre o que foi aprovado na Conferência, e no geral foi positivo para todos os segmentos, aquelas propostas que foram colocadas lá foi, o que a juventude baiana construiu, em que pese as influências de partido e de governo, mas no final das contas foi o que foi aprovado na Conferência, não foi nenhuma fraude, então eu me sinto participante daquilo, daquela proposição. Agora dali para frente, foram outros quinhentos, uma coisa foi o que a Conferência aprovou, outra coisa foi o que o governo colocou em prática. Então você consegue participar, superar os obstáculos da diversidade, toda a diferença que existe entre a juventude e aprova coisas positivas, mas do ponto de vista da implementação você não tem a mesma força, você tem a força para propor, agora para garantir a execução, pressionar a implementação existe ainda algo que não contribui para isso. Infelizmente não consigo perceber a proposição da Conferência refletida em uma política de juventude que atenda aos jovens, eu percebo que depois da Conferência e com as resoluções, houve na Assembleia Legislativa uma maior mobilização para a construção do Plano (Estadual de Juventude), não para aprovação, que é diferente. Uma coisa é construir, outra coisa é aprovar, então a Conferência estimulou esse gás para a construção, mas poderia ter sido melhor aproveitada. (Entrevista com o jovem C.E., militante do movimento negro)

Se eu acredito que escolhi o conteúdo final dessa política. Eu posso até ter lançado a proposição, mas nós sabemos que no resultado no final das contas não chega tudo da forma que a gente propõe. Tem algumas mudanças, mas nós estamos eu acredito que nós estamos indo no caminho certo. É daí pra melhor. (Entrevista com o jovem R.I., militante do movimento negro e LGBTTT)

Não, porque aí se perde muito por conta dos interesses partidários (...), mas, geral, eu acho o seguinte, que esse negócio das políticas públicas pra juventude envolve uma série de coisas que não necessariamente é o que a gente acha, encara e titula como políticas públicas de juventude. (Entrevista com a jovem M.A., militante do movimento estudantil)

Olha enquanto experiência foi, apesar de não ver nos GTs, que eu participei, de não ver essas mudanças que nós colocamos como demanda da juventude, de não ver no meu cotidiano, de não ver na minha comunidade e em outras comunidades que eu ando, que eu procuro, que tenho amigos, enfim de não ver essas mudanças. Mas ela enquanto experiência de até perceber como é que funciona essa política, de ver os outros pontos de vista, da juventude de Mussurunga, moro em Saramandaia, como os jovens de Mussurunga pensam, a juventude de... os jovens, de sei lá, de Mata Escura pensa que seria a política de juventude. Então perceber essas posições dos jovens também acho que enquanto experiência foi interessante. Acho que eu pude colaborar mais ela não foi determinante acho que só foi uma mínima colaboração. (Entrevista com a jovem C.I., integrante de organização não governamental)

Os jovens entrevistados relataram que a experiência da Conferência e a do Conselho Estaduais de Juventude são importantes mecanismos que facilitam a participação da sociedade

civil na elaboração de políticas públicas. Ao mesmo tempo reforçaram a necessidade da Coordenação da Juventude, além da abertura e do fortalecimento de outros espaços de participações.

Simples, quanto mais espaços democráticos forem criados para que a sociedade e governos, separadamente ou em conjunto, discutam, formulem e implementem, maior será a participação. Precisamos de seminários, vídeos conferências, conselhos municipais atuantes, não adianta os governos quererem resolver questões como estas na base da canetada, tem que ter diálogo e o povo precisa se acostumar a fazer parte deste processo porque assim ele ajuda na implementação também. (Entrevista com o jovem S.J., militante do movimento estudantil)

Na formulação, na minha opinião, a partir das conferências convocadas. Em que toda a sociedade foi chamada a participar, houveram muitas territoriais eu acho que foi um processo. Convocação da juventude pra construir e pra ajudar a formular. Se não fosse aquele documento que saiu na Conferência estadual, ele diz muito pra que o governo possa sentar e pensar aonde ele vai atingir na construção das políticas públicas. Então, acho que a partir das conferências, a partir da dinâmica de convocações do Conselho Estadual de Juventude também. O governo aciona pra poder ouvir o que está acontecendo com a juventude baiana. Eu acho que outra iniciativa que faz com que a juventude participe do processo de formulação, e não só formulação, execução, talvez até avaliação. E acho que a avaliação da movimentação das entidades juvenis na dinâmica cotidiana, a partir do momento que provoca também as manifestações que procura reivindicar e brigar, se opor, se contrapor ao governo em vários momentos. Ela provoca o governo a fazer uma reflexão e com isso contribui pra formular a política pública. (Entrevista com o jovem N.V., militante do movimento estudantil)

Ao serem indagados sobre como o Governo dificulta essa participação, os jovens apontaram para: a ãpulverizaãõ dos projetos nas diversas secretarias, restringindo a projetos pontuais; a compreensão substantiva da importância da política de juventude para o desenvolvimento do Estado; o sucateamento e o não acesso à educação, ao lazer; a ação policial repressiva; a negação de informações sobre as ações governamentais e a participação de dirigentes de alto escalão nos debates; a inviabilização da realização da Conferência ou de outros canais de participação instituídos, ou até mesmo, a realização em locais de difícil acesso; a não implementação das resoluções da Conferência; a não liberação de recursos para ações voltadas para juventude. Vale o registro que a maioria dos jovens teve dificuldade de pensar em como este Governo dificulta as participações e responderam a pergunta de como governos em geral podem dificultar as participações na elaboração de políticas públicas.

Como fez nos 16 anos que antecederam a esse governo, ou como, também nesse Governo em alguns momentos pode-se defrontar, quando a gente: 1- criminaliza o grande porta-voz da sociedade como um todo e da juventude em particular, que é o movimento social. Sempre que tivermos diante da criminalização do movimento social, nós estamos diante de um entrave à escuta do jovem, da sociedade como um todo e do jovem em particular; 2- quando dificulta a criação desses espaços, ou quando cria apenas como mera formalidade e não como espaços substantivos. Os espaços que existem hoje são espaços substantivos, eu só continuo participando

deles por que eu acredito que eles são substantivos, menos do que eu gostaria mas são efetivamente espaços em que a gente consegue trazer para dentro do estado conflitos que estão colocados ou as pautas eu estão colocadas na sociedade, então eu acho que isso a gente consegue sim. (Entrevista com o jovem F.F., integrante da Pastoral da Juventude)

[...] Então uma dessas coisas que precisam ser quebradas no atual governo é uma certa subestimação que há da importância das políticas de juventude. Não são apenas políticas paliativas, que alguns compreendem, mas tem uma relação fundamental com o próprio desenvolvimento do Estado, com a Bahia que nós queremos ter daqui a 30, 40, 50 anos de idade. Então eu acho que quebrar a subestimação que muitas vezes a gente encontra é uma das tarefas mais importantes, dentro vamos dizer assim, de convencer o governo nesse sentido. (Entrevista com o jovem F.C., militante do movimento estudantil)

Há diversas formas, entre umas delas é o sucateamento da educação, o não acesso principalmente, por exemplo, é o aumento do transporte, pra mim é uma forma de dificultar o acesso a juventude, a participação em eventos, ir ao teatro sei lá e até mesmo a escola, ela dificulta dessa forma, ela dificulta na falta de emprego, enfim na ação policial que é perversa, então são varias vertentes. (Entrevista com o jovem S.H., militante do movimento estudantil)

O governo constrói uma grande Conferência, cria uma grande expectativa e a juventude não consegue visualizar na sua realidade mudanças, isso desestimula. Cria-se uma falta de esperança na juventude, quando você constrói todo aquele processo de Conferência e você não consegue perceber, então os índices de homicídios continuam alto, desemprego, evasão escolar, defasagem. Das principais demandas da juventude, você não percebe da Conferência para cá uma mudança significativa, e sim algumas exceções, ali, acolá. (Entrevista com o jovem C.E., militante do movimento negro)

Não liberando recursos, por que não tem como fazer política sem recurso, sem ter material na rua, sem ter gente trabalhando, quando as nossas diretrizes e o que gente apresenta de opinião são negligenciadas, quando vem ações com tom autoritário, quando exerce uma pressão da mão armada, quando age a partir da compra de lideranças, de trazer lideranças para dentro de esquema. (Entrevista com a jovem S.L., militante do movimento estudantil)

Sobre os aspectos e/ou características da própria juventude que poderiam ter facilitado a participação, a maioria dos entrevistados responderam que o seu histórico de militância foi um dos principais fatores, além da familiaridade com a temática e a vontade de mudar a realidade a sua volta.

Primeiro o fato de ser já militante de uma organização, então acho que isso acabou fazendo que eu já tivesse aí, já tivesse envolvido quase que automaticamente com o processo de mobilização, de construção da conferência. Então o fato de ser militante, desde então do movimento estudantil, foi o que mais contribuiu que pudesse participar. (Entrevista com o jovem S.H., militante do movimento estudantil)

Eu acho que a vontade de mudança, a necessidade de influenciar, diferente do que muita gente tem falado, a juventude ela tem muita vontade, muita necessidade de dar opinião, de dizer o que quer, o que pensa. Isso é uma característica de outras tantas juventudes e uma característica marcante dessa juventude, a democracia brasileira abriu um burquinho minúsculo e aqui na Bahia, 50 mil jovens passaram e deram opinião, se organizaram na Conferência estadual. (Entrevista com a jovem S.J., militante do movimento negro)

O acúmulo da minha militância, a vontade de me manter vivo, por que ser jovem negro num bairro de periferia, nascido no Curuzu e depois ter tomado a atitude de arrumar tudo e me mandar pro interior e continuar me mantendo vivo é muito difícil. Eu tinha duas opções: ou ir para o crime ou viver e viver, para mim significou cuidar do meu próprio destino e tudo se decide na política, então fui para o centro de onde se decide o meu destino e o destino de outros. Então, isso facilitou a minha participação, por que eu tinha o entendimento do que era aquele espaço, diferente de outros jovens que não tem e foram ganhos no processo e hoje estão participaram também, outros vieram, voltaram para onde estavam, é assim, é cíclico, a gente não consegue abraçar o mundo com os nossos pequenos braços, mas a minha vontade de viver para mim foi o que me fomentou no traçado até chegar a oportunidade de participar da Conferência e poder falar por mim e por outros e por outras que me elegeram para falar por eles. (Entrevista com o jovem P.R., militante do movimento negro)

Sobre os aspectos e/ou características que poderiam ter dificultado as participações, os principais pontos levantados foram a timidez de alguns jovens, decorrente da má formação educacional, a inexperiência e cultura participativa no debate político, o conhecimento sobre os temas em discussão.

Eu acho que há má formação educacional ela gera algumas consequências, além de não ter determinado conhecimento específico sobre algumas coisas, ela gera timidez, reatividade no espaço público, um monte de coisas ruins, no sentido de protagonizar processos políticos coletivos, nesses processos necessariamente você precisa ter coragem, audácia, capacidade de falar em público. E a má formação, educacional e política, atrapalha muitas vezes. (Entrevista com o jovem F.F., integrante da Pastoral da Juventude)

Foram ainda apontadas as dificuldades em conciliar a agenda da Conferência com outras atividades (familiares, escolares, profissionais), a comunicação ineficaz de informações sobre a Conferência (objetivos, organização dos grupos de trabalhos, eleições) e a apropriação da arena pelos partidos políticos.

Na Conferência estadual o que dificultou... Eu acho que o sistema de comunicação, eu acho que na próxima a gente possa melhorar, assim entender as coisas sabe ter muito mais, tinha um telão mas os materiais assim, tínhamos materiais bons, mas eu acho que o sistema de comunicação deveria melhor pra gente ter uma maior visualização das propostas. (Entrevista com o jovem O.J., militante do movimento estudantil)

Isso não é interessante e a gente acaba concorrendo com essa juventude partidária de maneira desigual. Porque eles jogam muito sujo, eles jogam sujo mesmo, na questão de número, elege delegado viajar pra Brasília. Eu não vejo as propostas que eles fazem pra juventude, as vezes eles tem uma proposta político partidária que eles discutiram o ano todo eles querem aprovar lá. (Entrevista com o jovem R.I., militante do movimento negro e LGBTT)

Todos os entrevistados afirmaram que as participações juvenis tem gerados avanços na política, mesmo que pequenos: o surgimento na arena da disputa política da concepção do jovem como um sujeito de direito e como um sujeito de voz; o fortalecimento da pauta de

juventude dentro do governo e da própria sociedade civil como um todo; a criação de canais institucionais de participação, como a Conferência e o Conselho Estadual de Juventude; e, a criação de espaços de diálogos e coordenações nos municípios.

Sim. Há passos lentos e tímidos, eu acho que teve impactos. O fortalecimento da pauta juvenil dentro do governo e da própria sociedade como um todo, acho que teve impacto nesse sentido da política. (Entrevista com o jovem S.L., integrante de organização não governamental)

Vou um pouco mais além, acho que sem essa participação as políticas públicas não cumprem seu papel de forma eficaz e a juventude não se entenderia norteadora dessa política, sendo um mero coadjuvante dando margem pra disseminação de falsos tabus como política não é coisa pra juventude. (Entrevista com o jovem S.J., militante do movimento estudantil)

Sim. Na minha opinião tem... é mais ou menos o que eu venho dizendo que hoje existe uma sensibilidade maior, um diálogo de apresentar suas reivindicações, enfim. Existe o Conselho de Juventude tá todo mundo e vem procurar... Então, eu acho que existe uma facilidade maior pra isso. Agora é isso eu acho que cabe a nós e ao governo estudar melhores mecanismos de recepcionar mais a juventude e conseguir identificar inclusive jovens que não estão necessariamente vinculados a entidades juvenis, ou seja, que não estão organizados digamos assim. A política pública de juventude precisa atender ao um público que, necessariamente não estar engajado, acho que esse é um desafio. Acho que isso talvez tenha sido a principal dificuldade não só do governo, como do Conselho e dos movimentos que fazem parte e compõem o Conselho...(Entrevista com o jovem N.V., militante do movimento estudantil)

Sim, muito. A política pública surge do diálogo, sempre tem adequações, não somos nós que escrevemos a política, quem escreve é o governo. As adequações são devido a questões orçamentárias, ideologias, às influências partidárias. Algumas resoluções da sociedade civil significam uma ruptura com os modelos tradicionais e conservadores, como, por exemplo, na Conferência de Segurança Pública foi demandada a desmilitarização da polícia. Isso é uma ruptura que nem nenhum governo vai fazer da noite para o dia. (Entrevista com o jovem B.G., militante do movimento negro e LGBTTT)

Sim, sem dúvida. Tem gerado avanço por que ele começa a ser criado uma política de/para/com a juventude, não só uma política pública para a juventude. (Entrevista com o jovem S.W., integrante de organização não governamental)

### 3.1.6. A Política Pública Estadual de Juventude

O primeiro ponto a destacar, com relação a esse item, foi o fato de que apenas três dos jovens entrevistados trouxeram experiências de construção de uma política de juventude anteriores a esse Governo. Uma das experiências relatadas foi no governo anterior, mas não teve, segundo a opinião dos entrevistados, representatividade das diversas condições juvenis e repercussão em termos de políticas públicas. A outra experiência foi a conferência realizada pela Câmara dos Deputados, como um espaço de experiência embrionária do que foi a Conferência estadual.



Teve um processo político de juventude em que ACM Neto participou e faziam de conta que existia uma consulta popular. Os jovens falavam, ficavam em um hotel, falavam, mas será que as falas eram escutadas e aí essa é a primeira Conferência do Governo Wagner e gente rodou todos os municípios da Bahia e colocou uma galera diferente mesmo, novas caras para discutir política. Antes os jovens eram filhos de políticos, mas será que esses jovens refletem a realidade da juventude baiana? Não sei se reflete, então a gente leva esse debate para liberdade, Coutos Plataforma. (Entrevista com a jovem F.F., militante do movimento feminista)

[...] A gente conta a história da Bahia como se 2007 inaugurasse a montagem da política de juventude na Bahia e esquece o papel importante que os parlamentares federais, Alice, Zezéu, Marcelo Guimarães, tiveram nesse processo, que criou cultura. Então aquele momento (se remete a conferência de 2005, da Câmara dos Deputados) foi decisivo do qual eu participei e de lá para cá eu acho que todo mundo quis participar desse processo de montagem do que a gente tem hoje na política de juventude teve a possibilidade de se sentir protagonista disso, que a forma como esse espaço foi montado foi uma forma ampla e democrática e que permitiu a participação desses sujeitos, dessas pessoas. (Entrevista com o jovem F.F., integrante da Pastoral da Juventude)

[...] Já teve conferência de juventude no governo anterior, agora o que eu achei diferente na conferência de juventude deste ano que a gente tá falando e que eu fui delegado é que a abertura pra juventude foi maior, por conta do governo, por de ser um governo que foi pleiteado pela juventude, foi apoiado pela juventude e a gente já esperava essa abertura até pelo o histórico do movimento sindical que tinha o governo, são partidos de esquerda tem uma opinião voltada pras questões sociais. A abertura maior vem no sentido de fazer com que a juventude possa falar, possa propor, possa dizer, possa se posicionar, possa ajudar a formular essa política de governo. (Entrevista com o jovem R.I., militante do movimento negro e LGBTT)

Ao serem indagados sobre a existência de uma política pública estadual de juventude, os entrevistados tiveram opiniões diversificadas e certa dificuldade em responder, pois demoraram um tempo maior para elaborar suas respostas. Alguns afirmaram categoricamente que não há uma política pública, e sim ações fragmentadas e que, em sua maioria, não são concebidas para a juventude, e sim, incidem sobre a faixa etária juvenil.

(silêncio) Eu acho que não... por que de fato não é uma ação integrada, eu vejo ações fragmentadas. O próprio Cejuve que poderia ter uma ação de integração, malmente faz o acompanhamento. São ações que vão atingir a juventude de qualquer maneira, por exemplo, o Ponto de Cultura, vai atingir a juventude, por que a juventude se interessa por arte, mas não está ali focada na juventude, não tem essa integração, esse diálogo entre os programas. (Entrevista com o jovem S.L., integrante de organização não governamental)

Não, existem indicativos. Não temos um Plano Estadual, um Estatuto, nada que regulamente, legisle. O que temos são ações nas secretarias. (Entrevista com o jovem B.G., militante do movimento negro e LGBTT)

A maioria dos jovens declarou que a política de juventude está em construção e em um estágio inicial. A Conferência serviu para dar as bases desta política, mas ela ainda não está consolidada, por que: não se tem o Plano Estadual de Juventude aprovado; as ações nas

Secretarias não são articuladas, apesar de um esforço nesse sentido; não se consegue visualizar os projetos de ações.

Então eu acho, assim, hoje a gente não tem políticas públicas de juventude se aplicando de forma efetiva, mas a gente está na busca de uma segunda conferência pra poder ver essa concretização, posso te dar um exemplo claro, hoje a gente tem um problema muito serio que é questão do genocídio da juventude negra nas periferias. [...] Eu acho que a gente tá no campo das ideias, mas na execução..., mas eu posso até estar me equivocando, mas assim do que é palpável pra mim, eu não consigo, não tem nada de tocante. (Entrevista com a jovem S.J., militante do movimento negro)

Mesmo os jovens que responderam que existe uma política pública estadual de juventude, enfatizaram que ainda é algo inicial e que precisa ainda ser muito aprimorada.

Sim, existe. Olha, quando a gente fala numa Política Estadual de Juventude, a gente não pode desconhecer tudo que já aconteceu até hoje. Porque existem várias conquistas que foram obtidas a partir da reivindicação dos movimentos sociais e hoje a construção de uma política social de juventude ela pode ser exemplificada, ou expressa já a partir de algumas resoluções pós-conferência de juventude. Instituição do Conselho Estadual de Juventude. Nós temos hoje um Conselho Estadual de Juventude, e isso, pra mim já é o início de uma Política Estadual de Juventude pra um Estado como a Bahia que não tinha um conselho. Mais aí já é o início, é um pontapé [...]. (Entrevista com o jovem R.I., militante do movimento negro e LGBTT)

Ao mesmo tempo não souberam responder com clareza sobre a política de juventude que está sendo implementada. Ora citavam a Conferência e o Conselho, ora o Programa Trilha, ora a Coordenadoria de Juventude, ora ações de algumas Secretarias, ou ainda algumas áreas temáticas, por exemplo, educação, emprego e renda e saúde, como componentes dessa política.

O aspecto mais importante é dar a possibilidade dos jovens está discutindo. (Entrevista com o jovem S.G., integrante de organização não governamental)

Está se construindo uma Política Estadual de Juventude, acho que a Conferência contribuiu muito para esse processo, por que depois da Conferência foi instalado o Conselho e algumas outras políticas. Acho que foi a melhoria mesmo, a criação do Conselho, a coordenação de juventude. Esses espaços que não tinham antes de discussão, existe alguns projetos pulverizados, cada um no seu canto. O que ficou mais marcante para mim foi a criação do Conselho. (Entrevista com a jovem V.M., integrante da Pastoral da Juventude)

[...], mas ainda temos que avançar mais, como a questão do genocídio da juventude negra, a violência, combate as drogas, acesso da educação integral, formação social e cultural. (Entrevista com o jovem B.T., militante do movimento estudantil)

[...] de não ver essas mudanças que nós colocamos como demanda, de não ver no meu cotidiano, de não ver na minha comunidade e em outras comunidades que eu ando, que eu procuro, que tenho amigos, enfim de não ver essas

mudanças.(Entrevista com a jovem C.I., integrante de organização não governamental)

Porém, a maioria dos entrevistados consideraram o Conselho Estadual de Juventude e a própria Conferência como grandes avanços no campo da política para a juventude no estado, apesar da insatisfação com relação à implementação de ações, que ainda deixa a desejar, com relação às resoluções da Conferência.

Mais uma coisa que deu certo foi a instalação do Conselho. Essa foi a única coisa. A gente não tinha um Conselho Estadual de Juventude funcionando, agora a gente vai pra uma segunda eleição... coisa que a gente conseguiu até agora... é a concretização do Conselho Estadual de Juventude. (Entrevista com a jovem S.J., integrante do movimento negro)

Tá se construindo, na minha humilde opinião, não posso dizer que está conformada, tá se construindo o tripé que é o Conselho de Juventude primeira gestão funcionando, já vai entrar na segunda, vai ter eleição agora. Então está se construindo tem já uma Coordenadoria foi também decreto que o Governo aprovou o Plano Estadual de Juventude que é o tripé da política de juventude. Mas está engatilhando vamos dizer assim, ta nascente ou posso dizer que tem iniciativa no campo das políticas de juventude, mas não que esteja consolidada uma política de juventude. (Entrevista com o jovem V.A., militante do movimento negro)

Com relação ao público-alvo desta política, os jovens tiveram uma opinião convergente para a faixa etária, de 15 a 29 anos, e para o perfil socioeconômico, os jovens com maiores vulnerabilidades sociais e com mais dificuldade de acesso dos serviços públicos básicos. Outro público mencionado foi a sociedade civil organizada, devido aos espaços de participação criados: Conselho e Conferência.

O Conselho e o Trilha, como sendo as duas principais ações que o governo desenvolve hoje para a política pública de juventude. Dois públicos: os jovens de 15 a 29 anos e a sociedade civil organizada, entidades de apoio, entidades que militam no movimento juvenil como um todo, fóruns e redes. (Entrevista com o jovem O.J., militante do movimento estudantil)

Foi apontado como aspecto mais marcante a questão da abertura do diálogo com as organizações juvenis, sendo reconhecidos a Conferência e o Conselho Estaduais como importantes espaços para as participações dos jovens. O Programa Trilha também foi citado como um dos instrumentos da política de juventude no Estado e, mais especificamente, a possibilidade de inserção no mercado de trabalho.

Eu acho que o principal elemento dessa política é um diálogo melhor com as organizações juvenis. Então a política do cassetete, que acabávamos tendo há um tempo atrás, foi substituído por um maior diálogo, então essa é um ponto positivo. Eu acho que o principal ponto positivo dessa política de juventude é um maior diálogo, ou seja, as entidades estudantis foram pela primeira vez, recebidas no Gabinete do Governador pra discutir, por exemplo, políticas relacionadas à educação no Estado. O próprio Conselho Estadual de Juventude é também um espaço de

debate, de diálogo é bastante interessante. (Entrevista com o jovem F.C., militante do movimento estudantil)

Pra mim é esse processo da conferência e do conselho, por que é a participação da sociedade civil nesse momento. Então muitos jovens lá dando suas opiniões contribuindo pra o debate. A gente fazendo, elaborando documento indo a território e território, a gente podendo conhecer essa realidade. Os jovens ali podendo falar que muitas vezes nunca viram, eu olhava aquela atividade como a primeira atividade que muitos participaram, muitos mesmo. E a gente chegou a lugares assim é difícil o governo chegar assim, numa atividade normal. Então isso foi é o mais marcante a participação da juventude e organização da juventude na mobilização da conferência por esse debate. (Entrevista com o jovem V.A., militante do movimento negro)

Outro dado que apareceu nas entrevistas foi a mudança de perspectiva do Governo com relação à juventude. Para além da concepção do jovem como uma situação problema, a Conferência marca a emergência, no campo das políticas públicas, de um novo entendimento do jovem como um sujeito legítimo para falar das suas próprias demandas e propor soluções. Esse novo entendimento entra na disputa conceitual do que representa a juventude para o Estado. Enquanto a Conferência e o Conselho se apresentam como elementos que caracterizam a implementação de ações governamentais tendo esse novo entendimento como balizador, a política de segurança pública, por exemplo, ainda traz a concepção de juventude atrelada à marginalidade, haja vista a ação repressora e homicida denunciada pela maioria dos jovens entrevistados.

Acho que o que mudou no E foi a perspectiva de ver a juventude, sua ótica, ele partiu de outro lugar, de entender o jovem não como uma situação problema, não como aquele que é delinquente, marginal e sim como o jovem que sempre lhe teve negado o acesso a educação, ao lazer, a uma vida estrutura, a equipamentos culturais em sua própria localidade, transporte, viver a cidade, o trabalho. Então muda-se a perspectiva para o que a gente não tinha de PPJs, então o estado se debruçou sobre essa temática. Só que ainda tem muitos entraves. [...] Que o jovem tenha em seu bairro os equipamentos culturais, que não seja tratado como criminosos e é isso que hoje acontece, é uma prática institucionalizada pela polícia e pelo próprio estado. Por que para determinada parcela da população o único braço do estado que chega, o único serviço do estado que chega é o poder repressor o poder da polícia, para outra parcela da população, que é bem menor, bem reduzida são outros serviços ou podem pagar para esses serviços (lazer, educação, esporte, trabalho), enquanto para a sua grande maioria, jovens mulheres negras e jovens negros, é negado, só chega o braço armado da polícia com o poder de repressão e não é a toa que SSA tem uma taxa de mortalidade muito elevada de jovens negros e negras. (Entrevista com a jovem S.L., militante do movimento estudantil)

[...], mas ainda temos que avançar mais, como a questão do genocídio da juventude negra, a violência, combate as drogas, acesso da educação integral, formação social e cultural. (Entrevista com o jovem B.T., militante do movimento estudantil)

Por outro lado, é importante observar que a mudança de mentalidade, de concepção do governo sobre juventude é um fato notório, se antes a juventude não tinha espaço de interlocução com o estado é porque o estado tratava os jovens como problema. Falar em juventude era falar de drogas, violência, evasão escolar e etc. A partir das conferências percebe-se essa mudança de mentalidade do estado, que em vez de ver

o jovem como problema começar a ver-lo como agente imprescindível para solucionar os problemas que são de todos. (Entrevista com o jovem S.J., militante do movimento estudantil)

Algo que foi unânime nas respostas foi o questionamento sobre a efetividade da política que está sendo realizada, tanto com relação ao atendimento do que foi proposto na Conferência estadual, quanto aos resultados dos programas governamentais voltados para a juventude.

Pode até existir mais ela não é efetiva porque se a gente for perceber, principalmente para a juventude negra, o quanto jovens hoje estão desempregados, quantos jovens hoje estão fora das escolas, quantos jovens negros principalmente são exterminados pela polícia. Então há essa política de juventude principalmente na Bahia, ela pode até existir teoricamente como foi a proposta da Conferência mais ela não é efetiva. A gente vê uma demanda muito grande e isso está atrelada a várias questões, falta de emprego o próprio racismo, enfim, acho que ela não é efetiva ela não atende as nossas expectativas. (Entrevista com a jovem C.I., integrante de organização não governamental)

Tá começando (a política pública), acho que da Conferência ainda não se implementou muita coisa. Esse processo que está sendo mais lento, não sei qual o motivo, se é a Assembleia Legislativa [...] a Bahia ficou atrás nisso [...]. (Entrevista com o jovem H.R., militante do movimento estudantil)

Esse tripé está esboçado, com muita clareza na sociedade baiana, no Governo da Bahia, contudo sobre esses três pés a gente pode estabelecer críticas bem contundentes. Sobre o Conselho, acho que a crítica consiste, do ponto de vista da formação, da fragilidade institucional do Conselho: primeiro foi criado por decreto e não por um projeto de lei como a gente esperava que desse mais solidez dentro da estrutura jurídica do estado; segundo o conselho não é dotado de estrutura orçamentária e isso faz com que o mesmo não tenha possibilidade de ampliar a sua atuação; e, terceiro não tem dentro do estado um secretário executivo liberado, do ponto de vista da sociedade civil, também, as organizações não conseguem priorizar o conselho nas suas agendas e isso faz com que seja frágil na sua atuação em relação ao que a gente gostaria. (Entrevista com o jovem F.F., integrante da Pastoral da Juventude)

[...] Há uma tentativa do Governo em atender este segmento (a juventude negra). Facilita o acesso a programas básicos, mas não repercute a outros acessos, ainda são poucas as alternativas. A juventude não quer somente isso. (Entrevista com o jovem B.G., militante do movimento negro e LGBTTT)

Os entrevistados, em sua maioria, principalmente aqueles vinculados ao movimento negro e as jovens feministas, não se sentem contemplados com a ação governamental, apesar de reconhecerem seus avanços.

Quando olho ao redor e vejo a vida ir mudando aos poucos, estudantes oriundos de escolas públicas em todos os cursos das universidades federais, um franciscano e um indígena debatendo sobre a diversidade sexual, ver programas como o Trilha capacitando milhões de jovens, sendo que muitos desses só podiam sonhar em ser avião do tráfico, percebo que muito coisa foi feita, mas a palavra contemplado ainda é muito forte, já que a muitas coisas ainda há fazer. (Entrevista com o jovem S.J., militante do movimento estudantil)

Não, não velho, não me sinto contemplado, não, estou insatisfeito. Por que eu não veja ainda essa coisa da estruturação, do diálogo intersetorial na política de juventude, eu vejo ações fragmentadas, não vejo as nossas propostas serem implementadas de fato, não vejo essa escuta mais assídua e sensível a sociedade civil como um todo e não a parte dela, conglomerados partidários, principalmente. Então por isso eu não me sinto satisfeito. Sei que a gente está iniciando essa história de política de juventude aqui no Brasil, mas iniciando a passos bem curtos. Acho que tem que caminhar mais. (Entrevista com o jovem S.L., integrante de organização não governamental)

Segundo seus relatos, eles se sentem insatisfeitos ou não contemplados pelos seguintes motivos: as ações ainda não são intersetoriais e articuladas; há a necessidade de um diálogo maior com a sociedade civil como em todo; a política de segurança pública que vem sendo implementada, de forma a se caracterizar como de extermínio da juventude negra; e a necessidade de lhes ser garantido o direito a saúde, o direito a educação básica de qualidade.

Não, por que... você conhece alguma política de juventude que saiu do papel? Eu não conheço. Outro dia um companheiro estava me perguntando, e aí nega, a gente foi para lá e aí alguma coisa saiu do papel? Que eu tivesse visto ainda não. E por que ainda não saiu do papel? Será que de fato quem nos representa no Cejuve, tem comprometimento político suficiente com a população que se diz representar? Tem? Tem um correio de informações para que a gente saiba o que rola na política de juventude na Bahia? Volta às aulas, está aí, qual foi a pauta que o Cejuve apresentou para as voltas as aulas? Como está acompanhando, por exemplo, os jovens que estão nas penitenciárias? A questão do trabalho, e a profissionalização dessa juventude? O extermínio da juventude na Bahia, nada! A questão da saúde, nada! O planejamento familiar que é uma pauta antiga no movimento feminista, as meninas continuam engravidando com 15 anos. (Entrevista com a jovem F.F., militante do movimento feminista)

Eu acho que há avanços comparados com outros governos, é como eu falei era caso de polícia, hoje a gente dialoga com o Governador. Tem o Conselho, uma Coordenadoria que é nossa de juventude. Mas é pouco ainda eu acho que precisa muito mais ações transformadoras para a juventude. Tem uma questão muito grave, a questão do crack nas periferias, a questão de genocídio todo dia nas crianças, jovens, negros, pobres nas periferias das grandes cidades, questão do desemprego, falta acesso à cultura, saúde e educação. Então são questões graves assim que a gente precisa enfrentar e quem mais sofre as mazelas desse sistema capitalista infelizmente é a juventude. (Entrevista com o jovem V.A., militante do movimento negro)

É isso. Eu não me sinto totalmente contemplado não com as ações governamentais para a juventude. Mas eu acho que as ações governamentais se comparando com 05 a 10 anos atrás ela têm tido um avanço. Acho que tem se pensado muito mais na juventude e tem se pensado muito mais na juventude em funções dessas mobilizações que vem acontecendo. (Entrevista com o jovem S.W., integrante de organização não governamental)

Não, eu acho que foi, que ainda é muito tímido o processo de mudança, o processo de implementação de um olhar diferenciado pra a juventude. (...) Acho que iniciou, deu uns passos importantes, mas ainda é muito tímido. Ainda a uma disputa muito grande de quem enxerga no interior do próprio governo, ter mais sensibilidade com demandas juvenis e sociais... (Entrevista com o jovem N.V., militante do movimento estudantil)

30% sim. Aspectos das políticas de ações afirmativas, no aspecto da política hoje de formação, da educação profissional, mas para a gente usufruir isso tudo, vem 70% que é o direito a vida, o direito a saúde, o direito a educação básica de qualidade, por que hoje, para fazer educação técnica e profissional você tem que passar pelo ensino fundamental e pelo ensino médio, só que nós temos um ensino médio e fundamental que ainda está daquilo que nós precisamos; temos uma política de segurança pública que não garante a vida da juventude negra, o policial diz: ôah, foi auto de resistência, como é que é auto de resistência se o jovem foi exterminado com um tiro na cabeça, com um tiro pelas costas, então não houve auto de resistência, houve extermínio. Então os 70% tai, essa política de cultura que não é democratizada ainda, por que os meios de participar dos editais de financiamento, de acesso a essa política é muito difícil. É difícil dialogar dessa forma. (Entrevista com o jovem P.R., militante do movimento negro)

Eu não posso dizer que eu me sinto totalmente contemplada, mas eu consigo me enxergar dentro de alguns projetos, eu sinto que o governo precisa ousar e os movimentos sociais precisam ir mais para cima. (Entrevista com a jovem S.F., militante do movimento estudantil)

Foram ainda sugeridos os seguintes desafios para a política pública de juventude: 1- reencantar os jovens com a política, para que possam participar no processo político; 2- a aprovação do Plano Estadual de Juventude; 3- tornar a política pública de juventude uma política de estado; 4- fortalecer a participação juvenil, inclusive com formação para estar nos espaços políticos, a partir dos projetos que são executados pelo Governo.

Chamar mais jovens para participar para ampliar a questão do pensar. Eu acho que os novos jovens, que estão fora desse processo político que eles venham, que ajudem a construir...que eles venham debater, que paute o seu espaço e que venha somar mesmo para um processo de construção. Eu acho que a Conferência é um momento de regatar essa juventude descreditada, de vir mostrar que a gente pode ser agentes para modificar a situação. A gente não pode pensar que é só o governo a responsabilidade também é da sociedade. (Entrevista com a jovem S.F., militante do movimento estudantil)

Temos que reencantar os jovens com a política, temos vários inimigos: carnaval, pagode, igrejas, e os jovens se distanciam da política. Temos que trazer o jovem para debater a política. (...) Se tivéssemos um movimento de juventude organizado, já teríamos ido para a rua pedir o impetachment de João Henrique, por que que não se fez isso, não temos uma capital baiana que tem equipamentos de socialização para a juventude participar e aí cadê essa juventude hoje. Falta um novo modelo de mobilizar a juventude, a gente não conseguiu realizar isso. Por que a gente sabe que maioria das pessoas que participaram da Conferência são ligadas a um partido político, então não conseguem fazer uma grande mobilização e cobrar do Governo as políticas públicas de juventude. (Entrevista com a jovem F.F., militante do movimento feminista)

Acho que ele tem que fortalecer essa participação. Entendi. Eu acho é isso eu vou tornar dizer eu acho que dificultar a participação não seria a maneira, eu acho que colocar critérios, critérios talvez formativos. Eu acho que ele poderia possibilitar maior discussão nesses espaços. Por exemplo, o Projovem é um projeto que eu participei eu vou dizer com muita autonomia que eu participei, e eu acho que deveria ter discussão política, tem que ter mais discussão política. Não só comunitária, mas para além da comunidade, o que acontece no âmbito político. Se eu só viesse com a formação que tive no Projovem eu não estaria capacitado para participar dessa conferência enquanto delegado, por exemplo. Eu faço essa avaliação. Por outro lado

eu avalio que é um programa bacana também, que tá oportunidade, que começa a incentivar o jovem, mas tem os seus avanços e seus desafios. Um dos desafios é potencializar essa participação. (Entrevista com o jovem S.W., integrante de organização não governamental)

Nós queremos que seja uma política de estado, nós esperamos que isso não seja mais um decreto. Queremos que cada governante que venha, tenha essa sensibilidade, tenha esse olhar, de que a juventude hoje é um processo importante de construção da cidadania, a gente não pode mais viver em uma sociedade que tá marginalizada: a juventude quilombola, rural, da periferia, o movimento do grafite, do hip hop, essa é a juventude que vai dar nova cara ao estado, então tem que ser uma política de estado. A juventude discute muito a questão da segurança pública, agora eu acho que tem que deixar de ser apenas uma discussão dentro do movimento negro, por que quem mais discute a questão da violência dentro da juventude é a juventude negra, e juventude que é óbaculejada todos os dias por essa polícia. Tem que passar por um processo mais abrangente. Nossos avanços ainda são pequenos. (Entrevista com a jovem S.F., militante do movimento estudantil)

Por fim, há uma demanda por uma política pública que possa garantir os anseios prioritários da juventude e, em especial, da juventude negra.

[...] garantia de segurança pública; do direito a vida, a viver bem em qualquer lugar; de acesso aos direitos fundamentais e constitucionais, como saúde, moradia digna, educação, lazer, trabalho. (Entrevista com o jovem B.G., militante do movimento negro e LGBTTT)

Se a política é pra juventude o público alvo é a juventude, porém eu acho que a política de juventude atual que ainda precisa ser revista, reformulada, rediscutida. É uma política pública que não é pra juventude negra ainda, apesar de nós termos uma juventude negra, majoritariamente no nosso estado, mas ainda não é uma política que contempla a juventude negra e pra juventude no geral. É uma política que não visa a pluralidade dessa juventude e as suas especificidades. (Entrevista com o jovem R.I., militante do movimento negro e LGBTTT)

[...] Somos iguais e somos diferentes e a gente identifica que há uma... que há um segmento de juventude que está extremamente precarizado e esse segmento de juventude, são as juventudes que estão na periferia e sua maior quantidade é a juventude negra... (Entrevista com a jovem S.J., militante do movimento negro)

### 3.1.7. Expectativas para a II Conferência Estadual

Com relação à II Conferência Estadual de Juventude, foram listadas, principalmente, as seguintes expectativas: 1- sirva como espaço avaliativo daquilo que foi implementado pelo Governo, a partir das resoluções da primeira Conferência; 2- haja um novo levantamento das demandas e proposições juvenis e que, realmente, sejam detectadas as especificidades de cada território; 3- que a Conferência seja ampliada para mais municípios, mais territórios, mais jovens; 4- que as suas resoluções sejam implementadas, com resultados efetivos para os jovens; 5- que os conteúdos sejam discutidos com mais profundidade, como a questão do trabalho, da educação, do tempo livre, da compreensão da juventude sobre desenvolvimento, da segurança pública, do racismo.



A expectativa é que consiga primeiro: fazer uma avaliação do que foi esse processo, que começou na primeira conferência e chegou até a segunda conferência. o que é que foi esses anos de intervalo, o que conseguimos avançar ou o que nós não conseguimos avançar. resgatar os documentos da primeira conferência e a partir desse resgate entender que aqui nós avançamos e aqui deixamos de avançar, õesses pontos nós cumprimos e tais pontos deixamos de cumprirõ. Em segundo lugar: consiga ser uma conferência muito mais ampla, ou seja, muito maior, que primeiro consiga agregar mais setores organizados da juventude e consiga trazer mais jovens que mesmo que sem vinculação a nenhuma organização mais direta ou a uma militância mais direta. A gente possa sentir, despertar a necessidade de participar de espaços de diálogo, mais democrático, mais plural. Que consiga envolver um conjunto mais de municípios na sua mobilização, ou seja, que seja uma conferência mais rica, mais diversa e que agente consiga dar mais passos adiante nas políticas de juventude do estado. (Entrevista com o jovem S.H., militante do movimento estudantil)

Melhor organização, minha expectativa é que eu possa levar as minhas propostas e que o governo faça o que é demandado. (Entrevista com a jovem L.L., militante LGBTTT)

O sentido de ampliar a participação é assegurar a democracia, quanto mais você faz com que a Conferência ouça mais gente, mas você vai ter a possibilidade de ampliar a democracia, você não dá acesso ao jovem de dar a opinião dele é uma forma da democracia não ser plena e você tem um retrato mais qualificado das especificidades do estado, abrindo possibilidade de acabar com as desigualdades econômicas e sociais. Então você garantir que a Conferência consiga chegar a mais lugares, é fazer com que essas pessoas que estão mais alijadas, mais ausentes do estado, o estado está mais incapaz de atender as demandas desses jovens, ou seja, colocar esses jovens para emitir sua opinião, é uma forma também de conseguir que o Estado chegue mais próximo, atendendo com políticas públicas essa juventude que talvez seja a que mais necessite, a que mais precise do Estado. (Entrevista com o jovem O.J., militante do movimento estudantil)

Do ponto de vistas das minhas expectativas, são de natureza temática e metodológica: no campo temático, que três temas precisam entrar definitivamente na agenda da juventude: 1- precisa discutir o que a juventude entende de desenvolvimento; 2- discutir o que é vida segura para os jovens e as jovens, e eu tenha uma fundada impressão de que não é polícia na rua; 3- a agenda do tempo livre juvenil e do financiamento do tempo livre juvenil como um dever do estado brasileiro para com os jovens e as jovens e como única possibilidade de discussão sobre trabalho e educação na sociedade brasileira, precisamos discutir como os jovens pobres, negros possam estudar fazer os seus estudos naquilo que eles acharem interessante, se qualificar profissionalmente sem se precisar se preocupar com o seu próprio sustento, o estado precisa fracionar a previdência, para poder fazer a previdência do jovem e financiar a inatividade juvenil. E do ponto de vista metodológico: 1- preocupação com a interiorização - diz respeito a como que a gente interioriza a Conferência, cada vez mais, como que a gente faz com que todos os municípios baianos possam discutir a Conferência; 2- preocupação com a pluralidade ó não dá para gente ter uma Conferência da capital, de brancos, de classe média, só do movimento estudantil, só de homens, tem que ser de homens e mulheres, dos homo e dos heterossexuais, de negros e não negros, de indígenas e de quilombolas, a metodologia tem que pensar isso, aí tem que fazer nas comunidades, vamos ter que resolver isso e avançar na metodologia da Conferência. (Entrevista com o jovem F.F., integrante da Pastoral da Juventude)

Nossa, que a gente consiga a aprofundar as mudanças, por que não dá para a gente... a gente já fez esse papel na primeira conferência, apontar o que a gente quer, eu acho que agora é ver os resultados, apresentados por parte do governo, principalmente, que eu acho que tem essa responsabilidade e dar resultados para a

gente, para a sociedade e a gente conseguir aprofundar ainda mais essas pautas da juventude, temos que discutir uma gama de outras questões. De verdade eu espero que o governo possa dar essas respostas, não dá para a gente ter um espaço muito mobilizado, politicamente importantíssimo para todo mundo e no final ele não ser implementado, virar política pública de verdade, por que não adianta você também só ter uma política de governo, uma política que só dure oito anos, tem que ser uma política que o estado entenda para esse segmento da população. Que incorpore. (Entrevista com o jovem B.T., militante do movimento estudantil)

Foram sugeridas as seguintes melhorias para essa próxima edição da Conferência estadual: 1- que as formas de participação sejam mais igualitárias, inclusive com menos influência do Governo; 2- na infraestrutura, apesar do reconhecimento de que a Conferência de 2007 teve uma boa estrutura; 3- na metodologia, principalmente para a eleição dos delegados e das resoluções; 4- no processo de comunicação da Conferência, para que seja melhor divulgada e possa mobilizar mais jovens.

Como melhorias, sugiro tornar a forma de participação mais igualitária, mais equitativa entre a galera dos partidos e a galera da sociedade civil organizada. Ter uma construção da metodologia mais participativa e com mais tempo. Identificar melhor os coordenadores os GTs, identificando pessoas mais capacitadas para mediar. (Entrevista com o jovem S.L., integrante de organização não governamental)

O modelo pode ser melhorado, acredito que a gente pode ampliar a forma como foram tiradas as delgadas nas conferências municipais e territoriais. Acredito que a gente pode ampliar o número de participantes nessa conferência e tentar inovar um pouco mais na metodologia, saindo desse aspecto mais tradicional: grupo de trabalho, tem 100 pessoas, aparecem 1500 propostas, eu acho que a gente tem condições de considerar as propostas das pré-conferências e na Conferência estadual, ao invés de se reinventar a roda, você tratar daquilo que foi tirado na base e definir quais vão ser as prioridades. Então isso tudo pode avançar aí, para ter uma política de juventude nesse estado para ser a melhor desse país, temos a faca e o queijo na mão, é aproveitar a oportunidade e tocar em frente. (Entrevista com o jovem P.R., militante do movimento negro)

Que haja uma menor influência do governo, não vou nem falar dos partidos, mas do governo, na condução do processo, que a juventude possa ter autonomia durante o processo e que essa juventude, participando de maneira autônoma possa avaliar criticamente o que foi da primeira conferência para cá e nessa avaliação crítica, lúcida, a gente consiga ver o que nós precisamos fazer para que daqui para a terceira conferência, a gente consiga contabilizar mais vitórias, contabilizar mudanças. (Entrevista com o jovem C.E., militante do movimento negro)

Mas na conferência assim, na plenária maior, por exemplo, deveria ser o momento que cruzaria todas as ideias e não foi. Na verdade foram colados na parede com sugestões que saíram dos GTs, e as pessoas votavam nas sugestões, enfim. Acho que o que teve maior voto foi levado pra nacional, e acho que não deveria ser assim. Seria um processo muito mais trabalhoso, mas deveria ter sido levado pra plenária grande mesmo no microfone, todo mundo votando, como é uma conferência. (Entrevista com o jovem S.W., integrante de organização não governamental)

Eu queria muito que o governo investisse na comunicação do processo, eu acho que a Conferência tem que deixar de ser aquela coisa que é pouco divulgada, que é pouco mostrada para a sociedade, precisa ter mais visibilidade, precisa abranger

melhor aquelas comunidades mais distantes, precisa resgatar essa juventude que está em um mundo que talvez seja sem voltas, que é o mundo das drogas. Eu acho que ela precisa envolver mais essa juventude, para dizer o que quer, dizer o que sente e o que é que eu preciso para ter uma qualidade de vida melhor. (Entrevista com a jovem S.F., militante do movimento estudantil)

Os jovens fizeram um registro com relação à necessidade de uma melhor mobilização e organização dos movimentos sociais, para que estes possam cumprir os seus papéis no controle social: acompanhar e pressionar o Governo na elaboração e implementação das políticas públicas. Para os jovens, as participações não podem ficar restrita ao espaço da Conferência e do Conselho Estadual de Juventude, tem que ir além, ser algo do cotidiano dos jovens.

O papel do movimento social é isso dizer o quer. Quantas vezes a juventude foi pra cima das políticas de educação para pra dizer o que quer? Não tem. Faltam aquelas propostas, todas que a gente fez, serem implementadas, mas está parado, por que? Imagine se de repente um Gedel da vida ganhasse as eleições, será que a gente iria conseguir ir para as ruas para pressionar Gedel a implementar as políticas de juventude? Wagner tai, será que a gente vai para as ruas pressionar Wagner a implementar? [...] Nós não podemos ficar parado! O governo é nosso, mas a gente tem tudo de pior hoje no governo Wagner, e a culpa é de quem? Nossa, a culpa é da sociedade. Então é importante hoje a gente retomar as nossas bases sociais, a nossa tarefa hoje é criticar essa sociedade que tá aí para a gente avançar. Precisamos aprender a lidar com o orçamento público, a gente precisa ir para cima da máquina, não sabemos o que uma LOA, PPA, LDO. Como a gente vai poder acompanhar as políticas (Entrevista com a jovem F.F., militante do movimento feminista)

Acho que o Governo do Estado precisa ser mais provocado também e essa conferência pode significar isso, uma provocação para que aquelas bandeiras, aquelas que não foram concretizadas pelo governo sejam de fato implementadas. Aquelas políticas sejam de fato colocadas em praticas, viabilizadas por parte do Estado. (Entrevista com o jovem N.V., militante do movimento estudantil)

A expectativa é que a gente radicalizar enquanto movimento social para que o governo avance nas ações e avance tudo aquilo que a gente tem apresentado como pauta: uma nova política de segurança pública, uma secretaria de fato de juventude, que consiga dar conta e articular transversalmente as políticas de juventude, a gente precisa de um orçamento para a juventude, precisa avançar nas políticas de cultura, para as culturas juvenis alternativas, como o hip hop, como a cultura afro, como a identidade quilombola, precisamos tratar melhor dos territórios de identidade, a partir dos seus aspectos juvenis. Então essa é a expectativa para a política de juventude a partir da segunda Conferência. (Entrevista com o jovem P.R., militante do movimento negro)

Lembrando que o processo de luta por uma efetivação de pauta vai além de ser aprovada no plenário final de uma conferência. Precisa aprovado no plenário final de uma conferência, mas precisamos no cotidiano também cobrar, exigir, fazer manifestação, outras formas de cobrar do governo que essa pauta seja efetivada. (Entrevista com o jovem F.C., militante do movimento estudantil)

### 3.1.8. Demandas dos jovens para o Governo do Estado da Bahia

Por fim, destaco algumas das demandas dos jovens para o Governo do Estado da Bahia:

- abrir mais espaços de integração com a sociedade civil e de participação popular;
- fortalecer as lideranças comunitárias para o processo de participação política;
- estimular que as etapas da Conferência também aconteçam nos bairros;
- institucionalizar a Coordenação de Juventude e dotá-la de recursos para o seu funcionamento;
- avançar na interação entre as diversas Secretarias, com relação à política de juventude e a implementação de seus instrumentos, ou seja, a necessidade de um maior diálogo com os diversos setores do Governo do Estado.
- avançar nas discussões sobre a segurança pública e ressignificar o conceito e o papel da polícia frente ao cidadão;
- reconhecer e apoiar a multiculturalidade das diversas juventudes, por meio de uma política cultural mais acessível e com um novo olhar para com os jovens;
- mudar a perspectiva da política de saúde para os usuários de drogas, além da oferta de centro de atendimento para os usuários de drogas.

Acho que o Governo tem que começar a abrir mais espaços de integração, de participação popular. No Ministério da Saúde tem uma coordenação chamada de Coordenação de Gestão Participativa, que eu acho fantástica, ele cria formas e maneiras para a população do Brasil todo dizer o que falta no SUS. Acho que o Governo teria fazer uma coisa parecida, teria que ampliar os espaços de juventude dentro do Governo. O debate está recuado por falta de mão de obra e de orçamento. Não se tem orçamento para a juventude e não se tem por que não tem uma juventude organizada para pontuar essa questão do orçamento, e aí fica tudo parado. (Entrevista com a jovem F.F., militante do movimento feminista)

Engessando... o governo quando engessa, quando não faz as coisas, quando a juventude talvez não demonstra força. Querendo ou não, é disputa de força, disputa de espaço, disputa de poder via forças, se a gente não demonstrar força, não demonstrar que somos organizados, demonstrar que tem política, demonstrar que temos capacidade, não vamos ter nunca disputa de força mesmo, não tem bem querer, porque o governador achou que a gente é bonitinho, que é jovem, que é legal, não existe isso na política, não existe ainda mais no governo tem que demonstrar força. (Entrevista com o jovem H.R., militante do movimento estudantil)

Acho que esse trabalho de facilitação ele deve começar primeiro nas comunidades, acho que é a base, porque assim, existe, por exemplos projetos do governo que tá um pouco longe da comunidade, eles atendem muito pouco aos interesses da comunidade, dos jovens que estão naquela comunidade periférica, principalmente as periféricas, que são os menos assistidos dos direitos e acho que a base estaria nas comunidades e no fortalecimento das lideranças comunitárias, porque eles servem de influência de direcionamento. Acho que fortalecer as lideranças comunitárias. (Entrevista com a jovem C.I., integrante de organização não governamental)

Tem uma experiência em Camaçari que é o òFala Jovemö, que eles realizam etapas dentro dos bairros e das escolas, vendo quais as necessidades e aí institucionalmente encaminha dentro das secretarias quais são as coisas apontadas ali. A coordenação de juventude de Camaçari foi formulada na Conferência, foi discutido e formulado como seria essa coordenação e o Fala Jovem também, só que aí, ao mesmo tempo, a

gente sabia que para isso acontecer teria que disputar isso, e foi isso que aconteceu, fizemos vários atos, fomos para cima. (Entrevista com o jovem B.T., militante do movimento estudantil)

Coordenação de Juventude de fato, uma coordenação, um órgão institucional dentro do governo. Como temos a Sudesb, como a gente tem secretarias. Precisa ter uma Coordenação de Juventude que funcione de fato, não apenas no papel, ou seja, inclusive que tenha do próprio Governo do Estado recursos materiais pra funcionar. Por que muitas vezes criar um órgão dentro do governo é fácil basta um decreto você cria, nomeia alguém para o órgão. Mas você não dota aquele órgão de capacidade de investimento, capacidade de construir e pesquisar. Isso é a mesma coisa de não ter criado. Então eu acho que a gente precisa dotar a Coordenação de Juventude do Governo do Estado de mais recursos, de mais condições. Uma outra coisa é de que precisa ter uma maior interação com os diversos espaços governamentais, á pouco interação entre a Secretaria de Educação com as política próprias de juventude. Quais são as políticas públicas de juventude que serão realizadas pela Secretaria de Educação, quais são as políticas públicas de juventude que serão vindas a partir da Secretaria de Infraestrutura ou de Saúde, enfim. Então, quais são as políticas públicas de juventude que serão desenvolvidas pelos diversos espaços do governo. Ainda precisamos avançar nessa interação, ou seja, nessa necessidade de novo diálogo com os diversos setores do Governo do Estado. (Entrevista com o jovem F.F., integrante da Pastoral da Juventude)

A educação eu acho que foi o que mais avançou no processo, mas eu acho que a gente precisa entrar mais na secretaria de segurança pública, pensar um novo tipo de policial, pensar em um novo tipo de abordagem, ter um novo olhar sobre o que é a juventude. Eu acho que a política de cultura hoje tem que ser mais avançada, a cultura tem que chegar a nossa porta. Não temos a oportunidade de mostrar, um exemplo disso são os meninos do grafite, do basquete de rua, a galera do hip hop, não temos apoio, nem do governo, nem de instituições particulares para que a cultura venha agregar na comunidade, deixar de ser uma cultura marginalizada para ser uma cultura legal, para que as pessoas tenham um outro olhar, que não uma cultura de preto, pobre, ladrão, mas uma cultura boa, que faz as pessoas viverem. (Entrevista com a jovem S.F., militante do movimento estudantil)

As drogas devem ser tratadas em uma outra perspectiva também, tem que ter serviços que possam atender esse segmento essas demandas e aí são várias ações, desde o debate da descriminalização da maconha, o debate de ter centro de atendimento a pessoas usuárias de crack, de não ser tratado como drogado, doente, viciado, tem que mudar a perspectiva nessas áreas também aí a gente consegue ter mais avanços. No Presídio de Salvador boa parte das mulheres que está no presídio feminino, elas estão lá por conta do tráfico de drogas, que é algo invisibilizado e que o estado só oferece uma mão repressora e não apresentando soluções que possam realmente solucionar os problemas, talvez não sejam as UPPs que todo mundo fala, talvez seja outra política mais avançadas. Estado é uma coisa que na gente tem que tratar, que está colocada. Sou estudante de Serviço Social e já fiz um trabalho sobre o presídio feminino de Salvador, a maioria delas analfabetas, a maioria delas com três filhos e apenas 18 anos de idade, então teve muita negligencia do estado e só apareceu a mão armada. (Entrevista com a jovem S.L., militante do movimento estudantil)

Poucos setores têm pouco ou quase nenhuma sensibilidade a isso. Acho que cabe a juventude saber identificar, quem são os principais responsáveis pra atravancar determinadas políticas que nos contemplariam. Então, acho que hoje ainda não contempla, mas percebo que a uma possibilidade de isso acontecer. Acho que nós deveríamos inclusive ter mais, nos movimentar mais pra pressionar mais nesse sentido. Pressionar inclusive até o próprio Conselho, provocar um pouco mais o Conselho pra que ele seja mais proativo nessa direção, ou seja, não ficar apenas a

critério da agenda governamental, mas ao critério da agenda do movimento social.  
(Entrevista com o jovem N.V., militante do movimento estudantil)

### 3.2. INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

O primeiro registro a ser feito, com relação às entrevistas dos jovens, é a qualidade do diálogo realizado com os mesmos. Ficou evidente a crença na abertura do diálogo com o Governo para a construção de políticas públicas e a reflexão crítica quanto aos avanços e principalmente aos desafios e entraves para a consolidação de uma cultura democrática substancial (BOBBIO; 1987).

Com relação as suas trajetórias sociais e políticas, os dados apresentados corroboram com os dados da pesquisa Quebrando Mitos de Castro e Abramovay (2009): 1- estas são marcadas pela multiplicidade, expressa na combinação das lutas identitárias com os debates mais amplos sobre os sistemas sociais e por novas formas de participação política na sociedade; 2- os movimentos estudantis e os partidos políticos se apresentaram como importantes formas de participação juvenil; 3- observaram-se novos parâmetros de participação, como a atuação comunitária; o envolvimento com as pastorais de juventude e com o movimento Hip Hop; a defesa das causas de gênero, raça, direitos sexuais; os movimentos ambientalistas, apesar da maioria dos jovens entrevistados terem uma vinculação partidária com partidos da esquerda.

A mobilização das juventudes baiana para participar da Conferência de Juventude da Bahia e as suas proposições, em quantidade e conteúdo, denotam a importância dada a esse processo. Isso contradiz a ideia de que os jovens não têm interesse para as questões políticas e seu suposto afastamento com as causas coletivas, haja vista as suas resoluções relativas a temas como cultura, política e participação, educação, comunicação e mídia, diversidade, tecnologia e inclusão sociodigital e meio ambiente. Ao mesmo tempo, a referida Conferência se configurou em um espaço de sociabilização, de encontro e de interação.

Ressalta-se a generosidade desse segmento populacional, pois, possivelmente os jovens não vão usufruir dos resultados de muitas lutas que eles vivenciam hoje, pela sua própria condição juvenil de transitoriedade. Ao se autorreconhecerem como sujeitos ativos no processo de transformação política e social, eles se contrapõem às correntes que sugerem o apoliticismo dos jovens e sua alienação com relação às questões sociais. (CASTRO e ABRAMOVAY, 2009)

Segundo os relatos dos jovens entrevistados, o espaço da Conferência de Juventude da Bahia, como todo espaço político, foi um espaço de intencionalidades:

- dos jovens presentes, que perceberam a possibilidade de:
  - ocupar um espaço concedido pelo Governo, como resultado de um longo processo de mobilização social, e no qual significava a possibilidade de influenciar na construção da Política Estadual de Juventude;
  - fortalecer a sua capacidade de mobilização e engajamento social, convocando outros jovens, de diversas realidades e segmentos a fazerem o debate político, e muitas vezes, partidário;
  - conhecer essas diversas realidades juvenis e com isso fortalecerem-se enquanto movimento/categoria social;
  - pautar a agenda governamental, a fim de que fosse construída uma política pública que levasse em conta as suas demandas e proposições e que refletisse a sua diversidade e pluralidade;
  - interferir na realidade e contribuir para uma mudança social, que reflita na melhoria dos indicadores socioeconômicos das juventudes;
- e do Governo, que necessitava:
  - legitimar o seu discurso democrático, por isso convoca a Conferência e estimula e/ou realiza várias etapas municipais territoriais, além da estadual;
  - seguir a mesma trajetória política do Governo Federal, que convoca a Conferência Nacional de Juventude, haja visto a sua afinidade político ideológica;
  - buscar a legitimação das suas proposições políticas no campo da juventude, por meio da viabilização de espaço demarcado pelos partidos políticos que compunham a base do Governo, na época.

A Conferência de Juventude então, para os entrevistados, foi vivenciada como um espaço de: encontro das diversas juventudes; participação, no qual puderam expor suas idéias; debate político acerca das realidades, demandas e proposições juvenis; resoluções que subsidiaram a definição das bases do que vem a ser a política pública estadual de juventude; e, de legitimação do Governo, tanto do seu discurso democrático, quanto das suas proposições para com a política de juventude.

De toda sorte, a Conferência é um canal de participação instituído pelo Governo, que tem, até então, uma avaliação positiva dos entrevistados, apesar do receio de que esse espaço fique

esvaziado, na medida em que se converta em um espaço de deliberações e/ou de formação político partidária e que Governo não implemente as ações demandadas, o que vem gerando insatisfação nos jovens.

É inegável o avanço alcançado na relação de diálogo entre o Estado e a sociedade civil. Se no início dos anos 2000, os jovens não acreditavam que alguém pudesse se interessar pelos seus problemas e ao mesmo tempo ansiavam por espaços de interlocução com os poderes públicos, que contemplassem a pluralidade juvenil e que pudesse influenciar nas políticas públicas (IBASE, 2006), a partir de 2004, essa situação começa a se alterar com a criação de canais instituídos de participação, como os conselhos e as conferências.

A partir das entrevistas realizadas, a realização da Conferência de Juventude da Bahia representou um avanço em termos de políticas públicas, devido:

- a inclusão na arena de discussão política dos jovens como sujeitos legítimos para falar acerca das suas demandas e das suas proposições, confrontando as concepções elitistas de gestão pública;
- o reconhecimento das múltiplas identidades juvenis, principalmente as mais vulneráveis socialmente, e o esforço de ter essa representatividade no espaço da Conferência, se configurando como instrumento para a publicização de demandas;
- a possibilidade de diálogo entre estas diversas juventudes e destas com o governo, propiciando um espaço de aprendizado e de ampliação da visão com relação às condições juvenis, revelando a dimensão pedagógica da participação, com a ampliação da capacidade de conviver com as diferenças;
- a emergência no cenário político da concepção do jovem como sujeito de direito, que começa a disputar espaço junto a outras concepções mais tradicionais e arraigadas na sociedade, como a do jovem como problema social;
- a possibilidade de influenciar na política pública e de gerar avanços.

Como um dos elementos indicativos da trajetória da política pública de juventude que está se conformando no estado da Bahia, a Conferência proporcionou, aos jovens entrevistados, ganhos no seu processo de formação cidadã, corroborando com os dados da pesquisa realizada por León (2009), que destaca ser este um dos impactos positivos da política pública de juventude no Chile, apesar do seu fracasso em atender às demandas juvenis.



Outro dado trazido por León (2009) e que serve como parâmetro para tornar exitosa a trajetória que está sendo empreendida na Bahia, é que a abertura do debate com e entre os jovens, para além de tornar visíveis suas demandas, tenha como função reconhecê-los como sujeitos sociais, impulsionar a elaboração e a implementação de uma política social e não compensatória, permitindo-os *“acceder a la sociedad em mejores condiciones para enfrentar la vida.”* (LÉON, 2009; p. 174)

Ainda tendo como referência os resultados da pesquisa realizada por León (2009) e partir dos registros realizados pelos entrevistados nesta pesquisa, destaca-se como desafio a integração efetiva das demandas juvenis com o que é ofertado em termos de política pública. Nesse sentido, cabe aos jovens o exercício da sua cidadania plena, continuando o seu processo de militância e mobilização, posto que suas demandas só serão atendidas e a realidade só será transformada, se houver pressão social, para além dos espaços de diálogo concedidos pelo governo.

A disputa pela consolidação da concepção dos jovens como sujeitos de direitos é uma constante e não algo restrito aos canais institucionais de participação. Deve-se ter o cuidado para não se contentar com estes canais e ficar no *“tempo da espera”*, pois estes ainda não dão conta de executar políticas que atendam suas realidades, ademais, por que, na elaboração da política pública outras variáveis entram em cena, que não apenas as demandas levantadas pelos jovens: a disponibilidade do orçamento; a negociação e a articulação com as demandas dos outros segmentos e setores, por isso a importância do debate intergeracional e intersetorial; a disponibilidade e a capacidade das Secretarias Estaduais em se apropriar dos novos conceitos em disputa, de planejar e de conceber programas a partir destes; e, a disponibilidade do Governo e das suas forças de sustentação em trabalhar de forma articulada e integrada, evitando as ações fragmentadas e desconexas com as políticas adotadas. Isto posto, faz necessário que os jovens possam ocupar esses espaços, mas que também possam elaborar o controle social e entrar em outros espaços de disputa com o governo.

Outro desafio para os jovens é a reflexão acerca da setorialidade e/ou fragmentação da política pública - de juventude, para jovens negros, para jovens mulheres, o que pode incorrer na atomização dos grupos e movimentos sociais e na concorrência destes por recursos e visibilidade. A Conferência de Juventude pode levar a minimizar esses efeitos, pelo fato de colocar em um mesmo espaço as juventudes, possibilitando o encontro, o diálogo e o

consenso entre esses grupamentos juvenis. Mais ainda assim, cabe a reflexão do debate intergeracional.

Para o governo, os desafios da política democrática hoje são os de incluir, de fato, a complexidade das diversidades juvenis no processo de formulação da política pública e adequar esta às vivências e trajetórias juvenis, ampliando o olhar para além dos resultados imediatos. León (2009) chama a atenção para o fato de não se incorrer no erro da experiência chilena de modelar a demanda juvenil àquilo que o governo pode oferecer, ao invés de organizar e estruturar o governo para atender às demandas juvenis.

Aqui cabe uma reflexão. Antes das resoluções da Conferência serem aprovadas pelos jovens delegados, ao instituir o Grupo de Trabalho de Juventude com a finalidade de estudar, elaborar, propor e apresentar os termos e instrumentos de execução da Política Estadual de Juventude (DECRETO nº 10.987, 2008), o governo já tinha declarado o seu compromisso em criar o Conselho Estadual de Juventude, em criar um órgão setorial para juventude e em elaborar o Plano Estadual. Apesar desses itens serem pontos de convergência entre o governo e os jovens entrevistados, as resoluções da Conferência não se limitaram a esses três instrumentos de políticas públicas, além do que nem o Plano nem a Coordenadoria de Juventude se constituíram em instrumentos formais da política, posto que ainda estão em trâmite na Assembleia Legislativa para aprovação.

Outro instrumento da política é o Programa Estadual de Inserção de Jovens no Mundo do Trabalho ó Trilha, instituído, por meio do Decreto nº 11.262, com a finalidade de inserir jovens oriundos de situação de vulnerabilidade no mundo do trabalho, bem como elevar o nível de escolaridade e qualificação, promover a geração de renda e o protagonismo juvenil. Este programa aponta para a integração dos principais eixos de demanda na Conferência: educação e trabalho, combinando ações de elevação de escolaridade com qualificação para o mundo do trabalho. O Trilha é um programa que segue as mesmas características e diretrizes do Programa Projovem, executado pelo Governo Federal e instituído desde 2005, logo o governo estadual já tinha uma solução previamente gerada. Desta forma, apesar do processo de escuta das demandas juvenis, há uma seletividade a partir do que o governo pode oferecer e não a partir de ações que possam ser mais efetivas na melhoria das condições de vida dos jovens.

Estes instrumentos de políticas públicas, acima mencionados, não dão conta de atender às demandas e às 21 resoluções aprovadas na Conferência estadual, além do que seguem a trajetória nacional, que é anterior a realização desta. Ademais, mesmo com um levantamento das ações governamentais voltadas para a juventude, que indique um atendimento às resoluções da Conferência, há que se questionar se de fato estas ações foram formuladas e planejadas a partir da concepção dos jovens como sujeitos de direitos e a partir das especificidades das demandas das diversas juventudes, ou se são ações que apenas incidem sobre a faixa etária de 15 a 29 anos.

Os jovens entrevistados foram muito enfáticos em dizer que o que estava sendo implementado pelo Governo do Estado não os estavam atendendo, portanto, é um indício que há algo de não efetivo nestas ações. Soma-se ao fato que ainda se caracteriza como uma política de governo e não de estado: seja ainda pela falta de marcos legais e marcos institucionais que lhes dê um tempo de vida maior, não a deixando tão vulnerável a alternância de poder; seja por que estes instrumentos acima mencionados, mais precisamente a Conferência, o Conselho Estadual de Juventude e o Trilha, ainda não se consolidaram, nem junto ao governo, nem junto à sociedade como direitos do jovem; seja pela necessidade do fortalecimento da concepção do jovem como sujeito de direito, que ainda disputa espaço com outras concepções, a exemplo do jovem como sinônimo de marginalidade e criminalidade, que vem sendo colocada em prática pela política de segurança pública no Estado; seja pelas ações ainda desarticuladas das secretarias de estado.

Voltando à questão da Conferência estadual, a sua existência, da forma como está colocada, com os seus pontos positivos e seus desafios, além de refletir a disponibilidade do Governo do Estado para atender aos anseios das juventudes, se deve também como consequência de um histórico de militância social e política destas juventudes. Então, foi um espaço concedido pelo governo, por que foi um espaço conquistado pela sociedade civil, que inclusive, ao participar da campanha deste governo, contribuindo para a sua eleição, comprometeu-o em avançar nessa área.

Por outro lado, tendo como perspectiva a partilha do poder por parte do ator governamental sobre a tomada de decisão acerca de um problema de natureza pública, pode-se afirmar que ainda não há elementos suficientes para caracterizar a participação como substantiva, apesar da maior abertura no diálogo entre a sociedade civil, mais especificamente os jovens, e o governo.

Marcadamente, segundo os entrevistados, a arena da Conferência foi capturada pelos partidos políticos de esquerda, cujos jovens, em maior quantidade, participavam já orientados a defender as proposições dos partidos e a votar em determinados delegados, levando vantagem sobre os demais jovens que não sabiam previamente como atuar nesse espaço para ter suas demandas aprovadas, ou para ser eleito delegado para a Conferência Nacional. Ao mesmo tempo em que isso reflete a capacidade de articulação e discussão prévia dos jovens partidários com relação aos temas que defenderiam como prioritários para a política de juventude, também adverte para uma tendência da Conferência de se caracterizar mais como espaço de formação político partidária, do que um espaço de deliberação democrática acerca da política pública de juventude.

Essas assimetrias eram minimizadas quando havia pontos de convergência quanto às proposições, como, por exemplo, aquelas referentes à qualidade da educação e à garantia do seu acesso em todos os níveis. Além da assimetria com relação ao conhecimento do jogo político na arena da Conferência, os jovens entrevistados apontaram também diferenças na capacidade de comunicação, negociação e articulação e de conhecimento acerca do tema, o que dificulta uma participação mais equitativa entre os atores, como evidencia Milani (2007):  
 ãos limites socioeconômicos, simbólicos e políticos funcionam como obstáculos relevantes à participação, podendo inclusive aprofundar a desigualdade política no âmbito dos próprios dispositivos participativos. (MILANI, 2007, 219)

Reforça-se então a ideia de participações juvenis: tanto pelas diversas intencionalidades presente na Conferência, quanto às assimetrias vivenciadas. Quanto à relação entre estas participações e influência no conteúdo final da política, nota-se que os jovens entrevistados conseguem fazer claramente uma distinção entre dois processos: o de escolha do conteúdo final das resoluções da Conferência e o de escolha do conteúdo final da política de juventude, expressa por meio do que vem sendo executado pelo Governo. A maioria afirmou que não escolheu o conteúdo final desta política.

Nesse sentido, e retomando o conceito de participação de Teixeira (2001), reforça-se a função da participação na Conferência como uma forma de envolvimento dos jovens para: conferir legitimidade às propostas compensatórias, na medida em que nenhum ajuste estrutural foi empreendido para transformar e melhorar a qualidade de vida dos jovens; ou mesmo para que o partido do governo possa conquistar mais adeptos e eleitores. A Conferência assim passa a ter sentido mais como um espaço para a escuta das demandas e proposições e não para as

deliberações, ao contrário do indica um dos seus objetivos específicos no seu Regimento Interno: òb) promover, qualificar e garantir a participação da sociedade, em especial dos jovens, na formulação e no controle das Políticas Públicas de Juventudeö.

É certo que não é tarefa fácil promover a democratização das políticas públicas, tendo em vista o histórico de uma cultura cívica de baixa densidade, ademais que, como afirma Dagnino (2002), o processo de construção democrática não é algo linear, pelo contrário, é marcado por contradições e fragmentações. Implica na partilha do poder por parte do ator governamental sobre a tomada de decisão acerca de um problema de natureza pública, e que a intensidade dessa ação dependerá da forma (representação quantitativa e qualitativa) como esses atores atuam no campo da política pública.

Atualmente, o cenário político que se apresenta na Bahia é bem complexo, pois retoricamente buscam-se estratégias para minimizar os efeitos sociais devastadores do ajuste neoliberal, sem, contudo, empreender mudanças efetivas para alterar o *status quo*. As participações no processo da Conferência têm como um dos seus sentidos, ampliar as bases de legitimação das ações governamentais, porém não amplia o compartilhamento do poder acerca da decisão política. Os dados revelados nessa pesquisa confirmam a hipótese que as participações dos jovens não foram efetivas na definição dos rumos da política pública, sendo instrumentais para a viabilização de um projeto predefinido e não democratizante, na medida em que não há partilha de poder na definição do interesse público.

A arena política ainda é marcada pelo particularismo e pelo corporativismo dos atores, que se apresenta de forma sutil, velado pelo discurso do aumento da ampliação do diálogo entre o Estado e sociedade civil. O governo atua ainda como mobilizador e articulador de forças e de interesses dos diversos grupos, não mais apenas para a implementação de ações, mas para legitimar o seu interesse.

A Conferência pode ser metaforicamente compreendida como a òválvula da panela de pressãoö, no qual a demanda de mais participação nas questões de interesse público, a muito reprimida, representa o conteúdo da panela de pressão, que seria a arena pública; para evitar que esta exploda, aciona-se a válvula e a pressão vai, pouco a pouco, òdistensionandoö. A Conferência serve como a válvula, no qual atende a demanda dos jovens de mais participação, minimizando a pressão, mas o processo político não se converte no compartilhamento do poder frente às questões de interesse público.

## CAPÍTULO 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Corroborando com Milani (2007), há uma tentativa de inovação democrática na gestão de políticas públicas. Tentativa que ainda é muito incipiente, frente aos desafios a serem vencidos. Mas é claro que temos avanços e é importante registrá-los, a fim de auxiliar na reflexão crítica do caminho que ainda precisa ser trilhado. Com relação ao campo da política pública de juventude no Estado da Bahia, são identificados os seguintes avanços:

- o reconhecimento dos jovens como atores importantes para o processo de desenvolvimento do Estado;
- o reconhecimento das juventudes e sua multiculturalidade, pluralidade e especificidades;
- a realização da Conferência e uma maior abertura do diálogo entre o Governo e as juventudes para a escuta de demandas e proposições, que servem de subsídio para a política pública;
- a criação do Conselho Estadual de Juventude;
- a elaboração do Plano Estadual de Juventude e seu envio para a aprovação na Assembleia Legislativa;
- a emergência da concepção de jovens como sujeitos de direitos;
- o envio para aprovação na Assembleia Legislativa do projeto de criação de um órgão de juventude dentro da estrutura do Governo;
- a realização do Programa Trilha que busca uma combinação dos eixos educação e trabalho e sua abrangência no interior do Estado.

Porém, cada um desses avanços suscita algumas recomendações, a fim de se aprofundar o debate sobre os alcances do presente e as possibilidades do futuro no campo da política pública de juventude:

- as participações juvenis são também importantes no processo de formulação e avaliação dos conceitos e estratégias colocados para a promoção do desenvolvimento, para além de considerá-los apenas como instrumento deste;
- outro ponto, diz respeito à necessidade de avançar nos conteúdos e nas formas das participações juvenis na formulação das políticas, ou seja: incorporar, de fato, os saberes juvenis na discussão do interesse público, contribuindo na elaboração dos instrumentos de políticas públicas e assegurando que a voz dos jovens possa influenciar na tomada de

decisão governamental; e, reconhecer e estimular outros canais de participação que incluam as diversas formas de expressão e identidades juvenis, além de aprofundar a efetividade dos canais já instituídos, como a Conferência, com vistas a garantir sempre mais proximidade entre as vozes juvenis e os instrumentos de políticas públicas;

- reflete-se também sobre a necessidade de ampliar o olhar sobre a pauta das suas necessidades, permitindo a emergência de outras temáticas, evitando, desta forma, o enfoque apenas nas demandas relacionadas as ofertas de programas governamentais preexistentes;
- em que pese a importância da emergência da concepção dos jovens como sujeitos de direitos, é importante que se tenha em mente que esta é uma concepção relativamente recente para este segmento populacional e que disputa espaço com outras concepções mais arraigadas na sociedade e no governo, como por exemplo, a noção de jovem como sinônimo de marginalidade e criminalidade;
- e a necessidade de uma avaliação sobre os conteúdos dos programas que estão sendo oferecidos aos jovens, bem como sobre os impactos, quantitativos e qualitativos, na mudança de condições de vida desse segmento populacional.

A sociedade civil, e mais particularmente os jovens, tem agora o desafio de participar de forma qualificada do processo de consolidação da política de pública de juventude no estado da Bahia, não tomando os canais instituídos de participação como seus únicos espaços, evitando, desta forma, correr o risco de ficar apenas esperando a realização da Conferência, para revelar as suas vozes.

Os jovens precisam estar atentos às ações governamentais em todos os ciclos da política. Ademais, a implementação de instrumentos de políticas públicas, pressupõe uma deliberação política, por conseguinte, esta pressupõe uma elaboração conceitual. Por mais que o discurso governamental seja uma retórica que agrada aos ouvidos, é na ação que se identifica a escolha política. Conforme registro nas entrevistas, sabe-se que ainda existe uma série de lacunas que precisam ser preenchidas, de demandas que não foram atendidas, e isto dá indícios das escolhas políticas que estão sendo tomadas.

Outros processos de mobilização e o controle social são necessários para que esses canais de participação e de escuta da sociedade civil possibilitem, de fato, um alargamento da noção de

espaço público, de democracia e de cidadania no Brasil. Além de contribuir para que o governo avance para adiante do seu atual estado da arte e do que é cômodo realizar.

Então esses são os grandes desafios da sociedade civil, principalmente dos jovens: continuar o seu processo de mobilização em torno do debate das políticas de juventude; não se contentar com os espaços que foram constituídos; entender que tais espaços foram concedidos pelo governo, por que é fruto de uma conquista social; e, reencantar os jovens pela/para a política, a fim de perceber a sua realidade, vislumbrar que esta pode ser muito melhor do que é e que ele pode interferir nesta realidade.

Diante destes desafios, qual é o caminho a ser seguido para a consolidação da política de juventude? Será que é mesmo a centralização em uma Secretaria das ações para a juventude, conforme o que vem sendo desenhado? E as consequências disso? Uma secretaria para jovens, outra de mulheres, outra de idosos, outra. Ou influenciar para que os instrumentos de políticas sejam concebidos conforme as demandas e as especificidades de seu público e não apenas incidir sobre esta ou aquela população?

Uma política pública que tem a concepção de jovens como sujeitos de direitos, implica na responsabilidade de ser oportunizado para estes meios de potencializar e utilizar suas capacidades, de adquirir novas habilidades, de ampliar a sua participação social e de ter pleno desenvolvimento humano. Busca disponibilizar para o jovem o acesso a um leque amplo de possibilidades: a uma educação de qualidade, a formação política e qualificação cidadão ao lazer e à cultura, ao desenvolvimento das suas capacidades artísticas e desportivas, ao direito a vida, a uma formação profissional dentre outros.

Mas, quais são esses direitos? Será que os jovens não estão apenas reproduzindo todo um discurso que já está dado? Ou será que estão tendo a condição de vislumbrar novos direitos ou reinventá-los ou ressignificá-los? Será que os jovens têm noção das suas contrapartidas em benefício do seu próprio desenvolvimento? Ou ainda, para além de tornar o diálogo com o estado mais qualificado, será que são apenas esses atores que deverão compor essa arena política? Onde ficaria a discussão com a iniciativa privada e as elites econômicas locais, que ainda são os grandes detentores do poder econômico e político?

A construção da democracia substantiva (BOBBIO, 1987) não é uma tarefa fácil, sobretudo no contexto contemporâneo em que a visão social do Estado (nas suas três formas de poder: o



legislativo, o executivo e o judiciário) se encontra em descrédito e ainda há desafios de ruptura com a preponderante cultura política conservadora e com a lógica predominante do capital, que não priorizam as participações substantivas.

Ante a todos esses desafios acima mencionados, é importante frisar de que não existe uma prática certa ou errada, mas aquela que vai sendo construída a partir dos elementos disponíveis. Mas, sobretudo essa prática deve ser reflexiva, que consiga identificar os avanços e apontar os elementos e/ou estruturas que precisam ser transformados e/ou aprimorados com base no projeto político de Estado/Nação que se quer alcançar.

Não nos podemos render as pequenas conquistas, pelo contrário, devemos reconhecê-las e lançá-las campo da ideologia para traçar criticamente o caminho que ainda precisa ser percorrido, e com este ãmapaö, ir rompendo com a inércia social e com o comodismo dos pequenos avanços, transmutando os anseios para outros patamares.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In: **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo: ANPED, número especial, n. 5-6, 25-36, 1997.

\_\_\_\_\_. Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo. In: **Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. Helena Wendel Abramo e Pedro Paulo Martoni Branco (orgs.). São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005, 32-37.

AQUINO, Luseni. A Juventude como Foco das Políticas Públicas. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla C. de. **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009. P. 26-39.

AVRITZER, Leonardo (org). **A participação social no Nordeste**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

\_\_\_\_\_. **Experiências Nacionais de Participação Social**. São Paulo: Cortez, 2009.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política** / Norberto Bobbio; tradução Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOULLOSA, Rosana. **Mirando al revés das Políticas Públicas**. mimeo. 2010.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **O campo da economia política do desenvolvimento: o embate com os "localismos" na literatura e nas políticas públicas contemporâneas**. In: Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas SP: Editora da Unicamp, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nºs 1/92 a 57/2008, pelo Decreto nº 1 a 64/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2009. 512 p.

BRUYNE, Paul. O Pólo Teórico. In: BRUYNE, Paul. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

CAMARANO, Ana Amélia; MELLO, Juliana Leitão e; KANSO, Solange. Um Olhar Demográfico sobre os Jovens Brasileiros. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla C. de. **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009. P. 74-87.

CARRANO, Paulo. Juventudes: as identidades são múltiplas. **Movimento**: Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro: DP&A, n. 1, mai. 2000.

CARVALHO. Maria do Carmo A. A. **Participação social no Brasil hoje**. São Paulo: Pólis, Assessoria, Formação e Estudos em Políticas Sociais, 1998. 60 p.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. **Por um novo paradigma do fazer políticas: de/para/com juventudes**. Brasília: UNESCO, 2002.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_.; LEON, Alessandro de. **Juventude: tempo presente ou tempo futuro? Dilemas em propostas de políticas de juventudes**. São Paulo: GIFE ó Grupo de Instituições, Fundações e Empresas, 2007.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **Quebrando mitos: juventude, participação e políticas**. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude. Brasília: RITLA, 2009.

COELHO, Vera S.; NOBRE, Marcos. **Participação e Deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo**. [Participation and Deliberation: democratic theory and institutional experiences in contemporary Brazil], 34. São Paulo, Letras: 2004.

\_\_\_\_\_; FAVARETO, Arilson. **Dilemas da participação e desenvolvimento territorial**. In: DAGNINO, E; TATAGIBA, Lucina Ferreira. (Orgs.). Democracia, sociedade civil e participação. Chapecó: Argos, 2007.

CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE. **Caderno de Resoluções**. 1ª Conferência Nacional de Juventude: levante a sua bandeira. Secretaria Nacional de Juventude e Conselho Nacional de Juventude. Revista. 2008.

CORTI, Ana Paula; SOUZA, Raquel. **Diálogos com mundo juvenil: subsídios para educadores**. São Paulo: Ação Educativa, 2004. 250 p.

COUTINHO, C. N. **Democracia: Um conceito em disputa**. mimeo, 2005.

CUNHA. Eleonora Schettini Martins. **O potencial de conselhos de políticas e Orçamentos Participativos para o aprofundamento democrático**. In: DAGNINO, E; TATAGIBA, Lucina Ferreira. (Orgs.). Democracia, sociedade civil e participação. Chapecó: Argos, 2007.

DAGNINO, E. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002, cap. 8.

\_\_\_\_\_; TATAGIBA, Lucina Ferreira. (Orgs.). **Democracia, sociedade civil e participação**. Chapecó: Argos, 2007.

DAYRELL, Juarez; GOMES, Nilma. **A juventude no Brasil**. Disponível em: <[http://www.cmpbh.com.br/arq\\_Artigos/SESI%20JUVENTUDE%20NO%20BRASIL.pdf](http://www.cmpbh.com.br/arq_Artigos/SESI%20JUVENTUDE%20NO%20BRASIL.pdf)>. Acesso em: 30 ago. 2009.

DECRETO Nº 10.987, de 28 de Março de 2008. Institui o Grupo de Trabalho de Juventude, com a finalidade de estudar, elaborar, propor e apresentar os termos e instrumentos de execução da Política Estadual de Juventude, e dá outras providências.

FREY, Klaus. **Crise do Estado e estilos de gestão municipal**. Lua Nova, n.37, 1996, p.107-138

FUNDAÇÃO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES. **Agenda Social para Jovens do Estado da Bahia**. Salvador: Cipó Produções, 2003.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. **Mensagem do Governador**. Agecom ó Assessoria Geral de Comunicação Social, Governo do Estado da Bahia. Disponível em: <<http://www.comunicacao.ba.gov.br/noticias/2007/02/15/noticia.2007-09-16.5456240872>>. Acesso em: 20 de out. 2007.

\_\_\_\_\_. **Estado amplia políticas públicas para a Juventude**. Agecom ó Assessoria Geral de Comunicação Social, Governo do Estado da Bahia. Disponível em: <<http://www.comunicacao.ba.gov.br/noticias/2008/10/30/estado-amplia-as-politicas-publicas-para-a-juventude>>. Acesso em: 10 de dez. 2008.

\_\_\_\_\_. **Revista Jovem Gera Ação**. Publicação da Secretaria de Relações Institucionais do Estado da Bahia. Ano 1, nº1. Janeiro de 2010a.

\_\_\_\_\_. **Documentário das Políticas Públicas de Juventude Bahia ó 2007/2010**. Publicação da Secretaria de Relações Institucionais do Estado da Bahia. Salvador 2010b.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Rio de Janeiro: Petrópolis, Editora Vozes, 2005.

HOCHMAN, Gilberto (org.). **Políticas Públicas no Brasil**. Organizado por Gilberto Hochman, Marta Arretche e Eduardo Marques. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007. 398 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS (IBASE); INSTITUTO PÓLIS. **Diálogo nacional para uma política pública de juventude**. Relatório síntese da pesquisa Juventude Brasileira e Democracia ó participação, esferas e políticas públicas. Rio de Janeiro: Ibase; São Paulo, SP: Polis, 2006.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **Pesquisa sobre Juventudes no Brasil**. Helena Abramo (coord. técnica), Anna Luiza Salles Souto (coord.), Regina Facchini (pesquisadora) e Erica Nascimento (colaboração). Relatório Nacional Brasil. Rio de Janeiro: Ibase, 2009.

LEÓN, Oscar Dávila. Adolescente e juventude: das noções às abordagens. In: FREITAS, Maria Virgínia (org.). **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

\_\_\_\_\_. **Jóvenes chilenos y sudamericanos: demandas, aspiraciones y políticas de juventud**. Última Década, nº 31, Centro de Estudios Sociales (CIDPA), Valparaíso, diciembre 2009, pp. 147-177.

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. **La juventud es más que una palabra**. Buenos Aires, 2000. Disponível em: <[http://perio.unlp.edu.ar/teorias/index\\_archivos/margulis\\_la\\_juventud.pdf](http://perio.unlp.edu.ar/teorias/index_archivos/margulis_la_juventud.pdf)>. Acesso em: 04 jul. 2010.

MILANI, Carlos R. S.. **Políticas públicas locais e participação na Bahia: o dilema gestão versus política**. *Sociologias* [online]. 2006, n.16, pp. 180-214. ISSN 1517-4522.

\_\_\_\_\_. **O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais:** uma análise de experiências latino-americanas e européias. In: AVRITZER, Leonardo (org). A participação social no Nordeste. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

\_\_\_\_\_. **Participação social e ação pública na Bahia.** In: RAP Vol.42 - N 3, maio/junho 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social** ó Teoria, método e criatividade. Suely Ferreira Deslandes, Romeu Gomes. 29. ed. ó Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Documento Base.** 1ª Conferência Nacional de Juventude: levante a sua bandeira. Ministério da Educação, Secretaria Nacional de Juventude e Conselho Nacional de Juventude. Revista. 2007.

MORONI, José Antônio. **O direito à participação no governo Lula.** In: AVRITZER, Leonardo (org). A participação social no Nordeste. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

NBR 6023:2002. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Informação e documentação.- Referências ó Elaboração. ago. 2002.

\_\_\_\_\_:10520. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Citações em documentos ó Apresentação. ago. 2002.

\_\_\_\_\_:14724. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Apresentação de Trabalhos Acadêmicos. mar. 2011.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Permanência e mudança para a reinvenção da política como prática e projeto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 204 p.

PEREIRA, Marcus Abílio e CARVALHO, Ernani. **Boaventura de Sousa Santos: por uma nova gramática do político e do social.** *Lua Nova* [online]. 2008, n.73, pp. 45-58. ISSN 0102-6445.

PERISSINOTTO, Renato Monseff; FUKS, Mario. **Recursos, influência política e cultura cívica nos conselhos gestores de Curitiba.** In: DAGNINO, E; TATAGIBA, Lucina Ferreira. (Orgs.). Democracia, sociedade civil e participação. Chapecó: Argos, 2007.

REIS, Fábio Wanderley. **Democracia, Igualdade e Identidade.** In PERISSINOTO, Renato e FUKS, Mario (org.) (2002). Democracia: teoria e prática. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Curitiba, PR: Fundação Araucária, 306 p.

RUIZ SÁNCHEZ, Félix. **Orçamento participativo:** teoria e prática. São Paulo, Cortez, 2002. ó (Coleção Questões da Nossa Época; v. 97)

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a Democracia** ó Os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 13-27.

\_\_\_\_\_. **Para além do Pensamento Abissal:** das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78, Outubro 2007: 3-46.

SILVIA, Enid R. A. da; ANDRADE, Carla C. de. A Política Nacional de Juventude: Avanços e Dificuldades. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla C. de. **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009. p. 43-69.

SOUZA, Celina. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. p. 65 - 86. In: HOCHMAN, Gilberto (org.). **Políticas Públicas no Brasil**. Organizado por Gilberto Hochman, Marta Arretche e Eduardo Marques. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007. 398 p.

SPOSITO, Marília Pontes. Estudos sobre juventude e educação. **Juventude e contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação**. São Paulo: ANPED, Número especial, n. 5-6, p. 37-54, 1997.

TATAGIBA, Lucina Ferreira. **Participação, cultura política e modelos de gestão:** a democracia gerencial e suas ambivalências. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas - Ciências Sociais. 2003. 1v. 189p.

TEIXEIRA, Elenaldo. **O Local e o Global:** limites e desafios da participação cidadã. São Paulo; Cortez Editora, Salvador: UFBA, Recife: Equip, 2001, 224p.

TOTORA, Silvana. **A questão democrática em Florestan Fernandes**. Lua Nova, São Paulo, n. 48, dezembro de 1999. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451999000300006&script=sci\\_arttext#nt01](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451999000300006&script=sci_arttext#nt01). Acesso em: 09 mar. 2011.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Relatório de Desenvolvimento Juvenil 2003**. Brasília: UNESCO, 2004. 200p.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2011:** os jovens do Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2011.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Desenvolvimento Juvenil**. Brasília: RITLA, Instituto Sangari e Ministério da Ciência e da Tecnologia, 1ª ed., 2007.

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1993.

## ANEXO

### RESOLUÇÕES APROVADAS NA CONFERÊNCIA DE JUVENTUDE DA BAHIA

1. Criação de um Plano de Assistência Estudantil, que garanta a permanência de jovens de baixa renda nas Universidades, com valorização das diversidades, através do cumprimento da lei federal 10436/02, implementação de reserva de vagas com recorte racial, assegurando alimentação, residência, transporte de qualidade e acervo bibliográfico decente; rubrica própria para Assistência Estudantil; manutenção e ampliação dos cursos noturnos; e transformar em probatório os estágios curriculares dos ensinos médio, técnico e superior, com o objetivo de comprovação de experiência profissional
2. Criação de uma lei estadual que garanta que as empresas beneficiadas com investimentos do Estado invistam na capacitação dos jovens e admissão destes em seus quadros funcionais, implantando políticas públicas de qualificação vocacional na produção local e territorial, que atendam as demandas, inserindo os jovens no mercado de trabalho, dando-lhes condições de virem a ser futuros empreendedores, bem como fomentadores da economia solidária.
3. Estabelecer orçamento direto para cada região para que possa ser criado, em cada Território de Identidade, centros culturais.
4. Criação de fóruns territoriais de juventude, que possibilitem comunicação mais eficiente com os municípios no âmbito estadual.
5. Educação de tempo integral no ensino básico, assegurando escolas equipadas com laboratórios, informática, espaços para as artes e o esporte adequadamente construídos, associada a uma formação continuada dos educadores, na qual o foco seja a construção de uma ética profissional e uma educação dialógica, participativa que empodere a juventude, associada a uma política sistemática de valorização da carreira docente, mediante a implantação de um sistema de avaliação da produção e rendimento do trabalho. Implementando uma gestão democrática com eleições diretas para gestores, planejamento pedagógico e financeiro, com a participação de todos os segmentos da escola; grêmios livres, conselhos escolares paritários e deliberativos, com ampla política de articulação escola-comunidade e conselhos de educação municipais e estaduais paritários.
6. Geração de emprego e renda para jovens, do campo e da cidade, através de programas específicos de educação ambiental;

7. Criar decreto de lei para que as praças e escolas que forem construídas contemplem em seus espaços aparelhos multifuncionais de lazer, esporte e cultura pensando e respeitando as questões de acessibilidade dos portadores de necessidades especiais.
8. Criação, ampliação e investimentos nas entidades existentes (CAPS, CRAS, CREAS, Centro de Recuperação para dependentes químicos, dentre outras), que fortaleça o grupo familiar;
9. Criação do Fórum Permanente da Juventude, Diversidade e Cultura;
10. Programas de qualificação para inserção do jovem no mercado de trabalho;
11. Regionalização dos meios de comunicação estatais; criação e implantação de pólos regionais de capacitação, produção e difusão, com inserção do tema nos ensinos formal e não formal e nas escolas técnicas;
12. Garantir um atendimento humanizado na rede pública de saúde para assistir mulheres, independente da sua orientação sexual, em situação de abortamento com acompanhamento psicossocial permanente;
13. Estender os centros tecnológicos às escolas estaduais de ensino médio, profissionalizando os jovens para que estes colaborem com o desenvolvimento local;
14. Fortalecimento das entidades juvenis (grêmios, associações, movimentos sociais, entidades esportivas, etc.), garantindo sua autonomia;
15. Criação de equipes interdisciplinares para apoio e acompanhamento do jovem e sua família nas questões que geram conflitos, violência e outras dificuldades;
16. Criar o conselho da diversidade sexual abrigado pela Secretaria de Justiça, a fim de garantir a integridade física e moral e os direitos humanos das categorias;
17. Criação dos centros de referência integrados da juventude nos territórios;
18. Aumentar o alcance dos programas do Governo voltados para a juventude para além da região metropolitana e garantir a descentralização administrativa desses programas;
19. Garantir qualificação para elaboração e gestão de projetos e captação de recursos (nos territórios);
20. Garantia de qualidade de ensino, assegurando o tripé ensino, pesquisa e extensão fazendo com que a universidade cumpra seu papel de promover a interação com a comunidade local e o desenvolvimento regional, restringindo a influencia das fundações



privadas no desenvolvimento da produção científica, para firmar o caráter público e social das universidades;

21. Execução de projetos para a criação de Agendas 21 (Agenda Ambiental) em todas as escolas do Brasil.

## APÊNDICE

### LISTA DOS JOVENS ENTREVISTADOS

1. Alex Vasques
2. Aline Ramos Moreira
3. Caio Marcos Botelho Ferreira
4. Elder Costa
5. Fabiana da Cruz Franco
6. Felipe Freitas
7. Fernanda Matos dos Santos
8. Geovan Adorno Braz
9. Gilliard Farias da Hanunciação
10. Giovane Lima da Silva
11. Hebert Brito da Silva
12. Ítalo Rosário de Freitas
13. Ivanilda Amado Cardoso
14. José Roque de Nascimento Peixoto
15. Juremar de Oliveira
16. Juciele de Jesus Santana
17. Júlio Santana
18. Larissa Lnnomich
19. Liliane Santos
20. Loran Santos
21. Michelle do Nascimento Vieira
22. Rodrigo Mousinho Hita
23. Thomaz Edson Souza Bahia
24. Vladimir Meira Numes
25. Wilton Mercês dos Santos